

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GABRIEL DE SENA JARDIM

A FONTE QUE NUNCA SECA:
UMA ANÁLISE SOBRE O TRABALHO COTIDIANO DE MULHERES EM CONTATO COM A ÁGUA



RIO DE JANEIRO
2014

GABRIEL DE SENA JARDIM

**A FONTE QUE NUNCA SECA:
UMA ANÁLISE SOBRE O TRABALHO COTIDIANO DE MULHERES EM CONTATO COM A ÁGUA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, área de concentração Novas Socialidades, Cartografias Sociais e Políticas do Cotidiano Contemporâneo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicossociologia.

Orientadora: Maria Inácia D'Ávila Neto

RIO DE JANEIRO

2014

GABRIEL DE SENA JARDIM

A FONTE QUE NUNCA SECA:

UMA ANÁLISE SOBRE O TRABALHO COTIDIANO DE MULHERES EM CONTATO COM A ÁGUA

Tese submetida ao Instituto de Psicologia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social e aprovada pela seguinte
banca examinadora:

Profª. Dra. Maria Inácia D'Ávila Neto (Orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Cláudio São Thiago Cavas
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Samira Lima da Costa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Cláudia Miranda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Emílio Eigenheer
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO
JULHO/2014

Às mulheres que lutam cotidianamente com a água!

AGRADECIMENTOS

No curso das águas, por vezes difusas e profundas, contornando obstáculos, esta pesquisa constituiu-se a partir do resultado de muita dedicação, apoio e compreensão por parte de pessoas que estiveram ao meu lado durante os últimos anos. Deste modo, não poderia deixar de agradecer à minha família, aos professores e amigos que fizeram parte desta empreitada.

À Profa. Dra. Maria Inácia D'Ávila Neto, com quem ao longo desta trajetória pude desenvolver e aperfeiçoar capacidades técnicas e analíticas, com quem aprendi a observar criticamente as injustiças do mundo; por me fazer exercitar a sensibilidade e a tolerância às diferenças; por me mostrar que o maior desafio está dentro de nós, em acreditar na nossa capacidade para promover mudanças por um mundo melhor; pela confiança e amizade propiciadas ao longo deste estudo e desde o mestrado; por me orientar neste trabalho e em toda minha vida, oferecendo-me as ferramentas necessárias para iluminar e enxergar zonas de sombra, cruzando fronteiras e superando desafios;

À Profa. Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel, pela parceria empenhada em nosso grupo de estudos; por fazer parte do exame de qualificação e defesa desta tese;

À Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving, ao Prof. Dr. Jean-François Véran e à Profa. Dra. Leonora Corsini, por integrarem a banca de qualificação do projeto para a pesquisa de doutorado, colaborando com novos olhares, questionamentos, sugestões e correções;

Ao Programa CAPES/COFECUB, pelo financiamento do intercâmbio científico propiciado no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional ‘Reconhecimento, Justiça Social e Dinâmicas Identitárias de Mulheres Migrantes’, firmado entre a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a *Université Charles-de-Gaulle Lille 3*, respectivamente coordenado pelas professoras Regina Glória Nunes Andrade, Maria Inácia D’Ávila Neto e Annick Durand-Delvigne; devo agradecer novamente à minha orientadora pela concepção do referido projeto, integrando-me na pesquisa; pela confiança e oportunidade em ampliar os meus horizontes em um estágio de doutorado no exterior; devo também agradecer à Profa. Dra. Annick Durand-Delvigne, pelo acolhimento e generosidade indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa durante a minha estadia na França; agradeço também à sua orientanda, Souad Agnemar, pela gentil recepção e ambientação na universidade em Lille;

Aos integrantes do grupo de pesquisas ‘Laboratório de Imagens: gênero, corpo, espaço, participação e reconhecimento’ – Adriana Woichinevski Viscardi, Catalina Revollo Pardo, Cláudio São Thiago Cavas, Cecília Moreyra de Figueiredo, Claudia Borges Colcerniani, Claudia Valéria Fonseca da Costa Santamarina, Dulce Santoro Mendes, Eliana Nunes Ribeiro, Heliana Castro Alves, Joana Guedes Galetti, Juliana de Souza e Costa Nazareth, Luciana de Oliveira Leal Halbritter, Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac, Vera Lúcia Ermida Barbosa – pelas colaborações conjuntas no âmbito do Projeto Mulheres Migrantes Nordestinas (PMMN), coordenado pela Profa. Maria Inácia D’Ávila Neto e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); à profa. Simone Ouvinha Perez, pelas discussões nos seminários de pesquisa do referido projeto, enriquecendo nossos olhares; à Cléa Figueiredo, pela parceria e acolha no centro comunitário ‘Universitários Sem Fronteiras’;

À Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e à equipe do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), em parceria com o Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano (COLETIVO) – Maria Glória Batista de Araújo, Rogéria Campos Morais, Zilma Maximino, Aparecida Campos, Socorro Silva, Sylvania Morais, Alex Barbosa – pela oportunidade em conhecê-los, pela hospitalidade e suporte oferecido no desenvolvimento da pesquisa de campo em Soledade, na Paraíba; devo também agradecer à Márcia Fernandes de Sousa, representante do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, em Lagoa Seca, também na Paraíba, por me guiar em sua moto até as comunidades de ‘Pai Domingos’ e do ‘Almeida’, por me apresentar as famílias ‘Couto’ e ‘Maciel’;

Às integrantes do Grupo de Trabalho ‘Mulheres e Agroecologia’ (ASA Paraíba), por me acolherem em suas reuniões e dividirem comigo sugestões e críticas sobre a minha pesquisa, nossos encontros foram bastante produtivos;

À Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago, líder do grupo de pesquisas ‘Flor e Flor: estudos de Gênero’ da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, pela gentil colaboração na revisão do roteiro de entrevistas, possibilitando ampliá-lo, explorando questões de interesse para o estudo sobre a divisão sexual do trabalho nos usos produtivos e reprodutivos da água;

Às participantes da pesquisa – Marli Teresa de Morais, Maria de Fátima Alves de Oliveira, Ivone de Fátima Cordeiro Gonçalves de Oliveira, Ilda Barbosa Henriques, Maria José Lucas da Silva Teotonio, Marli Lopes do Nascimento, Ana Maria Lopes do Nascimento, Maria dos Santos, Ilma Vieira da Silva, Josefa Inês de Almeida e Fabiana Almeida Xavier – por me receberem em suas casas e compartilharem comigo um pouco sobre suas dificuldades e

conquistas ao longo da vida, por me ensinarem sobre suas técnicas corporais na luta cotidiana com a água;

À Fundação Museologia Benedito Filgueiras de Gois – Museu Ibiapinópolis; ao Prof. Juarez Filgueiras de Gois, pela gentil visita guiada ao museu, oferecendo-me informações importantes sobre a história de Soledade; ao artista plástico Sonildo, pelas imagens que ilustram a capa desta pesquisa, pela exclusividade em tê-las desenhado ainda antes que eu deixasse Soledade;

À minha mãe, Maria Bernadete de Sena Jardim, por chefiar, com carinho e bravura, a nossa família; por assumir a responsabilidade pela gestão do nosso lar e da nossa empresa; por acreditar em meu potencial para os estudos, financiando e incentivando o exercício acadêmico, ainda que isto tenha lhe custado uma enorme sobrecarga de trabalho nos últimos anos;

Ao meu pai, Ademild Marcos da Silva Jardim, com quem eu ainda criança brincava com a lanterna, iluminando nosso caminho até o Sítio dos Puris, no Vale do Cedro em Miracema-RJ, lugar onde buscávamos água após um longo dia de trabalho; pelo exemplo de força e coragem para enfrentar as dificuldades encontradas no curso da vida;

À minha irmã, Luiza de Sena Jardim, por me receber sempre de braços abertos; por acreditar no meu esforço, dividindo comigo atenção e recursos para o desenvolvimento deste estudo; por compartilhar comigo sua indignação e revolta em relação à opressão de gênero no trabalho e na sociedade, enriquecendo meus pontos de vista e análises sobre a condição da mulher na contemporaneidade;

À amiga Alice Gonçalves Arcuri, pelo amor e generosidade sempre; por me acolher em sua casa e acreditar na minha capacidade intelectual para superar desafios e vencer; por me energizar com pensamentos positivos e me lançar para a frente; por me fazer ver que o passado só vale a pena quando é para colocarmos um sorriso no rosto;

Ao amigo Olivier Facon, pelo carinho e atenção; pelo caloroso debate sobre as continuidades do colonialismo na atualidade, nossas discussões sobre a configuração da Martinica como território francês *'département d'outre mer'*, ou mesmo sobre a 'ajuda' ou 'intervenção' francesa na guerra em Mali, assim como em diversas outras questões, com variações para gênero, raça e sexualidade, surgiram para mim como um caleidoscópio de exemplos sobre como o colonialismo persiste nos dias atuais, em especial por indicar suas relações com o passado, quase sempre como um 'modo de pensar';

Finalmente e não menos importante, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa;

Os meus sinceros agradecimentos!

JÁ SE PODE VER AO LONGE
A SENHORA COM A LATA NA CABEÇA
EQUILIBRANDO A LATA VESGA
MAIS DO QUE O CORPO DITA
O QUE FAZ O EQUILÍBRIO CEGO
A LATA NÃO MOSTRA
O CORPO QUE ENTORTA
PRA LATA FICAR RETA
PRA CADA BRAÇO UMA FORÇA
DE FORÇA NÃO GEME UMA NOTA
A LATA SÓ CERCA, NÃO LEVA
A ÁGUA NA ESTRADA MORTA
E A FORÇA NUNCA SECA
PRA ÁGUA QUE É TÃO POUCA

CHICO CÉSAR / VANESSA DA MATA

RESUMO

JARDIM, Gabriel de Sena. **A Fonte que Nunca Seca:** uma análise sobre o trabalho cotidiano de mulheres em contato com a água. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Nas comunidades consideradas mais pobres do mundo, nos lugares onde faltam água e alimentos, as discriminações e desigualdades de gênero são marcadas por inúmeras dificuldades para as mulheres, responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos no cotidiano familiar. Nas regiões aonde falta água, as mulheres, muitas vezes na companhia dos filhos, são as principais responsáveis por ir buscá-la. Ao mesmo tempo, inúmeras agências internacionais para o desenvolvimento, corporações e poderosas organizações não-governamentais não cessam de apontar que as mulheres estão mais vulneráveis aos riscos ambientais do que os homens, justificando a necessidade em integrá-las nos programas e projetos de desenvolvimento dos então chamados ‘recursos hídricos’ comunitários. Apesar dos esforços na integração da dimensão de gênero nas políticas públicas para o desenvolvimento, a implementação de tecnologias sociais não significa qualquer mudança nas estruturas patriarcais e na divisão sexual do trabalho – as mulheres continuam responsáveis pelas mesmas tarefas domésticas de antes. Esta pesquisa propõe, a partir de uma perspectiva antiessencialista, analisar a relação estabelecida entre mulheres e água no cotidiano e nos projetos para o desenvolvimento de suas comunidades. A tese defende a ideia de que a relação das mulheres com a água não faz parte de uma natureza ou essência feminina própria; ao contrário, trata-se de uma relação de dominação e opressão socioculturalmente construída pela divisão sexual do trabalho. O estudo busca investigar a manutenção das estruturas de dominação colonial/patriarcal presentes tanto no trabalho cotidiano feminino em contato com a água, adaptado ou não por novas tecnologias, quanto na implementação de ‘novos’ projetos para o desenvolvimento de ‘recursos hídricos’ comunitários. O estudo justifica-se na busca pelo entendimento dos mecanismos de dominação e exploração sobre as mulheres e a natureza, mais especificamente sobre as mulheres e a água. As abordagens teóricas indicadas – os estudos culturais, pós-coloniais, subalternos, gênero e (eco)feminismos – nos permitem flexibilizar ideias de pontos de vista hegemônicos, enrijecidos por lógicas de dominação, e lançar um novo olhar sobre a mesma realidade observada, apontando outra maneira de definir o problema e propor soluções. A pesquisa de campo, realizada em seis diferentes comunidades da zona rural do município de Soledade-PB, teve por objetivo analisar a relação mulheres e a água nos seus cotidianos e nos projetos para o desenvolvimento de suas comunidades. No total, onze mulheres participaram do estudo que buscou dar visibilidade à diversidade de técnicas corporais desempenhadas no acesso, uso, controle e gestão da água, examinando a participação feminina na implementação de tecnologias sociais do ‘Programa Um Milhão de Cisternas’ e do ‘Programa Uma Terra e Duas Águas’. A pesquisa buscou mapear a relação dessas mulheres com a água no trabalho, produtivo e reprodutivo, configurando um mosaico de técnicas corporais femininas que se articulam organicamente em sucessão cíclica e interminável, evidenciando a opressão cotidiana em suas vidas. O registro de ambos os procedimentos contou com o auxílio do recurso audiovisual. O material coletado foi organizado pelo software Atlas.ti. Os resultados mostram que a relação das mulheres com a água não é uma essência, ou uma natureza feminina, trata-se de uma relação de trabalho, invisível ou fantasma, diário e compulsório, não valorizado e não reconhecido.

PALAVRAS-CHAVE: MULHERES; ÁGUA; TRABALHO; COTIDIANO; TÉCNICAS CORPORAIS; PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES.

ABSTRACT

JARDIM, Gabriel de Sena. *The Source that Never Dries: an analysis about women's daily work in touch with water*. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

In the poorest communities of the world, in places where there are lacks of water and food, discrimination and gender inequalities are marked by numerous difficulties for women, they are daily oppressed by housekeeping and taking care of children in their family life. In regions where water is lacking, women, often with their children, are the main responsible to go fetch it. At the same time, many international development agencies, powerful corporations and non-governmental organizations are constantly pointing out that women are more vulnerable to environmental hazards than men, justifying the need to integrate them into programs and development projects for the so-called communitarian 'water resources'. In despite of the efforts in mainstreaming gender in public policies for the development, the brand new social technologies does not mean any change in patriarchal structures and in the sexual division of labor - women remain responsible for the same chores as before. This research proposes, from an anti-essentialist perspective, to analyze the relationship between women and water in their daily lives and also in their communitarian development projects. The thesis supports the idea that the relationship between women and water is not a part of a nature or female essence itself; rather, it is related with their social roles in the sexual division of labor. The study aims to investigate the maintenance of the colonial / patriarchal domination structures, presented in both, the women's daily work in touch with water; and in the implementation of projects for the communitarian 'water resources' development. The study has relevance, in search to understand the mechanisms of domination and exploitation of women and nature, more specifically on women and water. The theoretical approaches - postcolonial cultural studies, subaltern studies, gender and (eco)feminisms - allows to bring more flexibility in ideas of hegemonic points of view, indicating another way to define the problem and propose solutions. The field research, conducted in six different rural communities of Soledad-PB, aimed to analyze the relationship of women and water in their daily lives, adapted or not by new technologies, and in their communitarian development projects. In total, eleven women participated in the study which sought to give visibility to the diversity of body techniques performed on access, use, control and management of water, examining women's participation in the implementation of social technologies proposed by the 'One Million Cisterns Program' and the 'One Land Two Waters Program'. The research mapped the relationship of these women with water at work, productive and reproductive, setting a mosaic of female body techniques that are organically articulated in a cyclical and unending succession, showing the everyday oppression in their lives. The record of both procedures had the help of a camera, the collected material was organized by Atlas.ti software. The results show that the relationship between women and water is not an essence, or a feminine nature, it is a daily work relationship, invisible and compulsory, unappreciated and unrecognized.

KEYWORDS: WOMEN; WATER; WORK; DAILY LIFE; BODY TECHNIQUES; PSYCHOSOCIOLOGY OF COMMUNITIES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 – Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro.....	78
Mapa 02 – Comunidades Rurais Visitadas em Soledade-PB.....	110
Fotograma Cartograma 01.....	114
Fotograma Cartograma 02.....	117
Fotograma Cartograma 03.....	121
Fotograma Cartograma 04.....	124
Fotograma Cartograma 05.....	126
Fotograma Cartograma 06.....	128
Fotograma Cartograma 07.....	132
Fotograma Cartograma 08.....	135
Fotograma 09.....	143
Fotograma 10.....	143
Fotograma 11.....	143
Fotograma 12.....	145
Fotograma 13.....	145
Fotograma 14.....	145
Fotograma 15.....	149
Fotograma 16.....	149
Fotograma 17.....	149
Fotograma 18.....	152
Fotograma 19.....	152
Fotograma 20.....	152
Fotograma 21.....	154
Fotograma 22.....	154
Fotograma 23.....	154
Fotograma 24.....	156
Fotograma 25.....	156
Fotograma 26.....	156
Fotograma 27.....	157
Fotograma 28.....	157
Fotograma 29.....	157
Fotograma 30.....	158
Fotograma 31.....	158
Fotograma 32.....	158
Fotograma 33.....	159
Fotograma 34.....	159
Fotograma 35.....	159
Fotograma 36.....	161
Fotograma 37.....	161
Fotograma 38.....	161
Fotograma 39.....	163
Fotograma 40.....	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Agenda Realizada para Coleta de Dados.....	113
Quadro 02 – Demonstração de Técnicas Corporais por Participante.....	142
Quadro 03 – Mosaico de Técnicas Corporais Cotidianas Agrupadas Organicamente....	162

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas
ASA – Articulação Semiárido Brasileiro
ASPROCAMA – Associação dos Produtores Rurais de Caiana
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAP-NET – The International Network for Capacity Building in Integrated Water Resources Management
CENTRAC – Centro de Ação Cultural
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento
CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COLETIVO – Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra às Secas
FBB – Fundação Banco do Brasil
FSM – Fórum Social Mundial
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde – Órgão Executivo do Ministério da Saúde
GAPA – Gestão de Água para a Produção de Alimentos
GRH – Gestão de Recursos Hídricos
GWA – Gender and Water Alliance
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICWE – International Conference on Water and the Environment
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MCIDADES – Ministério das Cidades
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MS – Ministério da Saúde
ODM's – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIMC – Programa Um Milhão de Cisternas
P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas
PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
PAS – Programa Alimentos Seguros
PMNN – Projeto Mulheres Migrantes Nordestinas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDC – Swiss Agency for Development and Cooperation
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil
SISMA – Sistema Simplificado de Manejo de Água para a Produção de Alimentos
SIH – Secretaria de Infraestrutura Hídrica
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
UNFPA – United Nations Population Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. PÓS-COLONIALISMO E FEMINISMO DECOLONIAL.....	27
1.1 PÓS-COLONIALISMO E FEMINISMO PÓS-COLONIAL.....	28
1.2 ‘MODERNIDADE/COLONIALIDADE’ E FEMINISMO DECOLONIAL.....	42
2. PERSPECTIVAS PARA DECOLONIZAR AS MULHERES E A NATUREZA.....	52
2.1 ECOFEMINISMO E ECOLOGIA POLÍTICA FEMINISTA	54
2.2 MULHERES E ÁGUA NO COTIDIANO E NO DESENVOLVIMENTO	61
3. BREVE PANORAMA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO DO ‘SEMIÁRIDO BRASILEIRO’	71
3.1 MULHERES SERTANEJAS	73
3.2 ‘SEMIÁRIDO BRASILEIRO’	78
3.3 PROGRAMA ‘ÁGUA PARA TODOS’ E ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	82
4. TÁTICAS DE PESQUISA.....	87
4.1 PERCURSOS NA PARAÍBA.....	90
4.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	97
4.2.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	99
4.2.2 TOMADAS-DE-CENA.....	101
5. “PARAÍBA MASCULINA, MULHER-MACHO SIM SENHOR!”	105
5.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	108
5.2 REGISTRO DE TÉCNICAS CORPORAIS NO TRABALHO COTIDIANO COM A ÁGUA	139
5.2.1 ‘BOTAR ÁGUA’	142
5.2.2 TRATAR A ÁGUA	145
5.2.3 COZINHAR.....	147
5.2.4 LAVAR LOUÇAS	151
5.2.5 LAVAR ROUPAS.....	152
5.2.6 LIMPAR A CASA	155
5.2.7 ÁGUA PARA A HIGIENE PESSOAL.....	156
5.2.8 REUTILIZAR ÁGUAS SERVIDAS.....	157
5.2.9 REGAR PLANTAS	159
5.2.10 DESSEDENTAR ANIMAIS.....	160
5.3 VIDEO-FEEDBACK COM MARLI MORAIS.....	163
5.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO E CESSÃO DOS DIREITOS DE IMAGEM.....	189
ANEXO II – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	190
ANEXO III – QUADRO AUXILIAR PARA REGISTRO AUDIOVISUAL	192
APÊNDICE I – VÍDEO-PESQUISA ‘A FONTE QUE NUNCA SECA’	193
APÊNDICE II – PRODUÇÕES RESULTANTES DA PESQUISA.....	194

INTRODUÇÃO

Todos os dias vivemos a opressão do cotidiano. Dia após dia, o trabalho se repete, ciclicamente, sem fim. Mas, o trabalho não é igual para todos. Pode ser parecido para muitos, mas sempre diferente, sempre adaptado às nossas condições materiais na vida. Ao longo deste estudo, tive a oportunidade de refletir sobre o trabalho de muitas mulheres, em todo mundo, no contato cotidiano com a água. Elas acordam cedo e preparam o café da manhã, em seguida lavam a louça, as roupas, o banheiro, limpam a casa e dão de comer aos animais. Tudo parece acontecer ao mesmo tempo. Enquanto cuidam das crianças, também vigiam a panela no fogo e regam a horta. Nos lugares onde falta água, junto dos filhos, elas vão longe buscá-la. Quando chega o período das secas, elas vão sempre um pouco mais longe, à procura de uma fonte com um pouco de água. Elas são fortes e valentes e enfrentam, com coragem, as dificuldades da vida.

A opressão de gênero tem raízes remotas que a história nos aponta desde a Grécia Antiga, onde, segundo Tomas Laquer (2001), não havia nem mesmo ainda a compreensão de um sexo feminino tal como o entendemos hoje. As concepções que dominavam as mentalidades no século V a.C. nasceram com os médicos da Antiguidade, que acreditavam haver um único sexo e dois gêneros – um *continuum* entre o ‘*mâle*’ e o ‘*moindre mâle*’, o perfeito e o imperfeito. As mulheres, ou ‘homens invertidos’, eram consideradas imperfeitas por natureza, esse discurso foi validado por filósofos como Aristóteles (384-322 a.C.) e Hipócrates (460-370 a.C.), que classificavam as mulheres como ‘menos homens’.

O entendimento de um ‘único sexo’ manteve-se até a Revolução Francesa (1789-1799). A partir de então, os ideais iluministas do século XVIII – ‘*Liberté*’, ‘*Egalité*’, ‘*Fraternité*’ – inauguraram a ‘igualdade’ das relações sociais entre todos os seres humanos. O homem passou a ser considerado o ‘sexo forte’, e a mulher, o ‘sexo belo’. Progressivamente, as ideologias fundadas pelo ‘diferencialismo igualitário’ deram lugar a um ‘diferencialismo

hierárquico’, qualificando as mulheres como o ‘sexo frágil’. Com o advento dos ideais de democracia burguesa e norma familiar, a sexualidade da mulher passou a ser interpretada pela racionalidade médica ocidental e é nesse contexto, de atribuição da função materna, que aparece a mulher enquanto ‘cuidadora’, trazendo a concepção da naturalização do feminino pautada pela biologização do corpo da mulher (PEYRE et WIELS in MARCONDES, 2010).

A partir da segunda metade do século XIX, a obra de Charles Darwin ‘Da origem das espécies’ inaugura uma nova matriz científica – o evolucionismo. A ideia de que os seres humanos evoluem do caos à organização, da irracionalidade à inteligência, do instintivo à razão. O discurso científico, baseado em estudos sobre o volume e a forma do cérebro, considerava as mulheres como inferiores do ponto de vista psíquico e intelectual, justificando a recusa no direito à educação, validando novas categorizações que diferenciavam a ‘natureza’ masculina – compreendida pelo uso do pensamento e da razão, da ‘natureza’ feminina – associada à fragilidade, à docilidade e aos ideais maternos. De modo semelhante, o estudo do crânio e do esqueleto buscava fundamentar análises comparativas, bem como um novo sistema de comparações sobre a ‘natureza’ das raças, caracterizando os negros como intermediários entre o humano e o animal, inferiores sob todos os aspectos, de pouca inteligência e assemelhando-se ao selvagem; em contraposição ao homem branco, civilizado e dotado de capacidade intelectual.

Este esquema ideológico, fundado na naturalização dos sexos e das raças, criou hierarquias, legitimando a dominação, colonização e exploração imperial estabelecida pela Europa no domínio do mundo. Trata-se de um esquema fundado pela ‘raça branca’, considerada ‘evoluída’, que julga necessária uma missão civilizadora para levar o ‘progresso’ às raças ‘inferiores’, ‘amarelas’ e sobretudo, ‘negras’. Este legado colonial/patriarcal é ainda muito presente em nossas vidas cotidianas, seja pela sua internalização nas sociabilidades,

traduzidas por preconceitos de todo o tipo contra as mulheres e a população afrodescendente, seja pelas relações de poder estabelecidas no eixo ‘Norte’/‘Sul’.

Inserido em um programa de estudos interdisciplinares voltado às questões comunitárias, este estudo está relacionado com questões contemporâneas de políticas por igualdades, atravessadas pelas dimensões de gênero, classe, raça/etnia, nos programas e projetos para o desenvolvimento de ‘recursos hídricos’, locais e/ou globalizados. O tema proposto para análise está associado às dificuldades encontradas por inúmeras mulheres em diversas regiões do mundo, particularmente, nas regiões áridas e semiáridas, vulneráveis a processos de desertificação, onde o fenômeno das secas se faz presente de modo cíclico, afetando o cotidiano das populações que, impulsionadas pela escassez de água e pela fome, migram em busca de melhores condições de vida e oportunidades. Em grande parte, tais regiões estão localizadas nos chamados países ‘em desenvolvimento’, na América Latina, na África subsaariana e no sudeste da Ásia.

Na África subsaariana, por exemplo, mais da metade das famílias rurais e cerca de um quarto dos domicílios urbanos não têm acesso fácil a fontes de água potável. Além disso, a tarefa de coletar a água recai principalmente sobre as mulheres, reduzindo o tempo em que elas poderiam se dedicar a outras atividades; seja para aumentar a sua renda familiar, seja em sua própria educação, ou mesmo no tempo livre destinado ao ócio e ao lazer. A participação das mulheres nas tomadas de decisão, especialmente nas de alto nível relacionadas ao ‘meio ambiente’, é ainda consideravelmente menor do que a participação dos homens, restringindo assim a integração de questões e perspectivas de gênero na proposição de políticas públicas locais (UNITED NATIONS, 2010).

No Brasil, o problema da escassez de água é também recorrente no chamado ‘Polígono das Secas’, hoje denominado ‘Semiárido brasileiro’, lugar onde a água é assunto estratégico para o desenvolvimento. Embora o Brasil seja considerado um país privilegiado

no que diz respeito à quantidade de água doce, entre 12% e 16% do volume total de ‘recursos hídricos’ do planeta Terra, sua distribuição é desigual e concentrada, ou seja, os volumes de água *per capita* variam bastante, considerando-se a sua distribuição, a densidade populacional e fatores socioeconômicos diversos (CLARKE; KING, 2005). Enquanto na Região Norte a bacia fluvial do Amazonas detém o maior volume de água doce do globo, com a menor densidade populacional do país; a Região Nordeste conta com apenas 3% das águas brasileiras, com somente dois rios perenes – o São Francisco e o Parnaíba. (CGEE, 2009).

A escassez de água no Nordeste brasileiro pode ser observada tanto como um obstáculo ao desenvolvimento econômico macrorregional, quanto como uma condição social partilhada especialmente entre as mulheres que vivem nas comunidades rurais mais pobres do país. Isso nos leva a acreditar que, para além das hierarquias de classe, observadas na concentração de renda; gênero, no androcentrismo e sexismo cultural; raça/etnia, nas estigmatizações e preconceitos de um passado escravagista e colonial; podemos ainda observar hierarquias no acesso a alguns dos ‘recursos naturais’ que são indispensáveis não apenas ao desenvolvimento e à qualidade de vida das populações, mas à própria vida – a água.

Em todo o mundo, inúmeras agências internacionais, corporações e poderosas organizações não-governamentais para o desenvolvimento não cessam de apontar que as mulheres estão mais vulneráveis aos riscos ambientais do que os homens. Os territórios vulneráveis indicados não estão apenas relacionados ao contexto de extrema pobreza e miséria nos quais muitas mulheres se encontram, mas também às próprias barreiras socioculturais que lhes são impostas, pelos obstáculos à sua plena participação na sociedade, justificando a necessidade em integrá-las nos programas e projetos de desenvolvimento dos então chamados recursos hídricos comunitários (BANCO MUNDIAL, 2012; UNFPA, 2009; CAP-NET, GWA, 2006; SDC, 2005).

O Relatório ‘*Gender and Water*’ – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – analisa a importância dessa integração. O documento destaca processos e métodos participativos, reconhecendo as desigualdades e diferenças de gênero. As mulheres são reconhecidas como centrais na provisão, gerenciamento e na salvaguarda dos recursos naturais. Trata-se de uma iniciativa/abordagem holística e intersetorial que faz parte do planejamento de desenvolvimento sustentável dos ‘recursos hídricos’ como chave para erradicar a pobreza (PNUD, 2006).

Em grande medida, a definição de esforços na integração das dimensões de gênero parece ter se acentuado após a realização da ‘Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente’, tendo sido definidos na ocasião os princípios sobre a água e o desenvolvimento sustentável, documento que ficou conhecido como ‘Princípios de Dublin’¹ (ICWE, 1992). O debate teve continuidade na realização da Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD), culminando na ‘Declaração do Milênio das Nações Unidas’, documento assinado por 191 Estados-membros, em setembro de 2000, com a finalidade de acordar compromissos com prazos fixados para o alcance dos ‘Objetivos de Desenvolvimento do Milênio’. Os ODM’s, como ficaram conhecidos, identificam, dentre outras prioridades, a promoção da igualdade entre os sexos e o empoderamento/autonomia das mulheres, incentivando investimentos em infraestruturas capazes de reduzir o tempo gasto por mulheres e crianças na coleta de água e lenha, por exemplo (PNUD, 2005).

No Brasil, o ‘4º. Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio’ indica que a porcentagem da população urbana com acesso à

¹ Os princípios de Dublin – estabelecidos durante a realização do ‘*International Conference on Water and Environment*’ naquela cidade em 1992 – foram decisivos para a integração das dimensões de gênero. Os princípios podem ser assim resumidos: a água doce é recurso natural finito e vulnerável, essencial para manter a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente; o gerenciamento dos recursos hídricos deve ser baseado em uma abordagem participativa, envolvendo planejadores, usuários e administradores em todos os níveis; **as mulheres têm papel central no gerenciamento, provisão e conservação das águas**; a água tem valor econômico em todos os seus usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem essencial. (ICWE, 2002) (Síntese, tradução e grifo nosso).

água aumentou, passando de 82,3%, em 1992; para 91,6%, em 2008. Todavia, quando decompos os dados por estados da federação e por regiões rurais, vemos que há muito espaço para melhorar tais indicadores. O cumprimento deste objetivo não é ainda uma realidade se observarmos mais de perto os recortes geográficos e socioeconômicos, onde as desigualdades regionais permanecem ainda em altos níveis. O acesso à água está também associado a discriminações de gênero e raça, importantes na configuração de um cenário cada vez mais hierarquizado. O relatório atesta que “[as] desigualdades raciais [...] ainda são bastante pronunciadas: 82,2% da população branca está coberta por serviços de água e esgoto adequados, contra 69,4% de cobertura entre pretos e pardos” (IPEA, 2010).

A integração de gênero nas políticas públicas para o desenvolvimento de ‘recursos hídricos’ tem sofrido inúmeras críticas, não pelo seu princípio, mas pela sua homogeneização instrumental, sem maiores discussões e avaliações. As novas tecnologias são pensadas globalmente – geralmente nos países ditos desenvolvidos – mas não são integralmente adaptáveis a todas as regiões do globo. Os novos produtos da indústria tecnocientífica são denunciados como instrumentos de dominação das mulheres e da natureza. O impacto de muitos dos programas para o desenvolvimento tem sido negativo para muitas mulheres. A implementação de tecnologias para reduzir o tempo gasto na coleta de água não significa qualquer mudança nas estruturas patriarcais e na divisão sexual do trabalho – as mulheres continuam responsáveis pelas mesmas tarefas domésticas e pelos cuidados com as crianças.

Os chamados ‘pacotes tecnológicos’ para o desenvolvimento contrastam radicalmente com as maneiras mais ecológicas e variadas defendidas por mulheres e grupos indígenas em diversas regiões do chamado ‘Terceiro Mundo’, conhecimentos e práticas que se opõem ao nexo dominante entre ciência reducionista, patriarcado, violência e ganância – formas de relacionar pessoas, conhecimento e natureza que são menos exploradoras e reificantes; mais localizadas, descentralizadas e em harmonia com o ecossistema. Isso significa que a

visibilidade dada às mulheres em tais projetos é construída para fomentar os procedimentos das agências de desenvolvimento e o financiamento internacional de tecnologias sociais capazes de ‘mudar’ a realidade local. De um modo geral, encontramos uma ‘essencialização tecnológica’ das mulheres, como apontam diversos autores em relação aos projetos para o desenvolvimento (BRAIDOTTI et al., 1994; ESCOBAR, 1999).

Esta pesquisa propõe, a partir de uma perspectiva antiessencialista, analisar a relação estabelecida entre mulheres e água no cotidiano e nos projetos para o desenvolvimento de suas comunidades. A tese defende a ideia de que a relação das mulheres com a água não faz parte de uma natureza ou essência feminina própria; ao contrário, trata-se de uma relação de dominação e opressão socioculturalmente construída pela divisão sexual do trabalho. O estudo busca investigar a manutenção das estruturas de dominação colonial/patriarcal presentes tanto no trabalho cotidiano feminino em contato com a água, adaptado ou não por novas tecnologias, quanto na implementação de ‘novos’ projetos para o desenvolvimento de ‘recursos hídricos’ comunitários.

O desenvolvimento deste estudo justifica-se na busca pelo entendimento dos mecanismos de dominação e exploração sobre as mulheres e a natureza, mais especificamente sobre as mulheres e a água. A ideia é tornar visível todo o trabalho cotidiano feminino em contato com a água, na articulação orgânica dos seus usos produtivos e reprodutivos; desconstruindo noções essencialistas presentes tanto nos discursos científicos e em seus projetos para o desenvolvimento, quanto na própria divisão social do trabalho entre os sexos. A pesquisa considera ainda a imprescindível responsabilidade social das instituições públicas de ensino no questionamento da realidade em que vivem e atuam, contrapondo as referências androcêntricas e misóginas que tanto predominam nos debates em Ciências Sociais.

O trabalho se constituiu em dois momentos: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. As abordagens teóricas indicadas – os estudos culturais, pós-coloniais, subalternos,

gênero e (eco)feminismos – consideram o caráter relativo, situado e parcial dos conhecimentos e saberes, bem como a definição da realidade e dos problemas específicos de cada lugar (HARAWAY, 1988). Isso nos permite flexibilizar ideias de pontos de vista hegemônicos, enrijecidos por lógicas de dominação, e lançar um novo olhar sobre a mesma realidade observada, apontando outra maneira de definir o problema e propor soluções. As leituras sugeridas são também projetos políticos que promovem o deslocamento do sujeito da vitimização para a agência, reconhecendo a condição de uma vida ‘entremundos’, de um pensamento de fronteira que busca ir mais além para acessar outros modos de consciência e de ser, conexões rumo à mudança social (ESCOBAR, HARCOURT, 2005; ANZALDÚA, 1987).

A pesquisa de campo foi realizada a partir de uma enquete exploratória que identificou áreas de interesse para a execução do estudo. A partir de então, o desenvolvimento de uma pesquisa piloto buscou aperfeiçoar procedimentos para coleta e análise de dados e adequar o roteiro de entrevistas, ajustando-o ao universo pesquisado. As entrevistas, qualitativas e semiestruturadas, contaram com o auxílio do registro audiovisual e foram conduzidas sob a forma de diálogo, como em uma conversa informal. Considerando que a produção científica não se realiza enquanto atividade neutra ou objetiva, isenta de escolhas e valoração; mas, como ato seletivo de apropriação teórica, crítica e interpretativa, a análise dos dados coletados no campo foi guiada pelo argumento antiessencialista sustentado nos capítulos precedentes, orientado pelas teorias crítica (eco)feminista e pós-colonial. A tese está organizada em 5 capítulos, conforme exponho a seguir.

Em quase todo o chamado ‘Terceiro Mundo’, as culturas contemporâneas são marcadas pelas tensões estabelecidas entre o fim das relações diretas de colonização e a sua presença através de estratégias hegemônicas (neo)coloniais. O colonialismo transformou as fronteiras geográficas do mundo moderno, a sua continuidade no presente parece indiscutível.

No capítulo 1, as abordagens teóricas do pós-colonialismo e do feminismo decolonial indicam caminhos para uma compreensão antiessencialista do mundo; são veredas que buscam representações mais fluidas e híbridas acerca da identidade cultural de grupos marginalizados. O poder da representação é considerado um importante veículo de subversão das estratégias imperiais e das práticas patriarcais, em ambos os campos de estudos – pós-coloniais e feministas – encontramos o argumento antiessencialista para postular formas de representação contra-hegemônicas, buscando um senso de desarticulação das estruturas de dominação.

O ecofeminismo e a ecologia política feminista são também estimulantes para avançarmos na discussão a partir de uma abordagem antiessencialista. No capítulo 2, a crítica ecofeminista propõe denunciar a lógica que se sustenta sobre a dominação e a exploração das mulheres, da natureza e dos povos do ‘Terceiro Mundo’. A análise busca perspectivas para decolonizar o cotidiano feminino – significativamente marcado pelo trabalho em contato com a água – e os programas e projetos para o desenvolvimento dos chamados recursos hídricos, desafiando as ‘novas’ tecnologias como ferramentas de dominação das mulheres e da natureza. Em síntese, o suporte tecnológico não tem o poder de alterar as estruturas patriarcais e a divisão sexual do trabalho, nem a condição de dependência político-econômica estabelecida nas relações entre o eixo ‘Norte’/‘Sul’, perpetuando a dominação e a opressão de gênero, traduzidas por inúmeras desigualdades para as mulheres em todo o mundo.

No Brasil, as desigualdades sociais não são resultado apenas de políticas públicas recentes, mas encontram ressonâncias no colonialismo e na construção de identidades e papéis sociais engendrados pela lógica do patriarcalismo colonial. No capítulo 3, apresento um ‘Breve Panorama Histórico-Sociológico do ‘Semiárido Brasileiro’ para um melhor entendimento de algumas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de ‘recursos hídricos’ na região. Inicialmente, a ideia é dar visibilidade à histórica luta feminina no ‘Nordeste Seco’, indicando como o movimento colonial/patriarcal configurou mecanismos de

dominação da natureza e opressão das mulheres. Em seguida, proponho apresentar a nova delimitação do ‘Semiárido Brasileiro’, indicando possibilidades e desafios na articulação de políticas alternativas a modelos hegemônicos de ‘desenvolvimento’.

As ‘Táticas de Pesquisa’, anunciadas no capítulo 4, reafirmam o compromisso político deste estudo em propor um enquadramento teórico-conceitual avesso às dicotomias e hierarquizações. A ‘metodologia das oprimidas’, baseada na ideia de uma consciência opositiva e diferencial, também identificada como uma ‘consciência mestiça’ (ANZALDÚA, 1987), busca explorar o *lócus* fraturado da colonialidade de gênero, situando saberes e (re)conhecendo experiências (HARAWAY, 1988). A pesquisa de campo, realizada a partir de uma enquete exploratória na Paraíba, indicou percursos em um estudo preliminar que possibilitou a revisão dos objetivos propostos, a seleção do campo, a delimitação do escopo do trabalho e o aperfeiçoamento de procedimentos para a coleta e a análise dos dados.

A pesquisa foi então realizada a partir de dois procedimentos: entrevistas qualitativas, conduzidas com o auxílio de roteiro semiestruturado, e; construção de um *corpus* de análise qualitativa, a partir da coleção de técnicas corporais sobre a relação das mulheres com a água em seus cotidianos. O registro de ambos os procedimentos contou com o auxílio do recurso audiovisual. O uso da câmera possibilitou o registro de testemunhos, narrativas orais e gestuais, além de expressões e movimentos do corpo na execução de técnicas corporais em contato com a água. A escolha das participantes obedeceu a critérios de disponibilidade e livre consentimento. As imagens coletadas foram organizadas com o auxílio do *software* de análise de dados Atlas.ti.

‘A mulher é paraíba mulher-macho sim senhor!’. No capítulo 5, a apresentação e análise dos dados da pesquisa de campo buscam explorar a dimensão de um pensamento de fronteiras, questionando as hierarquias entre o que é considerado trabalho doméstico reprodutivo feminino e o que é compreendido como trabalho produtivo masculino, sua

permeabilidade às mulheres e impermeabilidade aos homens. A pesquisa de campo, realizada em 6 diferentes comunidades da zona rural do município de Soledade-PB, teve por objetivo analisar a relação das mulheres com a água nos seus cotidianos, adaptados ou não por novas tecnologias, e nos projetos para o desenvolvimento de suas comunidades. No total, onze mulheres participaram do estudo que buscou dar visibilidade à diversidade de técnicas corporais desempenhadas no acesso, uso, controle e gestão da água, examinando a participação feminina na implementação de tecnologias sociais do ‘Programa Um Milhão de Cisternas’ e do ‘Programa Uma Terra e Duas Águas’. A pesquisa buscou mapear a relação dessas mulheres com a água no trabalho, produtivo e reprodutivo, configurando um mosaico de técnicas corporais femininas que se articulam organicamente em sucessão cíclica e interminável, evidenciando a opressão cotidiana em suas vidas.

Os resultados indicam que apesar dos esforços na implementação de programas e projetos para o desenvolvimento, resistem ainda inúmeras desigualdades e preconceitos de gênero que continuam a subordinar as mulheres nas relações sociais; tanto no âmbito do trabalho produtivo, traduzido como simples ajuda ao marido; como no trabalho considerado reprodutivo, no universo doméstico-familiar. A ideologia do desenvolvimento sustenta a mesma lógica colonial/patriarcal do passado – a dominação e a exploração das mulheres e da natureza. A relação das mulheres com a água não é uma relação essencial, ou uma natureza feminina, trata-se de uma relação de trabalho, invisível ou fantasma, diário e compulsório, não valorizado e não reconhecido.

Tornamo-nos muito conscientes, nos últimos anos, das coerções sobre a representação cultural das mulheres, e as pressões que entram nas representações criadas das classes e raças inferiores. Em todas essas áreas – sexo, classe e raça –, a crítica tem corretamente se concentrado nas forças institucionais das sociedades ocidentais modernas que moldam e estabelecem limites à representação de seres considerados essencialmente subordinados; assim, a própria representação tem se caracterizado no papel de manter o subordinado como subordinado, o inferior como inferior (SAID, 2011, p. 143).

1. PÓS-COLONIALISMO E FEMINISMO DECOLONIAL: VEREDAS PARA UMA COMPREENSÃO ANTIESSENCIALISTA DO MUNDO

Os efeitos do colonialismo iniciado no século XV – protagonista da expansão imperial da ‘Era dos Descobrimentos’ (ou das ‘Grandes Navegações’) – ainda não estão suspensos. Os movimentos por libertação trouxeram, em um plano político, a ‘independência’ das antigas colônias que, todavia, não conseguiram transpor o colonialismo enquanto relação social, “enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória” (SANTOS, 2010, p. 28). As lutas por emancipação política tiveram, paradoxalmente, continuidades com a lógica imperialista, perpetuando a dominação e a opressão através de ideais nacionalistas baseados nos discursos da norma, da ordem e do progresso², configurando um enorme mosaico de desigualdades sociais, ainda presentes em nosso cotidiano contemporâneo.

O período pós-colonial certamente faz referência ao momento histórico posterior ao processo de ‘descolonização’. Todavia, o ‘pós’ dos estudos pós-coloniais (ou pós-colonialismo) não significa cisão ou encerramento absoluto, ruptura linear e cronológica, com o período colonial; ao contrário, o prefixo busca dar sentido à continuidade das relações coloniais de dominação na contemporaneidade (HALL, 2009). A colonialidade de tais relações pode ser compreendida a partir das diversas situações de dominação e opressão

² No Brasil, alguns dados históricos demonstram nossa relação de continuidade com o colonialismo europeu. A independência do Reino de Portugal, declarada em 7 de setembro de 1822, deu origem a um novo regime monárquico/imperial. A Lei Áurea, Lei Imperial n. 3.353, sancionada por Princesa Isabel, extinguiu, em 13 de maio de 1888, a escravidão no Brasil – 65 anos após a independência. A abolição da escravatura foi um processo lento e gradual antecedido pela Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885). A proclamação da república, somente em 15 de novembro de 1889, adaptou o lema positivista de Auguste Comte (1798-1857) à bandeira nacional, incorporando a filosofia ocidental do desenvolvimento: “O amor por princípios, e a ordem por base; o Progresso por fim” (RIBEIRO JÚNIOR, 1994).

definidas pelo estabelecimento de fronteiras dicotômicas e hierárquicas – de gênero, raça/etnia, classe social e localização geográfica, por exemplo.

Neste primeiro capítulo indico alguns caminhos percorridos para uma compreensão antiessencialista do mundo; são veredas para o transcurso de fronteiras, passagens estreitas permeadas por riachos intermitentes o que nos permite deslocar o sujeito da vitimização ao agenciamento. Na seção a seguir, proponho revisar alguns dos conceitos estabelecidos em torno da discussão pós-colonial, uma leitura crítica sobre a continuidade das relações coloniais de dominação e opressão das mulheres na contemporaneidade. O conceito de hibridismo nos oferece a possibilidade do transbordamento de perspectivas essencialistas, borrando ideias que se baseiam em noções fixas para definir a identidade cultural de grupos ‘desfavorecidos’. Em seguida, apresento algumas reflexões pontuadas por intelectuais latino-americanos que propõem repensar os efeitos do colonialismo a partir do chamado ‘Sul’ do globo, ideia também compartilhada pelo feminismo decolonial e pelo pensamento feminista pós-moderno.

1.1 PÓS-COLONIALISMO E FEMINISMO PÓS-COLONIAL: A DUPLA COLONIZAÇÃO DAS MULHERES

O pós-colonialismo se ocupa, tanto em nível teórico como prático, dos problemas das populações desfavorecidas, da atualidade dos povos traumatizados pelas experiências de migração forçada, pela dominação, exploração e opressão em sua variedade de formas. Os estudos pós-coloniais configuram um campo epistemológico de abordagens críticas sobre os efeitos da colonização nas culturas e sociedades atuais, um conjunto de contribuições teóricas desenvolvidas especialmente a partir de estudos literários e culturais (SAID, 2007, 2011; HALL, 2009; GILROY, 2001; BHABHA, 1998). Inspirados pelo pós-estruturalismo, desconstrutivismo e pós-modernismo, os teóricos pós-coloniais propõem a dissolução de dicotomias e hierarquizações que enrijecem identidades culturais, evidenciando processos de

essencialização e dominação que se constituíram historicamente, desde o período colonial, e mantiveram-se após as lutas por independência (COSTA, 2006).

A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregularidades de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do ‘Terceiro Mundo’ e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma “normalidade” hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das “racionalizações” da modernidade (BHABHA, 1998, p. 239).

No campo dos estudos culturais, O ‘Orientalismo’ de Edward Said (2007) é considerado uma importante referência para entendermos as dinâmicas envolvidas pelo pós-colonialismo. A obra examina os modos pelos quais o discurso colonial³ operou como instrumento de poder, oferecendo importantes questionamentos sobre o fim do imperialismo no contexto contemporâneo. A partir da interpretação filológica de textos literários e relatos de viagens, o autor investiga, com uma abordagem literária crítica e humanista, como o Ocidente re-criou o Oriente, ou melhor, como o Oriente se tornou uma invenção a partir da experiência ocidental/européia, das distorções sobre a cultura do ‘Outro’ colonizado.

Fundado em um suposto sistema de conhecimento sobre o Oriente, o orientalismo concretizou-se como disciplina acadêmica que define, narra e orienta o que constitui o Oriente, assumindo *status* de instituição autorizada a discuti-lo e analisá-lo, seja através de descrições sobre a vida e a cultura dos povos orientais, seja ensinando, colonizando ou educando. O orientalista figurou também o estudioso acadêmico das línguas, da história e da cultura do Oriente, sempre à sua maneira ocidental. O discurso orientalista consolidou-se por

³ A análise do discurso colonial, baseada no pensamento de Michel Foucault, compreende um sistema complexo de signos e práticas que organizam a existência e a reprodução social dentro de relações coloniais de produção. O discurso constitui-se realidade em um sistema de afirmações estabelecidas por grupos sociais dominantes – colonizadores – dentro do qual o mundo pode ser conhecido, determinando a verdade pela imposição de conhecimentos científicos, disciplinas, valores e crenças, sob grupos dominados – colonizados. O discurso colonial passou a ser compreendido dentro de um campo de estudos, de análises críticas, sobre ideias relacionadas à centralidade europeia em relação à marginalidade das colônias, fixando o colonizador e a metrópole como ideais de civilização e desenvolvimento a serem alcançados. (SAID, 2007; BHABHA, 1998).

sua própria força e poder, por meio de ideologias capazes de se perpetuarem ao longo do tempo, como ciência a ser retransmitida sem ser analisada ou revisada no contexto contemporâneo.

De tal modo, gradualmente, o orientalismo passou a constituir mais uma das formas ocidentais de dominar e subjugar o Oriente, tanto em termos culturais quanto ideológicos. A escrita e a literatura, em oposição às formas orais de transmissão cultural, tornaram-se marcas da civilização, uma tecnologia específica de poder. A hierarquização das culturas foi reforçada por sistemas coloniais educativos. O Oriente descrito e caracterizado pelo orientalismo configura um corpo teórico que, embora fantasioso, é ainda hoje acreditado, seja como forma de instrução ou erudição, ou mesmo como modo de perpetuar a hegemonia ocidental⁴. “O seu alcance, assim como suas instituições e influência disseminada, perdura até o presente” (SAID, 2007, p. 78).

O Orientalismo analisa um conjunto de generalizações históricas que devem ser consideradas sob a dimensão cultural do imperialismo e das práticas coloniais por ele estabelecidas. O imperialismo está associado à configuração de uma ideologia expansionista – à posse sistemática de territórios, às vezes desconhecidos; à exploração da natureza como fonte de recursos (para o ‘desenvolvimento’); à dominação de seres humanos (homens e mulheres) considerados inferiores, por conseguinte escravizados, e; às aventuras e fantasias de enriquecimento através do ‘descobrimento’ do ‘Novo Mundo’ (SAID, 2011). O imperialismo indica ideais de um centro metropolitano que governa territórios alheios, quase sempre impondo o uso da força, em atos de violência geográfica, por meio do qual espaços – territórios e corpos – são mapeados e submetidos ao domínio imperial.

⁴ A hegemonia ocidental descreve o poder do discurso colonial sobre os colonizados, a ideia de que os interesses da metrópole são para o bem e para o ‘desenvolvimento’ da colônia. Enquanto controle sociopolítico, a hegemonia é importante pela capacidade de influenciar e persuadir o pensamento do colonizado de modo a garantir o seu consentimento para a operação do poder imperial nas regiões colonizadas. Como consequência, o sujeito colonizado compreende a si próprio como periférico em relação aos valores eurocêntricos, aceitando ao mesmo tempo a sua centralidade (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007, p. 106-107).

Enquanto ideologia de controle territorial, o imperialismo se justifica na presumida superioridade do homem branco ocidental; no prazer pelo uso do poder, utilizando a força sempre que necessário; no governo baseado na submissão do ‘Outro’ e; na ‘redentora’ missão civilizadora⁵, a ideia de educar, civilizar e instaurar a ordem com a colaboração de especialistas, missionários, professores, conselheiros e estudiosos, “[...] projetos não só cruéis, mas ainda bem-intencionados, de levar a luz aos lugares e povos escuros deste mundo por meio de atos da vontade e demonstrações de poder” (SAID, 2011, p. 72).

O colonialismo, legitimado pela ideologia imperialista, pode ser compreendido como o estabelecimento de colônias em territórios longínquos. O empreendimento colonial é novamente ideológico e repressor, a relação colonizador/colonizado é baseada em uma rígida hierarquia, silenciando o ‘Outro’ e definindo identidades a partir da discriminação de diferenças. Trata-se de diferenças qualitativas que polarizam representações tais como, superior/inferior, racional/primitivo, civilizado/selvagem, conferindo autoridade ao colonizador para dominar e governar o colonizado. A própria lógica colonial estabelece relações de força e poder através de mecanismos binários e dicotômicos de dominação: enquanto uns dominam (Ocidente), outros devem ser dominados (Oriente). Esta lógica não permite que o Oriente seja autorepresentado, suas possibilidades de representação são realizadas pelo Ocidente, onde os subordinados são sempre considerados grupos homogêneos.

A homogeneidade cultural dos subalternos, dos lugares e povos colonizados, produz essencialismos, estigmatizações e preconceitos. O colonialismo desenvolveu um sistema de categorizações a-históricas nas quais certas sociedades e culturas são ainda percebidas como inferiores. Um importante aspecto da discriminação colonial é que o colonizado é retratado pelo colonizador como criatura ingênua, simples ou *naïf*; preguiçoso, débil, degenerado, inapto à técnica e ao progresso – características consideradas essenciais, ou naturais, ao

⁵ O termo na versão francesa – *mission civilisatrice* – é frequentemente empregado para significar a implementação de uma série de ideologias, políticas e culturais, discriminatórias e preconceituosas, como estratégia de marginalização das colônias e essencialização dos povos colonizados (BHABHA, 1998).

colonizado. A construção negativa do colonizado permite ao colonizador se afirmar superior, negando a possibilidade de representação por parte do colonizado (MEMMI, 1977).

O imperialismo e as práticas coloniais, incluindo a ideologia do patriarcado, monopolizaram todo um sistema de representações. O poder de representar é um importante instrumento ideológico que possibilita descrever e controlar o modo como os ‘Outros’ são vistos, seja no colonialismo, nas relações assimétricas entre colonizador/colonizado, ou no patriarcalismo, nas relações de gênero. A questão levantada por Gayatri Spivak (2010), ‘Pode o subalterno falar?’, suscitou o debate, afinal: “Quem pode falar e por quem?”, “Quem escuta?”, “Como nos representamos e como representamos os ‘Outros’?”. A análise sobre a representação considera o ‘falar por’ e o ‘re-presentar’ como atos de fala em que se pressupõe um falante e um ouvinte, um espaço dialógico interativo. Trata-se de um posicionamento discursivo que nunca é concedido ao sujeito subalterno, sendo privado de qualquer forma de agenciamento, a autora conclui que o subalterno não pode falar.

O controle dos significados da representação – o poder do discurso colonial – aliado aos significados da produção – a força política, econômica e militar – garantiram a hegemonia europeia. A ideologia da raça e a gestão de uma sociedade fundamentada pelo patriarcalismo foi crucial na construção e naturalização de relações desiguais de força e poder. A classificação do que era considerado humano e civilizado excluía os povos indígenas e negros, considerados animais selvagens, sexualmente incontroláveis. A diferenciação, ou produção da diferença, de gênero e raça, estabelecida entre homens e mulheres, brancos e negros, e/ou indígenas, legitimava a dominação, a escravidão e a opressão na inferioridade atribuída aos ‘Outros’, reforçando ideais racistas e misóginos. A própria configuração do mundo colonial estava baseada na diferença e na sujeição da diferença, não apenas em relação à história e à civilização, mas em seu caráter ‘naturalmente pré-determinado inferior’ – quase

sempre assegurado pelo discurso científico⁶ – tornando conveniente explorá-lo como recurso para a produção e a extração de riquezas.

Assim, a dominação colonial e a opressão de gênero encontram-se entrelaçadas, ou seja, a condição de domínio colonial determina em termos não apenas simbólicos, mas também materiais, a posição de subalternidade das mulheres nas sociedades coloniais. A crítica feminista pós-colonial tem insistido que o colonizado não deve ser considerado em uma categoria única, chamando a atenção para o fato de que as mulheres têm sido marginalizadas no interior da sociedade colonial/patriarcal. Deste modo, a opressão colonial opera de modo consideravelmente diferente para mulheres e homens; as mulheres são ‘duplamente colonizadas’, submetidas ao poder da dominação colonial do império e a específica dominação masculina do patriarcado (SPIVAK, 2010; MOHANTY in MEZZADRA, 2008).

Nas colônias, os corpos femininos foram frequentemente o lugar de um poder discursivo diferente; as mulheres eram percebidas não apenas sexualmente, mas como sujeitos reprodutivos, como “ventres do império” (WHITLOCK, 1992). As mulheres negras e indígenas não eram sequer consideradas humanas, mas bestas ou selvagens, suas sexualidades eram objeto de curiosidade e estudo pelo discurso científico naturalista. Nas metrópoles, o exotismo do corpo feminino negro foi também objeto de exibição em espetáculos, seminários de anatomia e medicina, com estudos comparativos em etologia que buscavam comprovar a sua inferioridade, ou hipersexualidade, em relação à mulher branca ocidental. Os signos da

⁶ Teorias tais como a ‘evolução das espécies’ e ideias de que no mundo sobrevive o mais adaptado – a ‘seleção natural’, tal como foram aplicadas pelo Darwinismo Social, fazem parte das doutrinas científicas imperialistas que contribuíram e ainda muito contribuem para o pensamento baseado na diferenciação biológica, no essencialismo e na hierarquização de gênero e raça.

alteridade racial tornaram-se importantes na construção de uma sexualidade feminina transgressiva⁷.

Nas sociedades pós-coloniais, o autoritarismo manteve-se como lógica de dominação, perpetuando a opressão sob as mulheres. A tese de D'Ávila Neto (1994) adquire especial relevância para entendermos as desigualdades de gênero no Brasil em uma leitura psicossociológica; sua pesquisa indica que as raízes do patriarcado colonial estão ainda presentes nas relações de gênero, onde o corpo das mulheres seria o ponto de convergência das estratégias de poder, indicando a mulher não como categoria única, mas com diferenças geracionais, étnicas e de capital cultural, por exemplo.

É preciso não esquecer, evidentemente, que em nosso Brasil colonial havia um complexo de relações de autoridade e dominação, envolvendo o mundo senhorial (o *domus* e a senzala), em torno dos núcleos familiares agrários e depois urbanos, a população livre – mestiça ou branca – mas pobre, e o macrocosmo social, representado pelas instituições religiosas, administrativas, jurídicas, que faziam o regime da vida colonial. [...] somos forçados a reconhecer que no estudo dos papéis e relações interpessoais da família patriarcal brasileira vamos encontrar as raízes de inúmeros preconceitos, tanto em relação à mulher, como preconceitos que poderíamos chamar étnicos (D'ÁVILA NETO, 1994, p. 46.)

As resistências ao imperialismo, as lutas anticoloniais e os movimentos por independência, não ocorreram pacificamente; ao contrário, configuraram verdadeiras batalhas incluindo dissidências, protestos e violentas rebeliões, em grande parte conduzidas por movimentos nacionalistas na tentativa de recuperar o controle local, rejeitando o poder colonial. O nacionalismo surgiu como lógica de resistência, mas, não se tornou exatamente um projeto libertador. O ideal de nação, baseado em um único grupo étnico falando o mesmo idioma e compartilhando os mesmos costumes contrastava radicalmente com a configuração

⁷ O longa metragem *Vénus Noire*, dirigido por Abdellatif Kechiche (2010), é um notório exemplo sobre a objetificação do corpo feminino negro como entretenimento e investigação na metrópole. O filme, baseado na vida de Saartjie Baartman (1789-1815), conta a trajetória de 'Sarah', como ficou conhecida desde a sua atuação como *performer* nos conhecidos *freak shows*, onde se apresentava como aberração da natureza e chocava plateias, principalmente na Inglaterra; ou como atração nas *soirées libertines*, até a investigação do seu corpo como objeto de curiosidade científica por médicos e naturalistas franceses. Quando se tornou presidente da África do Sul, Nelson Mandela (1918-2013) formalizou pedido de repatriamento dos restos mortais de Saartjie Baartman à França. Após inúmeros debates e trâmites legais, a solicitação foi atendida apenas em 2002.

de uma sociedade pluriétnica e heterogênea, apagando diferenças e ocultando desigualdades, especialmente as de gênero e raça. “Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas” (HALL, 2009, p. 30).

No estudos pós-coloniais, diversos autores têm alertado sobre os riscos do essencialismo associado à ideia de cultura ou identidade nacional, questionando a configuração homogênea e horizontal produzida pela representação de uma “comunidade imaginada”. A história da nação tende a admitir um momento em que diversas temporalidades culturais – (pré)coloniais, pós-coloniais e modernas – fundem-se em um presente cognoscível. A crítica tem se concentrado em mostrar que a nação é fraturada em seu interior, articulada pelas contranarrativas dos povos que a constituem, marcada pela tensão provocada pelas diferenças culturais que rasuram suas fronteiras totalizadoras (BHABHA, 1998)

Em ‘Pele Negra, Máscaras Brancas’ Frantz Fanon (2008) analisa, no discurso nacionalista, a continuidade das relações coloniais de dominação e a manutenção do racismo como lógica opressora no período pós-colonial. Ao examinar ideias traduzidas por ‘povo negro’ ou ‘nacionalidade negra’, o autor questiona sua coerência e homogeneidade internas para dar voz e visibilidade aos grupos oprimidos e marginalizados, indicando abordagem crítica em relação à consciência nacional, arguindo necessária mudança para uma consciência social; caso contrário, o projeto liberacionista estaria fadado à extensão da lógica imperial.

O nacionalismo reiterou os mesmos ideais de desenvolver, modernizar, instruir e civilizar, dando continuidade ao propalado discurso colonial, internalizando essencialismos e hierarquizações baseadas na discriminação pelo sexo e pela cor da pele, reconfigurando

‘novos’ regimes segregacionistas⁸. O denominado nacionalismo cultural, herança iluminista baseada na secularização do Estado e no progresso, tendo como centralidade a razão, trouxe graves problemas para a liberdade, cidadania e autonomia social e política nas sociedades pós-coloniais (GILROY, 2001). Assim, reivindicações por reformas sociais na educação, saúde e reorganização da estrutura fundiária, estão ainda na pauta dos movimentos que buscam novas formas de democracia participativa, baseadas em ideais antiessencialistas e anti-hierárquicos, especialmente no que concerne às desigualdades de gênero e raça.

No Brasil, as fronteiras culturais estabelecidas durante a colonização também tiveram continuidades bastante expressivas no período pós-colonial. Os direitos de minorias étnicas e mulheres, por exemplo, fazem ainda parte da luta, em especial no que diz respeito às suas liberdades democráticas⁹. A especificidade do colonialismo no Brasil não se deve apenas ao fato de termos sido sede oficial do Império Português (1815-1822), distribuindo títulos de nobreza e acomodando novas oligarquias; o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010) indica ainda a configuração de regimes inter-identitários, entre as representações imaginárias de Próspero e Caliban, personagens da peça de Shakespeare ‘A tempestade’, como metáforas para as figuras e figurações de colonizadores e colonizados. A ambivalência e hibridação colonizador/colonizado, Próspero/Caliban, é uma experiência do colonialismo português: a

⁸ O *apartheid*, regime de segregação racial adotado na África do Sul (1948-1994), é um exemplo emblemático sobre as continuidades do colonialismo no período pós-independência. A política, oficializada em 1948 pelo governo nacionalista, tomou uma série de medidas para exercer o controle do ‘desenvolvimento separado’, ideia que culminou na segregação físico-racial dos espaços sociais, seja nas tribos/bantustões, no ‘Soweto’ (*South West Townships*), e mesmo nos serviços públicos como transporte, saúde e educação, sempre inferiores à população negra. Nelson Mandela (1918-2013), um dos maiores líderes mundiais na luta contra o regime segregacionista, eleito em 1994, inaugurou um novo regime político de rupturas com o passado colonial e em favor da democracia e da liberdade multirracial. O filósofo pós-estruturalista e crítico cultural Jacques Derrida (1985), em seu influente ensaio ‘*Racism’s Last Word / Le Dernier Mot du Racisme*’, sugeriu que o termo *apartheid* adquiriu ressonância como símbolo arquetípico da discriminação e do preconceito racial.

⁹ O direito de voto às mulheres, por exemplo, foi concedido apenas em 1932, mais de um século após o chamado ‘Grito do Ipiranga’ – a ‘Independência’ do Brasil em 7 de setembro de 1822. A participação política feminina ampliou-se após a constituinte de 1934, com o direito de candidatura às eleições. Ao longo do último século, as lutas não cessaram, o relatório “O progresso das mulheres no Brasil”, publicado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, indica que há ainda muitos desafios pela frente: os homens recebem em média salários 42% superiores aos das mulheres; a representatividade das mulheres no poder público e nas instâncias decisórias está muito aquém dos 50% de participação feminina na população do país. As lutas são ainda no sentido de ampliar liberdades democráticas – pela redução das desigualdades entre homens e mulheres, pela autodeterminação e autonomia sexual, pelo direito feminino de decisão sobre o seu próprio corpo, pela descriminalização do aborto, pela reforma agrária e pela segurança alimentar (UNIFEM, 2006).

identidade do colonizador português contém a identidade do outro colonizado por ele enquanto colonizador colonizado por outrem (a Inglaterra). A redundante subcolonização/hipercolonização resultou em uma colonização com foco muito mais colonialista do que capitalista¹⁰, internalizando nas sociabilidades a dinâmica inter-identitária Próspero/Caliban, colonizador/colono, observada pelo que Roberto DaMatta (1997) descreve como o “jeitinho brasileiro” ou pelo “você sabe com quem está falando?”, proclamando a diferença como ato discursivo de poder sobre o ‘Outro’.

Certamente, é nesse sentido que o ‘pós’ do pós-colonialismo significa atravessamento, impregnação ou proliferação de histórias e temporalidades. As relações verticais de poder, estabelecidas entre colonizadores e colonizados, foram descentradas ou deslocadas pela transversalidade das hierarquias de gênero, raça e posição social no interior das sociedades coloniais; um espaço intermédio de sobreposições identitárias e reconfigurações sucessivas de posicionamentos, interpretações e reinscrições (BHABHA, 1988; HALL, 2009).

O pós-colonial configura então um regime de entrelugares, o cruzamento de espaços e tempos, a sobreposição de territórios e o entrelaçamento de culturas que intercambiam experiências e conhecimentos. A cultura do colonizado não é considerada um simples simulacro da cultura do colonizador, são reinvenções criativas e dialógicas que produzem a complexidade da diferença e da identidade cultural; após a colonização, as identidades antes consideradas ‘isoladas’, ‘fixas’ e ‘estáveis’, resultado de culturas e economias separadas e ‘autossuficientes’, deram lugar a identidades múltiplas e híbridas, efeito da interconexão e descontinuidade (HALL, 2009).

Nos estudos pós-coloniais, deslizamento e ambivalência propõem negociar maior flexibilidade às identidades culturais, sugerindo um novo lugar de enunciação contrário à

¹⁰ Santos (2010) diferencia o modelo colonialista de colonização, a exemplo dos impérios espanhol e português, baseado na pilhagem (transporte de tesouros das colônias para a Europa) e pouco interessado no desenvolvimento, organização ou sistematização da própria colônia; do modelo capitalista de colonização, a exemplo da Inglaterra e, em menor grau da França, que buscavam expandir seus impérios construindo empreendimentos rentáveis, contínuos e duradouros.

noções essencialistas e totalizantes, um esforço no sentido de transpor as fronteiras herdadas pelo colonialismo¹¹. O hibridismo cultural se tornou o paradigma para a compreensão da identidade como rizomática, fractal; rejeitando noções baseadas na homogeneidade de culturas idealizadas como autênticas ou originais. A ideia consiste em desconstruir a possibilidade de um lugar único de enunciação, revelando o caráter plural e híbrido de toda construção cultural. Assim, o ‘inter’, a tradução, a negociação ou o entre-lugar, são termos que caracterizam o significado de uma cultura em movimento.

O hibridismo é o signo da produtividade do poder colonial, suas forças e fixações deslizantes; é o nome da reversão estratégica do processo de dominação pela recusa (ou seja, a produção de identidades discriminatórias que asseguram a identidade “pura” e original da autoridade). O hibridismo é a reavaliação do pressuposto da identidade colonial pela repetição de efeitos de identidade discriminatórios. Ele expõe a deformação e o deslocamento inerentes a todos os espaços de discriminação e dominação. Ele desestabiliza as demandas miméticas ou narcísicas do poder colonial, mas confere novas implicações a suas identificações em estratégias de subversão que fazem o olhar do discriminado voltar-se para o olho do poder (BHABHA, 1998, p. 163).

A noção de diáspora, compreendida como dispersão ou deslocamento forçado, também oferece uma importante perspectiva para a subversão dos modelos culturais orientados pela fixidez de essencialismos, problematizando o conceito de nação e identidade cultural na modernidade. O traslado cultural, próprio das migrações forçadas, estabelece um regime de interidentidade ou ‘dupla consciência’ – entre os referenciais da cultura de ‘origem’ desterritorializada e a reterritorialização desses sedimentos em uma nova cultura que não é completamente assimilada – conformando identidades culturais híbridas, construindo elos entre as supostas origens e o contexto presente (GILROY, 2001). Na diáspora, a fluidez dos movimentos, deslocamentos e dispersões alargam e renegociam as fronteiras culturais transformadas pelo jogo das semelhanças e diferenças. No hibridismo de elementos

¹¹ Homi Bhabha (1998) indica a configuração de um Terceiro Espaço de enunciação em que os sistemas culturais são construídos, um espaço contraditório, ambivalente e híbrido, o que torna insustentável às compreensões baseadas em hierarquias de origem ou ideais de ‘pureza’ cultural. No Terceiro Espaço, as condições discursivas da enunciação permitem a fluidez dos significados e símbolos culturais, podendo ser traduzidos e interpretados de outra maneira que não na lógica binária da representação cultural Próspero/Caliban, colonizador/colonizado, etc.

diaspóricos com a cultura dominante não há relação de igualdade, ao contrário, estão sempre inscritos em relações de poder, “sobretudo as relações de dependência e subordinação sustentadas pelo próprio colonialismo” (HALL, 2009, p. 34).

A crítica pós-colonial concentra a presença de projetos, políticas e imaginários denotando rupturas e continuidades, com ênfase em novas modalidades e práticas colonialistas. A imposição, o controle e a supremacia imperial estão entrelaçados aos contextos espaço-temporais em um *continuum* político, sócio-cultural e econômico, transmitindo geração após geração, um passado que persiste na contemporaneidade de modo dissincrônico; o que então era conhecido como o ‘Novo Mundo’ passou a ser denominado ‘Terceiro Mundo’, termo que reforça hierarquias não apenas econômicas e políticas, mas também sociais, culturais e ideológicas, Said (2011) observa:

Mais importante do que o próprio passado, portanto, é sua influência sobre as atitudes culturais do presente. Por razões apenas em parte enraizadas na experiência imperial, as velhas divisões entre colonizador e colonizado ressurgiram naquilo que muitas vezes é denominado de relação Norte-Sul, a qual tem acarretado uma postura defensiva, além de vários tipos de combate retórico e ideológico e uma hostilidade latente muito capaz de desencadear guerras devastadoras – o que em alguns casos já ocorreu (IBID., p. 54).

Nas últimas décadas, os discursos desenvolvimentistas surgiram como uma nova forma de conhecimento ‘científico’ que privilegiou o modelo ocidental de ‘desenvolvimento’ para o então chamado ‘Terceiro Mundo’. O colonialismo reaparece então de diversas maneiras e não apenas internamente, mas também na subserviência dos países do ‘Sul’ aos países do ‘Norte’; nos discursos de projetos para o propalado ‘desenvolvimento’, cuja correspondência ainda se encontra nas crenças e pressuposições binárias sobre o ‘Outro’ atrasado e o ideal progressista modernizador. “Há por exemplo um parentesco entre os paradigmas normativos da antropologia colonial e o discurso contemporâneo das agências de auxílio e desenvolvimento” (BHABHA, 1998, p. 334).

A implementação dos chamados projetos para o ‘desenvolvimento’ rearticula e reposiciona, tanto internamente, quanto externamente, aqueles que se tornarão os principais beneficiários do ‘novo’ empreendimento ‘colonial’: as oligarquias políticas, os banqueiros, os grandes empresários e as multinacionais. A ‘transferência de tecnologia’ não resulta necessariamente na transferência de poder, ou no ‘empoderamento’ dos grupos oprimidos pelo sistema (neo)colonial. A partir de um espectro mais amplo, o colonialismo pode então ser investigado como relação de dominação estrutural e supressão, em muitos casos violenta, da heterogeneidade do sujeito. Trata-se da reconfiguração de lógicas e dispositivos de domínio e exploração que caracterizam o projeto colonial moderno do Ocidente, dentro de ‘novas’ configurações políticas instáveis e em contínua transformação; serve para nos lembrar da permanência de relações ‘neocoloniais’ no interior da ‘nova’ ordem mundial, na divisão internacional e sexual do trabalho, por exemplo¹².

As lutas contra o ‘novo’ discurso colonial, os movimentos ecológicos e as contraculturas da modernidade incluem também os projetos políticos feministas pela liberação das mulheres. As lutas feministas são ainda, em grande parte, no sentido de combater os ‘neocolonialismos’ continuados desde o período pós-independência. A libertação se tornou um vagaroso processo, atravessado por lutas internas, que ainda hoje combinam reivindicações por reconhecimento social entrelaçadas a demandas por igualdade redistributiva; sobretudo devido à condição de subordinação cultural e exploração econômica

¹² Na ‘nova’ ordem mundial a divisão internacional e sexual do trabalho resulta na precarização do trabalho das mulheres; tanto pela implementação de corporações multinacionais nos chamados países do ‘Sul’ – na exploração da mão de obra feminina, estigmatizada pela agilidade das ‘pequenas’ mãos e da força laboral dócil e barata – a exemplo das *maquilladoras*, empresas de montagem estabelecidas em países da América Central desde os anos 1960 (sobretudo em Tijuana, fronteira do México com os Estados Unidos, vale destacar o vídeo-documentário *Maquilapolis – city of factories*, FUNARI; DE LA TORRE, 2006); quanto pelas migrações femininas em direção aos chamados países do ‘Norte’, ao ocuparem postos de trabalho em tempo parcial, de baixa qualificação profissional e prestígio social – empregadas domésticas, faxineiras e babás, por exemplo (BENHABIB, 2012; HIRATA, 2009; D’ÁVILA NETO; NAZARETH, 2005). As relações de gênero no universo doméstico-familiar, neste contexto, eufemismo para a não divisão sexual do trabalho doméstico, indicam ainda a intensificação e a vulnerabilidade crescentes no trabalho das mulheres na globalização.

dos grupos ditos desfavorecidos, enfatizando as várias formas de oposição ao colonialismo nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais.

As demandas por redistribuição estão quase sempre associadas à divisão do trabalho produtivo (assalariado), dominado por homens; e doméstico (não-assalariado), designado às mulheres, estas precisam negar a especificidade de gênero para garantir igualdade redistributiva. As demandas por reconhecimento em gênero estão associadas ao androcentrismo e ao sexismo cultural que insistem em privilegiar o universo masculino e depreciar quase tudo o que é considerado feminino, neste caso a luta das mulheres consiste em valorizar as características de sua coletividade (FRASER, 2001).

Na perspectiva de Boaventura Santos (2010), a redistribuição é imprescindível ao reconhecimento e ambos encontram-se em relação recíproca. Dentre as propostas sugeridas pelo autor, destaca-se o desenvolvimento de um projeto político potencialmente emancipatório, contrário à globalização hegemônica e à expansão do fascismo social; *Nuestra América* representaria uma nova cultura política transnacional, a reinvenção de um paradigma subalterno baseado no princípio da igualdade redistributiva e do reconhecimento da diferença simultaneamente, pensamento traduzido em sua célebre citação: “Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (IBID., p. 199).

As teorias e epistemologias do ‘Sul’ passaram a denominar um conjunto de elaborações críticas que buscam descobrir e valorizar perspectivas diversas para a decolonização das ciências sociais (SANTOS, 2006). A contribuição do grupo de estudos latino-americano sobre a relação Modernidade/Colonialidade e o feminismo decolonial, em parte analisados na secção a seguir, integram este movimento mundial; trata-se de uma abordagem teórica que nos oferece uma análise crítica do legado colonial em perspectiva

relacional, com o compromisso político e filosófico de pensar a partir do ‘Sul’, propondo perspectivas para um futuro democrático e libertador.

1.2 ‘MODERNIDADE/COLONIALIDADE’ E FEMINISMO DECOLONIAL: PENSANDO A PARTIR DAS MARGENS

A história da modernidade inclui a história da dominação e expansão imperial. Os reflexos da dominação e exploração impostos pela violência colonial tornaram-se uma realidade concreta do cotidiano contemporâneo em diversas sociedades, constituindo-se parte da história dos povos oprimidos de quase todo o mundo, incluindo a América Latina, e nela, o Brasil. A partir dessa nossa história compartilhada, construiu-se a perspectiva de inferioridade dos não-europeus, baseada na divisão e exploração sexual e racial do trabalho, naturalizando relações coloniais de dominação e exploração no âmbito do capitalismo mundial.

O Programa de Investigação Modernidade/Colonialidade, conforme denominado por Arturo Escobar (2005a), oferece importante contribuição para a compreensão das lógicas que se impuseram através dos jogos de dominação e colonização na América Latina. O programa, constituído no final da década de 1990, reúne estudiosos latino-americanos e interessados pela América Latina dedicados a um novo entendimento sobre a modernidade. Trata-se de um projeto político e crítico de reavaliação sobre os enfoques dominantes da modernidade, investigando o processo histórico de conquista, dominação colonial e exploração econômica da América Latina, rejeitando noções de modernidade estabelecidas pelo ‘centro europeu’ que marginalizam o conhecimento e as culturas de grupos considerados ‘periféricos’.

A perspectiva do pensamento latino-americano reúne vasto acervo compreendendo debates sobre a relação modernidade/colonialidade a partir da teoria da dependência, a teologia da libertação, a pedagogia dos oprimidos, além de ensaios filosóficos e sociológicos sobre uma possível ciência livre e autônoma, indicando uma necessária decolonização da epistemologia e dos cânones ocidentais (MIGNOLO, 2000; GROSGOUEL, 2008). O eixo

que orienta o grupo pode ser definido por “uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos” (ESCOBAR, 2003, p. 53).

A opção ou o giro decolonial¹³ é a marca epistêmica, teórica e política deste grupo de estudos que busca compreender a permanência da colonialidade global em diferentes níveis, na vida pessoal e política, nas relações de gênero, raça, sexualidade e localização geográfica, traçando estratégias de pensamento – não dicotômicas e não hierárquicas – que permitam ‘desfazer’, ou superar, a colonialidade das relações estabelecidas. O projeto decolonial deve complementar a descolonização levada a cabo nos séculos XIX e XX, isso significa que a ‘independência’ jurídico-política das antigas colônias não extinguiu as relações de colonialidade instauradas na vida econômica e cultural.

O conceito de ‘decolonialidade’ [...] resulta útil para transcender a suposição de certos discursos acadêmicos e políticos, segundo o qual, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação na periferia, vivemos agora em um mundo descolonizado e pós-colonial. Nós partimos, ao contrário, do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não se transformou significativamente com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nação na periferia. Testemunhamos, antes, uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global, processo que certamente tem transformado as formas de dominação estabelecidas pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia em escala mundial. As novas instituições do capital global, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), assim como organizações militares como a OTAN, as agências de inteligência e o Pentágono, todos formados após a Segunda Guerra Mundial e o suposto fim do colonialismo, mantém a periferia em posição subordinada. O fim da guerra fria acabou com o colonialismo da modernidade, mas começou o processo de colonialidade global. Assim, preferimos falar de ‘sistema-mundo europeu/euro-norteamericano capitalista/patricarcal moderno/colonial’ (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 13).

No paradigma decolonial, a lógica modernidade/colonialidade não pode ser dissociada. A colonialidade consiste na negação da existência de outros mundos com diferentes pressuposições ontológicas e cosmológicas, é constitutiva da modernidade, ou seja,

¹³ O giro decolonial, termo cunhado por Maldonado-Torres durante o encontro do grupo Modernidade/Colonialidade – *Mapping Decolonial Turn* – realizado em Berkeley, consiste em um movimento de resistência, teórico, prático, político e epistemológico, em relação à lógica modernidade/colonialidade (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

a modernidade só se tornou possível através da constituição de lógicas de dominação e opressão fundadas pelo poder colonial. A crítica decolonial busca analisar as dimensões, culturais e econômicas, organizadas pelo processo de expansão europeia em torno da ‘colonialidade do poder’, sugerindo modos de pensar alternativos ao modelo hegemônico ocidental.

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”. Essa idéia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (QUIJANO, 2002, p. 4).

A expressão ‘colonialidade do poder’ assinala então um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial que articula relações do tipo centro-periferia, estabelecidas entre as metrópoles e suas respectivas colônias, fundando a divisão internacional, étnico-racial e sexual do trabalho. O sistema de poder colonial agregou ideologias patriarcais que se traduziram em práticas sexistas e misóginas, justificando dicotomias e hierarquizações estabelecidas entre os sexos masculino e feminino, resultando em violências de todo o tipo contra a mulher no interior da sociedade colonial. A colonialidade das relações de gênero faz parte do regime de poder instaurado nas colônias.

Deste modo, a ‘colonialidade do poder’ configura uma matriz complexa de controles entrelaçados pelas relações de dominação, exploração e conflitos nos âmbitos do trabalho, da autoridade coletiva, da inter/subjetividade e do sexo, dando continuidade às várias formas de domínio hegemônico pela manutenção das estruturas e culturas coloniais. A ‘colonialidade do poder’ é também assegurada pela ‘colonialidade do saber’, pela legitimidade de tudo aquilo que é considerado conhecimento científico (QUIJANO, 2005). O referencial de conhecimento

produzido é muitas vezes eurocêntrico, excluindo os saberes locais e as experiências cotidianas de mulheres e grupos desfavorecidos. Isso significa que é necessária uma compreensão crítica sobre a produção do conhecimento em uma geopolítica da dominação estabelecida no mundo, esse cenário aponta para uma necessária decolonização do poder e do saber.

Nesse sentido, o ‘pensamento fronteiro’, ou *border thinking*, considerado a partir da perspectiva da subalternidade colonial, constitui-se em uma importante contribuição para refletirmos sobre a ‘colonialidade do poder’ e a identidade cultural de grupos ‘desfavorecidos’, a partir de um pensamento transitório que rejeita noções baseadas em essencialismos e hierarquias; trata-se de um conhecimento produzido entre a multiplicidade de histórias locais e os desenhos de projetos globais, ou também os chamados interstícios (MIGNOLO, 2003).

A noção de fronteira engloba as dimensões geográficas, culturais, históricas e políticas (D’ÁVILA; REVOLLO, 2012). “Os homens sempre dividiram o mundo em regiões que possuem diferenças reais ou imaginadas entre si. [...] As fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis” (SAID, p. 72 - 91, 2007). A fronteira, compreendida como zona limítrofe ou divisão territorial que separa lugares e pessoas, é apropriada para pensarmos tanto nos mapas imperiais, nas cartografias que demarcam os domínios coloniais no chamado território ultramarino (*frontier*), quanto pela sua dimensão cultural, como por exemplo nas hierarquias fundadas pela divisão sexual e racial do trabalho (*borderland*) (ANZALDÚA, 1987). A fronteira é também a imagem a partir da qual se constroem espaços de enunciação, local onde se encontram os saberes e experiências capazes de deslocar o sujeito da vitimização para a condição de agenciamento, ou sujeitos da sua própria história.

Inúmeros movimentos, políticos, teóricos e sociais, têm transformado a geografia do conhecimento na medida em que estabelecem um ‘pensamento de fronteira’; trata-se de um conhecimento produzido a partir das bordas, sugerindo um outro modo de pensar, uma consciência crítica em ruptura com o modelo hegemônico ocidental¹⁴. O feminismo decolonial representa um importante giro epistemológico a esse respeito, ao propor uma revisão crítica das estruturas de dominação do conhecimento e dos poderes por ele instaurados.

Em *Toward a decolonial feminism*, María Lugones (2010) propõe analisar a opressão de gênero, raça e a exploração capitalista a partir de uma ‘epistemologia de fronteira’ estabelecida pela ‘diferença colonial’, pela experiência subjetiva da colonialidade das relações de gênero localizada na própria ‘ferida colonial’, na dominação e opressão instauradas pela lógica da colonialidade. A fronteira, ou as margens, de acordo com a autora, constitui-se em um *locus* fraturado onde a subjetividade é construída e percebida por uma dupla ou múltipla consciência, ou, para utilizar o termo empregado por Anzaldúa (2005), “uma nova consciência mestiça”.

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças). Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (IBID., p. 707-708).

¹⁴ O Fórum Social Mundial (FSM) é talvez a maior expressão da contemporaneidade na tentativa de traduzir as diversas reivindicações dos diferentes movimentos sociais – afro-americanos, indígenas, feministas, etc. – a partir de um ‘pensamento de fronteira’. Em 2001, o evento teve a sua primeira edição realizada em Porto Alegre, no Brasil, simultaneamente ao Fórum de Davos, na Suíça, reunião da qual participam os chefes de Estado das principais economias mundiais desenvolvidas. Desde então, o FSM propõe a construção de um ambiente crítico e plural de debates frente à globalização e ao neoliberalismo, oferecendo alternativas formuladas a partir de um modelo contra-hegemônico, simbolizado pela idéia/*slogan* de que “um outro mundo é possível”.

A ideia de uma consciência que se estabelece pelo seu caráter liminar/marginal, situada a partir da ‘diferença colonial’, considera que apenas uma parte do sujeito colonizado é oprimido; a fronteira simboliza então esse lugar periférico que inclui, simultaneamente, as dicotomias hierárquicas que organizam a subjetificação do colonizado (Ocidente/Oriente, Próspero/Caliban, civilizado/selvagem, desenvolvido/subdesenvolvido, branco/negro, homem/mulher), mas também a subjetividade ativa que resiste à invasão colonial (os movimentos anticoloniais, insurreições e formações de quilombos são bons exemplos sobre a aglutinação dessas subjetividades subversivas que se organizam em defesa conjunta).

A perspectiva da ‘diferença colonial’ revela também as oposições concretas vividas na experiência cotidiana da colonialidade de gênero. O feminismo decolonial promove a crítica contra a universalidade imposta pela modernidade colonial, reivindicando intersecções de gênero, raça, classe e sexualidade na epistemologia feminista (LUGONES, 2007).

A interseccionalidade revela o que não é visível quando categorias como gênero e raça são conceitualizadas separadamente. O movimento para intersectar essas categorias foi motivado pelas dificuldades de tornar visível aquelas/es dominadas/os e vitimizadas/os nos termos de ambas categorias. Embora cada um/a na modernidade capitalista eurocêntrica seja racializado/a e gendrado/a, nem todos são dominados/as ou vitimizados/as com base em seu gênero ou raça. (...) É somente quando percebemos o entrelaçamento ou fusão do gênero e da raça que vemos efetivamente a mulher de cor (IBID., p. 192-193).

A colonialidade das relações de gênero apresenta múltiplas dimensões. As desigualdades de gênero e raça podem ser observadas tanto localmente, nas sociabilidades organizadas no interior da esfera doméstico/familiar/comunitária, quanto globalmente, nos programas e projetos para o desenvolvimento das mulheres do ‘Sul’. A proposta de Chandra Talpade Mohanty (2003) para um “feminismo sem fronteiras” incorpora o pensamento de feministas engajadas com o compromisso internacional de decolonizar traços que ainda se constituem obstáculos para o desenvolvimento das mulheres do ‘Sul’. Essa proposta, reconhecida no âmbito do feminismo decolonial, abarca importantes considerações sobre a teoria e a prática das mulheres do ‘Terceiro Mundo’ (*Third World Feminism*) e das políticas

do feminismo negro contemporâneo (*Black Feminism*). As relações coloniais de poder instituíram, através de lógicas dicotômicas e hierárquicas, categorias que invisibilizam boa parte das experiências de mulheres do ‘Sul’.

Em ‘*Bajo los ojos de Occidente: saber academico y discursos coloniais*’, Mohanty (in MEZZADRA, 2008) assinalou o “etnocentrismo latente” do feminismo Ocidental ao representar as mulheres do ‘Terceiro Mundo’ a partir de uma categoria monolítica; ao avaliar e julgar as vidas destas ‘Outras’ mulheres tomando como norma o referente implícito no padrão feminino de classe média do Ocidente. A representação das mulheres do ‘Terceiro Mundo’ – pobres, analfabetas, domésticas, submissas, etc. – estabelecida por feministas ocidentais, tende a contrastar com a sua própria autorepresentação implícita – desenvolvida, educada, moderna, livre, etc. – caracterizando uma análise normativa e binária, reiterando a lógica colonialista.

O discurso hegemônico feminista ocidental apaga as experiências de raça/etnia, classe social e localização geográfica das mulheres do ‘Sul’, universalizando-as ou homogeneizando-as culturalmente, limitando o potencial político dessas mulheres e subordinando-as em relação às mulheres do ‘Norte’. O ‘novo’ discurso colonial tem representado as mulheres do ‘Sul’ como as ‘Outras’ da modernidade, oprimidas não apenas nas relações de gênero, mas também pelo ‘subdesenvolvimento’ do chamado ‘Terceiro Mundo’; elas são muito comumente destinatárias de programas e projetos para o desenvolvimento que muitas vezes não reconhecem seus saberes e práticas como uma forma de conhecimento legítimo para enfrentar as adversidades cotidianas da vida.

O feminismo pós-moderno pode contribuir para uma nova reflexão sobre a temática de gênero e desenvolvimento. O pós-modernismo questiona as suposições da era moderna baseadas na crença de que a racionalidade e a inovação tecnológica possam garantir o progresso e a ‘iluminação’ para a humanidade. A aliança entre feminismo e pós-modernismo

busca por novos paradigmas que rejeitem a tradição filosófica ocidental em prescrever soluções para os ‘problemas’ encontrados no ‘Terceiro Mundo’ (MARCHAND; PARPART, 1995).

O foco na diferença tem sido um dos aspectos mais notáveis da crítica feminista pós-moderna. A diferença de gênero foi reivindicada no plural, a questão das desigualdades e da opressão vivida pelas mulheres não se resume ao binarismo homem/mulher, as reivindicações pela inclusão das categorias de raça, cultura e classe social passaram a fazer parte das demandas de uma análise crítica feminista. A perspectiva da diferença permitiu mudar o olhar sobre as representações centradas na mulher de classe média, europeia e branca, que não refletia necessariamente as reivindicações das mulheres negras do ‘Norte’, das mulheres latinas e de todo o chamado ‘Terceiro Mundo’, um pouco por toda a parte, dado o fenômeno das migrações e da ‘nova’ divisão internacional do trabalho na contemporaneidade.

No contexto do período pós-guerra, na ocasião do processo de descolonização, o discurso do desenvolvimento foi frequentemente respaldado pela racionalidade iluminista Ocidental na adoção de sistemas econômicos e políticos que pudessem indicar os caminhos para o desenvolvimento do que então passou a ser chamado de ‘Terceiro Mundo’, são os conhecidos Programas de Ajuste Estrutural (*Structural Adjustment Programs – SAPs*) do Banco Mundial. O desenvolvimento passou a ser caracterizado como um processo linear de passagem de um estado de ‘subdesenvolvimento’ ao ‘desenvolvimento pleno’, baseado no modelo das sociedades industriais modernas. Os discursos coloniais/neocoloniais são a base desta racionalidade progressiva, eles atualizam dicotomias e hierarquias que caracterizam o ‘Terceiro Mundo’ como atrasado e primitivo em relação ao ideal de desenvolvimento do ‘Norte’ (MARCHAND; PARPART, 1995).

As políticas de modernização econômica das agências de fomento e desenvolvimento reforçaram o sentido de diferença e superioridade ocidental em relação ao ‘Terceiro Mundo’.

O objetivo do novo discurso colonial era modernizar as sociedades ‘tradicionais’, novos pares binários e dicotômicos (modernização e industrialização como características da superioridade ocidental *versus* tradição e inferioridade enquanto ‘essência’ ou ‘natureza’ dos povos não-ocidentais) justificando a suposta ‘ajuda’ estrangeira através de investimentos e assistência tecnológica imprescindíveis ao desenvolvimento.

O capitalismo internacional apropriou-se do discurso do desenvolvimento perpetuando o ‘subdesenvolvimento’ do chamado ‘Terceiro Mundo’. A partir dos anos 1960, a crítica ao desenvolvimento consistia em apontar a continuidade da pobreza do ‘Sul’. As perspectivas pós-modernistas continuam desafiando o discurso do desenvolvimento questionando as pretensões universalistas da modernidade e a certeza ocidental sobre o progresso. No discurso e na prática, o desenvolvimento é quase sempre baseado no conhecimento ocidental, silenciando os saberes do ‘Sul’ e sustentando a dependência em relação ao ‘Norte’ (MARCHAND; PARPART, 1995).

A partir dos anos 1970, reconheceu-se que a modernização marginalizou as mulheres e as suas contribuições no ‘Terceiro Mundo’, recomendando a sua integração no processo de desenvolvimento. O projeto, criado como uma divisão de operações especiais do Banco Mundial, ficou conhecido como *Women in Development – WID*, esforços no sentido de dar visibilidade à participação das mulheres no desenvolvimento. As abordagens do Banco Mundial reproduziram o discurso colonial/patriarcal na medida em que enfatizavam os papéis reprodutivos femininos com a casa e a família, representações essencialistas baseadas no ideal da tradição e da submissão. O projeto buscava contemplar as mulheres enquanto destinatárias de ‘pacotes tecnológicos’ para o desenvolvimento, sem qualquer noção de agenciamento, reforçando o mito da homogeneidade; sem habilidades, ou vozes, elas eram consideradas simples beneficiárias (CHOWDHRY in MARCHAND; PARPART, 1995).

Em *La invención del Tercer Mundo*, Arturo Escobar (2007) alerta que as mulheres do campo são muito comumente consideradas “agricultoras invisíveis”, apontando as preocupações recentes de muitas feministas em compreender o papel feminino no desenvolvimento e os efeitos das políticas de desenvolvimento sobre as mulheres.

Até o final dos anos 1970, a mulher aparecia no aparato do desenvolvimento apenas como mãe encarregada de alimentar o filho, grávida ou lactante, ou dedicada a buscar água para cozinhar e limpar, ou tratando as enfermidades dos filhos ou, no melhor dos casos, cultivando alguns alimentos na horta caseira para complementar a dieta familiar. Tal era a natureza da vida da mulher na maioria da literatura do desenvolvimento. Só o homem se considerava ocupado nas atividades produtivas, e por conseguinte os programas orientados a melhorar a produção agrícola e à produtividade estavam dirigidos a ele (ESCOBAR, 2007, p. 289).

Nos anos 1980, o diálogo passa a incorporar com maior amplitude as vozes de feministas engajadas com a crítica em relação à condição das mulheres no desenvolvimento, resultando no debate conhecido por *Gender and Development – GAD*, focando a construção de relações de gênero e desenvolvimento (RAZAVI; MILLER, 1995). As reflexões são potencialmente favoráveis para promover uma transformação dos papéis de gênero, pela (re)divisão sexual do trabalho e do poder, observadas enquanto construções sociais no lugar de serem consideradas como ‘natureza’ ou ‘essência’ das mulheres, questões particularmente importantes para uma análise crítica sobre os objetivos da modernização ocidental.

No capítulo a seguir, proponho continuar a discussão antiessencialista pelo viés do feminismo ecológico, analisando com um olhar crítico algumas das possíveis conexões estabelecidas entre as mulheres e a natureza, mais especificamente a partir do elemento natural água. A análise busca perspectivas para decolonizar o cotidiano, significativamente marcado pelo trabalho reprodutivo feminino em contato com a água, e os programas e projetos para o desenvolvimento dos chamados recursos hídricos, desafiando as supostas novas tecnologias como ferramentas de dominação das mulheres e da natureza.

As mulheres, a natureza e os povos e países estrangeiros são as colônias do homem branco. Sem a sua colonização nos moldes da apropriação predatória (exploração), não existiria a famosa civilização ocidental nem seu paradigma de progresso e, sobretudo tampouco sua ciência natural e sua tecnologia (MARIA MIES in MIES; SHIVA, 1993, p. 59)

2. PERSPECTIVAS PARA DECOLONIZAR AS MULHERES E A NATUREZA: UMA LEITURA (ECO)FEMINISTA

As abordagens eco(feministas) indicadas a seguir compreendem o colonialismo e o patriarcalismo enquanto ideologias de dominação das mulheres e exploração da natureza, questionando a lógica do desenvolvimento econômico e apontando a crise ambiental atual como reflexo da modernidade, dada a impossibilidade de um mundo sustentável em uma sociedade de consumo sem precedentes. A crítica feminista tem buscado tornar visíveis os riscos do essencialismo, em especial através da desconstrução do discurso científico dominante.

As teorias (eco)feministas incluem diferentes perspectivas analíticas e políticas sobre um mesmo tema – a situação das mulheres na sociedade, a busca por igualdade em todas as esferas da vida, questionando as bases do sistema social, econômico, político e ambiental, bem como seus mecanismos de dominação. Não temos a intenção de explicitar as variações das abordagens ecológicas feministas, mas identificar elementos, em diferentes enfoques teóricos, que nos permitam compreender e explicar as relações estabelecidas entre mulheres e natureza a partir de um ponto de vista avesso à dicotomia mulheres-natureza/homens-cultura, perspectiva dominante do conhecimento também compartilhada por certas abordagens feministas essencialistas.

No presente capítulo, estamos dando ênfase a uma perspectiva para decolonizar as mulheres e a natureza a partir de uma leitura (eco)feminista sobre a relação das mulheres com a água, tanto em seus cotidianos, como nos programas e projetos para o desenvolvimento de suas comunidades. As abordagens teóricas indicadas são também um contraponto em relação à perspectiva dominante. A problemática tem dimensões globais, encontradas nos projetos

recomendados por organizações internacionais; e locais, observáveis no cotidiano de muitas mulheres em todo o mundo.

Neste percurso, aparecem três grandes questões que se colocam entre os movimentos pela água nas sociedades contemporâneas: a reprodução da lógica colonial/patriarcal fundada sob a noção de soberania permanente sobre os ‘recursos naturais’; a dominação tecnocientífica, ou a hegemonia da ciência e das tecnologias ocidentais como recurso orientador para o ‘desenvolvimento’ do chamado ‘Terceiro Mundo’, e a manutenção de um sistema fundado na igualdade formal que não leva em consideração outras dominações, notavelmente indicadas pelas categorias raça/etnia, classe social, localização geográfica, dentre outras, com implicações diretas na distribuição desigual de poderes e direitos sobre o acesso, uso, controle e gestão dos ‘recursos naturais’, indispensáveis à vida no planeta Terra.

O capítulo está dividido em duas seções. Inicialmente busco explorar a dimensão política e ecológica da teoria crítica feminista. A literatura indicada nos ajuda a compreender os jogos de dominação estabelecidos pela dicotomia hierárquica mulheres-natureza/homens-cultura. Na sequência, proponho analisar algumas relações estabelecidas entre as mulheres e a natureza, mais especificamente através do elemento natural água, relações de dominação que devem se fazer visíveis, já que basicamente, do nosso ponto de vista, o que as mulheres têm em comum com a natureza não é uma identidade, mas uma posição de dominação dentro das relações sociais.

2.1 ECOFEMINISMO E ECOLOGIA POLÍTICA FEMINISTA

Ao longo da segunda metade do século XX, especialmente a partir da década 1970, mulheres localizadas em diversas regiões do mundo mobilizaram-se em prol da preservação da vida no planeta Terra¹⁵. Desde então, a participação feminina nos movimentos ecológicos, políticos e sociais vem aumentando, sobretudo devido às suas próprias dificuldades encontradas em assegurar a sobrevivência de suas famílias diante do atual quadro de crise ecológica – a escassez de água, o avançado processo de erosão do solo e a consequente desertificação de regiões áridas e semiáridas são apenas alguns exemplos pertinentes a esta pesquisa.

Os movimentos em defesa da natureza, e mais especificamente as lutas em favor do reconhecimento da água como bem público de direito humano são também marcados pelo importante papel desempenhado pelas mulheres. Recentemente, a ‘Marcha Mundial das Mulheres’ uniu-se na luta contra a privatização dos chamados recursos hídricos, reivindicando o acesso à água potável como bem comum da humanidade, como direito de todas e todos¹⁶.

Neste cenário, o ecofeminismo¹⁷ constitui-se uma importante referência, especialmente por buscar compreender, nos movimentos e filosofias, as interconexões estabelecidas entre as causas da destruição da natureza e a opressão das mulheres. Compreendendo que o projeto rumo à libertação das mulheres não é uma luta isolada, mas parte de uma luta mais ampla pela conservação da vida no planeta, o ecofeminismo defende que as interações entre as reivindicações dos movimentos feministas e ambientalistas devem se fazer visíveis, caso contrário, o resultado será a contínua dominação das mulheres e do

¹⁵ O movimento *Chipko*, que levou mulheres a abraçar árvores em defesa das florestas na Índia, e o movimento *Green Belt*, que mobilizou mulheres no plantio de árvores para aumentar a cobertura florestal e restaurar ecossistemas no Quênia, são dois exemplos bastante conhecidos.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.marchemonde.org/themes/biencommun/agua2012/fr>>. Acesso em 10 de fev. 2014.

¹⁷ O termo ecofeminismo foi introduzido pela escritora francesa Françoise d'Eubonne em seu livro *Le Féminisme ou la Mort*, em 1974. A obra alerta sobre o potencial das mulheres em promover uma revolução ecológica, denunciando o caráter político do feminismo e da ecologia (D'ÁVILA NETO, 1999).

meio ambiente no desenvolvimento de políticas, teorias e práticas (WARREN, 1991; KING, 1997).

Na busca por essa compreensão, a crítica ao racionalismo ocidental é uma das marcas da epistemologia ecofeminista. A concepção de racionalidade, fundada pelo iluminismo europeu, privilegiou a razão enquanto método científico para o ‘descobrimento’ da natureza, marginalizando ou excluindo tudo que fosse compreendido como ‘menos humano’, ou seja, as características consideradas femininas, animais ou naturais (PLUMWOOD, 1991).

No racionalismo ocidental, a natureza é compreendida como sendo tudo aquilo que não é humano ou produzido por humanos; ao contrário, a cultura refere-se a tudo o que é humano ou realizado por ele. Nesta concepção, a natureza está subordinada à cultura; logo as mulheres são também consideradas inferiores em relação aos homens. O mundo passou então a ser dividido entre cultura e natureza, produção e reprodução, resultando em ao menos duas formas específicas de dominação: o antropocentrismo – a natureza para a produção; e o androcentrismo – a reprodução para a produção.

O ecofeminismo identifica no atual sistema mundial capitalista-urbano-industrial-patriarcal a origem dos desequilíbrios ecológicos, desigualdades sociais e sofrimentos diversos. Neste sistema, centrado sob o crescimento econômico, há uma convergência no modo como as mulheres e a natureza são compreendidas; ambas estão a serviço da acumulação de capital, ou seja, as práticas reprodutivas e ecológicas estão subordinadas à produção e ao lucro. No ecofeminismo, a atual crise socioambiental está associada à expansão deste modelo de produção que considera as mulheres e a natureza como recurso a ser dominado e explorado pelos homens.

Há igualmente uma dimensão política e ideológica, um sistema de representações, valores e crenças que situa as mulheres mais próximas à natureza e em oposição à produção da cultura, que estaria vinculada ao universo masculino. O dualismo mulheres-

natureza/homens-cultura resulta na objetificação das mulheres e na personificação do meio ambiente; a natureza passa a ser percebida como feminina e virgem, pronta para ser desbravada; de modo semelhante, as mulheres são também simbolicamente representadas como recurso natural a ser explorado (ROACH, 1991).

A associação das mulheres com a natureza é particularmente problemática por essencializar papéis considerados tradicionalmente femininos, ou seja, por naturalizar funções sociais, como por exemplo, os cuidados maternos e o cotidiano doméstico familiar. Ao designar papéis de passividade e obediência, de reprodução e nutrição, essas dicotomias contribuem para o silenciamento e exclusão das mulheres do domínio da cultura. Trata-se de uma lógica que cria hierarquias e constitui-se em uma verdadeira barreira cultural para o desenvolvimento das mulheres (D'ÁVILA NETO, 1995a).

As mulheres são assimiladas ao instintivo, à natureza abrangente e acolhedora, daí seus corolários para a abnegação, a reprodução, etc. O homem seria o produtor da ordem, da lei, do proibido, daí seu imediato corolário para a dominação. [...]. A atribuição da ideia de “natureza” à mulher, como “princípio imanente”, tem sido tomada como um fator ideológico que justifica uma relação de poder, marcada pela apropriação do tempo, dos produtos do corpo, e uma apropriação sexual da mulher pelo homem (IBID., p. 209).

No sistema colonial/patriarcal, o dualismo mulheres-natureza/homens-cultura é ainda perturbador por reforçar dicotomias baseadas na opressão das mulheres e na exploração da natureza pelo homem branco ocidental. A crítica ecofeminista propõe questionar as estruturas de dominação construídas sob dualismos hierárquicos, rejeitando ideias pautadas por dicotomias fixas, compreendendo que não há essência ou natureza específica às mulheres, mas construções históricas, sociais e culturais, em grande parte estruturadas pela dominação colonial e pela opressão patriarcal. Trata-se de uma teoria política que busca analisar e criticar ideologias que continuam a alimentar o imaginário social sobre uma suposta ‘natureza feminina’, simbolizada por expressões como ‘boa mulher, esposa e mãe’.

A dominação das mulheres e da natureza não é apenas ideológica. Em *'Abrazar la Vida. Mujer, ecología y desarrollo'*, Vandana Shiva (1995) adverte que a violência contra as mulheres está intimamente associada à destruição da natureza, já que desta dependem como base material para o sustento de suas vidas e famílias. Segundo a autora, o modelo hegemônico de desenvolvimento, baseado na filosofia do progresso ocidental, deu continuidade ao processo de colonização, com conseqüente destruição da natureza, afetando significativamente as condições materiais de sobrevivência das mulheres.

Há, nesse sentido, uma ética ecofeminista que busca encontrar novos modos de conhecer o mundo que não estejam baseados na objetificação e na dominação, entendendo que não há motivos para liberar pessoas se não houver possibilidade de sustentar essas vidas no planeta (KING in JAGGAR; BORDO, 1997). O projeto ecofeminista indica táticas de enfrentamento que tornem visíveis os efeitos desproporcionais da poluição e da degradação ambiental para as mulheres, crianças, grupos indígenas e populações desfavorecidas nos chamados países subdesenvolvidos; táticas que desafiam formas locais e globais de dominação, indicando possíveis caminhos alternativos que celebrem práticas ecológicas e que respeitem tanto as mulheres quanto a natureza.

A dissolução das estruturas hierárquicas, dos dualismos e dicotomias, é também compartilhada pela ecologia política feminista. Inserida entre as correntes teóricas antiessencialistas do feminismo ecológico, a ecologia política feminista apresenta importante contribuição e converge criticamente para uma nova compreensão de questões que englobam gênero e meio ambiente em um amplo quadro de abordagens interdisciplinares. Os estudos sobre a ecologia política e os estudos feministas compartilham, em diferentes tons e contextos, pontos de interesse em comum. Há experiências do meio ambiente vivenciadas por mulheres que são do interesse da ecologia política, e; por outro lado, experiências da ecologia

política, no gerenciamento de recursos, por exemplo, que são do interesse por parte das mulheres.

A ecologia política feminista busca articular uma teoria antiessencialista da natureza, ou seja, propõe uma ruptura com ideologias acerca de uma possível natureza essencial, radicalizando as lutas sociais contemporâneas sobre o biológico e o cultural (ESCOBAR, 2005b). A perspectiva da ecologia política feminista compreende que existem diferenças significativas nos modos pelos quais as experiências, responsabilidades e interesses em torno da natureza são mediados entre homens e mulheres. Essas diferenças fazem parte da interpretação social da biologia e da construção social de gênero, que interage com a cultura, classe, raça e lugar, configurando um contexto múltiplo de desigualdades.

Na vida cotidiana, as mulheres têm muitas responsabilidades ambientais. O controle e os direitos sobre os ‘recursos naturais’ produtivos como a terra, a água, as árvores e os animais; a qualidade do meio ambiente e a definição do que é considerado um ambiente saudável e desejável; são também questões de interesse por parte das mulheres. A ecologia política feminista reivindica a posse de direitos por parte das mulheres no acesso, uso, controle e gestão dos ‘recursos naturais’ nos contextos locais, comunitários e familiares (ROCHELEAU, THOMAS-SLAYTER, WANGARI, 1996).

Nesta perspectiva, a articulação de questões relacionadas a gênero, meio ambiente, organização comunitária e movimentos populares, constrói uma abordagem em direção às relações de poder, levando em consideração não apenas a dominação masculina, mas as principais atitudes e privilégios no controle do meio ambiente, oferecendo a possibilidade de luta e mudança social. O reconhecimento da ameaça à equidade e à diversidade indica um importante caminho para a promoção da justiça socioambiental, trata-se de um pensamento que fortalece o balanço entre os direitos e responsabilidades de homens e mulheres no cotidiano comunitário.

Deste modo, as conjunturas globais são revisadas pelas experiências locais de mulheres e crianças na luta para manter e desenvolver seus próprios lugares no planeta, especialmente através das suas práticas cotidianas na utilização dos recursos comunitários. Essa abordagem enfatiza o processo de tomada de decisão e os contextos sociais, políticos e econômicos que dão direção às políticas e práticas ambientais. Neste sentido, busca-se compreender as experiências locais inseridas no contexto de processos globais de mudanças no meio ambiente e na economia.

Em uma perspectiva decolonial, a preocupação é desafiar as representações ‘orientalistas’ do ‘Terceiro Mundo’ e das mulheres, tanto quanto o silenciamento das suas experiências, explorando como as teorias e práticas do desenvolvimento podem ser transformadas para refletir as suas experiências cotidianas, conhecimentos e mobilizações políticas. As metas de uma ecologia política feminista incluem não apenas os movimentos contra a opressão de mulheres e crianças, mas também os movimentos contra o racismo e a favor dos povos indígenas. Trata-se de um esforço no sentido de traduzir esses movimentos em uma luta pela vida.

As análises (eco)feministas apresentadas indicam que a associação mulheres-natureza mantém uma ideologia valorativa e hierárquica, baseada no mito da qualificação do trabalho, na busca por capacidades femininas e masculinas. Este mito é utilizado para definir posições na divisão sexual do trabalho¹⁸, inscrevendo as mulheres no âmbito do trabalho doméstico-familiar e os homens no domínio público. A chave para a compreensão dessas questões está na atribuição de valores que se faz dos trabalhos ditos produtivos e reprodutivos, não apenas do ponto de vista econômico, mas também do reconhecimento social.

¹⁸ Na divisão sexual do trabalho, a situação de homens e mulheres na sociedade não é considerada produto de um determinismo biológico, mas de construtos sociais. Este conceito se funda sobre os princípios da diferenciação e hierarquização do trabalho em função das relações sociais entre os sexos e apresenta dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio da hierarquia (o trabalho do homem ‘vale’ mais que o trabalho da mulher) (KERGOAT in HIRATA et al., 2003, p. 36).

O trabalho produtivo é geralmente ocupado por homens, sendo valorizado e reconhecido diferentemente quando o mesmo posto é ocupado por mulheres, o que pode ser explicitado quando comparamos os salários de homens e mulheres que ocupam os mesmo postos de trabalho. Muitas organizações ainda têm como preferência a contratação de homens ao invés de mulheres, visto que eles não correm o conhecido ‘risco-maternidade’, quando a empresa deve cumprir com obrigações estabelecidas por lei, licença-remunerada, etc. Então, parece-nos válido destacar que muitas das conquistas femininas entram em conflito com a realidade cultural do trabalho feminino extra-doméstico, em que as mulheres sofrem ainda muita discriminação.

O trabalho reprodutivo é amplamente ocupado por mulheres, e quando não pago – já que é realizado frequentemente no âmbito da própria esfera doméstica familiar – é desvalorizado economicamente e não-reconhecido, desprovido de estima social. Por isso, dizemos que o trabalho reprodutivo permanece duplamente invisível no esquema da divisão sexual do trabalho. O mito da qualificação do trabalho é retomado para assegurar a feminização do trabalho doméstico, elas são ‘naturalmente’ a grande reserva de mão de obra à serviço das atividades do lar. As mulheres têm sido impelidas em seus corpos e mentes a corresponder à ideia de natureza que lhes foi estabelecida (D'ÁVILA NETO, 1995a).

[A naturalização do feminino traz um verdadeiro] "obstáculo" cultural a qualquer ação desenvolvimentista, presente em quase todas as sociedades, fazendo crer que essas relações de poder são – em certa medida – aceitáveis pela própria ideia de "natureza" (específica) das mulheres, ou seja, seus "princípios imanentes" às atividades que reagrupam desde a reprodução aos cuidados da casa/família, dos valores morais, que pregam a abnegação aos ofícios pior remunerados, considerados "profissões femininas" (IBID., p. 206).

O uso da água no trabalho doméstico se inscreve nessa dicotomia do mundo que opõe o setor produtivo ao setor dito reprodutivo e considerado não-produtivo. O trabalho doméstico feminino, inscrito no setor dito reprodutivo, não está relacionado apenas com vida, mas sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e das condições do meio ambiente em suas

comunidades. A relação das mulheres com a água está amplamente implicada no trabalho cotidiano, com impactos significativos sobre o desenvolvimento, conforme explicitado na seção a seguir.

2.2 MULHERES E ÁGUA NO COTIDIANO E NO DESENVOLVIMENTO

Em diversas sociedades do mundo, a problemática das relações entre mulheres e água, elemento fundamental para a vida e para a sobrevivência, é bem conhecida – são as mulheres ainda as principais encarregadas das tarefas domésticas, o que inclui cuidados com a higiene e limpeza, preparo dos alimentos, além do trabalho de cuidar dos filhos. Certamente a água é utilizada em diversas atividades, e, de modo particular, no trabalho doméstico. O trabalho feminino é em grande parte baseado no contato com a água, daí a sua relação direta com esse elemento da natureza.

Todavia, o acesso à água não é exatamente uma necessidade das mulheres. Na verdade, o acesso à água potável é uma necessidade dos seres humanos e uma necessidade prática das mulheres, na medida em que a construção de uma rede ou a sua melhoria facilita o trabalho cotidiano ‘invisível’ feminino. As mulheres são sobrecarregadas pelos seus papéis sociais, seja para com a família e as crianças, seja na participação de atividades comunitárias. A água é coletada pelas mulheres e consumida por toda a família. “Uma necessidade prática de gênero é então uma necessidade que é atribuída às mulheres pelo seu papel social em servir os outros” (SUREMAIN in MARCONDES, 2010, p. 107).

A situação das mulheres mais pobres é ainda mais difícil. Muitas delas enfrentam conjunturas em que há inúmeras dificuldades, seja no acesso ou na qualidade da água, o que torna o trabalho ainda mais penoso. Em lugares onde o serviço público é ausente, ou intermitente, como no fornecimento de água, por exemplo, são as mulheres que, por tradição cultural, têm a responsabilidade pelo trabalho em ir buscá-la, substituindo a falta de recursos –

infraestrutura e equipamentos – que lhes permitiriam ter água de qualidade para suprir as necessidades da família.

Quando o Estado não oferece um serviço público permanente, ele descarrega suas obrigações sobre as famílias que devem cuidar de si mesmas para conseguir água. Nas famílias, essa carga recai sobre as mulheres. São elas que fazem estoque ou, quando não há água nas redondezas, são elas que se ocupam de busca-la fora, de entrar na fila do caminhão pipa, etc., e de gerir os demais problemas decorrentes da escassez, como o da qualidade da água conservada nas bacias, sem falar da questão do aumento permanente do preço da água (SUREMAIN in MARCONDES, 2010, p. 106).

Em muitos casos, as mulheres têm que lidar com água contaminada, tendo que recorrer a processos de sanitização, tornando-a própria para o consumo. Quando a água não é de boa qualidade, são necessárias técnicas para torná-la potável, seja através do filtro, da utilização de cloro ou através da fervura, ou ainda utilizando a combinação de duas ou mais técnicas; isso representa custo e trabalho pesado, indispensáveis para a saúde familiar e comunitária.

Uma análise sobre a divisão sexual do trabalho nos permite compreender o lugar das mulheres nas tarefas que se relacionam com a água e a sua exclusão das tarefas desempenhadas longe da água. O negócio ou gestão da água, por exemplo, é tradicionalmente atribuído aos homens, bem como os centros de decisão no que concerne ao seu gerenciamento, tanto no setor público quanto no privado. Este trabalho, que diz respeito ao assunto água, e por isso às vezes contempla as mulheres enquanto beneficiárias – ainda que de uma perspectiva masculina – está ligeiramente distante do cotidiano direto com a água.

Na África subsaariana, por exemplo, as bombas de água são geridas pelos homens, deixando às mulheres as atividades práticas, colaborativas e comunitárias, frequentemente devido ao fato dessas mulheres não serem alfabetizadas. Embora se constate o desempenho de tarefas com redução de tempo e energia, uma nova atividade surge de uma necessidade, como por exemplo a de se tornar gestora do uso da água, pela necessidade de se ocupar da

manutenção do filtro, nas análises de qualidade da água, ou ainda da educação e conscientização das crianças em relação à higiene (SUREMAIN in MARCONDES, 2010).

Então, as mulheres estão em estreito contato com a água, seja para os cuidados diários com o próprio corpo, ou para com os outros, as mulheres se servem da água para limpar, nutrir e cuidar de toda a família. A realização de todas essas atividades vitais repousa sobre o uso da água e a força de trabalho das mulheres. Todavia, elas permanecem excluídas dos processos políticos decisórios que têm reflexos imediatos na gestão doméstica da água em seus próprios cotidianos. Isto significa que a participação feminina continua circunscrita no âmbito do trabalho doméstico familiar.

Ademais, o trabalho doméstico feminino, gratuito e a serviço de suas famílias, especialmente no cuidado com as crianças, permanece duplamente invisível. As tarefas domésticas cotidianas não são valorizadas, nem do ponto de vista econômico, nem do ponto de vista do reconhecimento, são consideradas obrigações próprias da ‘natureza feminina’. A gestão invisível da casa e dos serviços domésticos representa uma sobrecarga de trabalho que incide sobre as mulheres para assegurar condições de vida para a própria família, reduzindo impactos de irregularidades sobre o cotidiano, importante papel na redução das crises sociais. Este trabalho não é considerado nas estatísticas oficiais, permanecendo portanto, novamente invisível.

Em casa, as mulheres não ocupam sempre as mesmas posições de trabalho doméstico. Isso ocorre devido ao fato de que algumas mulheres podem delegar este trabalho a outras mulheres, geralmente mais pobres, o que permite falar em um serviço doméstico no qual se pode incluir também o trabalho de babás e enfermeiras. No Brasil, as trabalhadoras domésticas são muitas vezes diaristas, assim conhecidas pelo caráter temporário/diário da prestação dos serviços. Esta categoria, também conhecida pelo termo ‘faxineira’, não é considerada emprego, figurando como trabalho informal, portanto não amparada pelas leis

trabalhistas, o que as coloca, mais uma vez, fora das estatísticas. Essas mulheres permanecem também duplamente invisíveis, já que além de não serem consideradas pelos aspectos legais ou regulatórios, sofrem ainda com o desprestígio social, por ocuparem atividade desvalorizada tanto econômica quanto socialmente, pelo não-reconhecimento social.

Notavelmente, a saída da mulher para o mercado de trabalho se deu inicialmente pela extensão dos serviços domésticos que poderiam ser aplicados nas diversas instituições. O imaginário fundado pela esfera privada/familiar, baseado na suposta vocação da mulher para nutrir, cuidar e educar, deu origem às profissões ditas femininas, como por exemplo, a puericultura, o magistério, e mais adiante, a enfermagem. Pode-se dizer que são profissões que estão no limiar entre o público e o privado, já que reproduzem no espaço público funções que já eram habituais no seu cotidiano doméstico, representando, portanto, uma extensão dos papéis de esposa e mãe. Novas profissões femininas imbuídas por velhas concepções relativas à essência do que se dizia das mulheres: o cuidado, a sensibilidade, o amor e a vigilância.

[...] a saída de casa deu-se através de profissões tais como enfermagem e magistério, onde a mulher aparece com funções de cuidado e ensino remetidas ao universo familiar. É como se o hospital, para a enfermagem, ganhasse características de uma grande casa cuja demanda de gestão e organização recaísse sobre a enfermeira, misto de mãe e profissional. (MOREIRA, 1999, p. 57)

Atualmente, o serviço doméstico é também empregado em diversas organizações. As mulheres que trabalham como copeiras e arrumadeiras, em instituições públicas e privadas, nas prefeituras e escolas, em hotéis ou pousadas, por exemplo, estão mais uma vez diretamente envolvidas com a água e, em não raros casos, são coordenadas ou dirigidas por homens. Mesmo no serviço doméstico particular, quando a atividade é supervisionada por outra mulher, muitas vezes vemos se repetir os jogos de autoritarismo e dominação, tanto na instrução como na correção das tarefas ‘femininas’. Isto torna aparente a internalização sociocultural das relações coloniais/patriarcais.

Nos países do ‘Norte’ e nas grandes cidades, as tarefas domésticas cotidianas na lida com a água estão cada vez mais mecanizadas. Em uma perspectiva ecológica, as tecnologias que auxiliam o trabalho doméstico têm contribuído para a economia da água. Por outro lado, a força de trabalho feminina não é tão poupada. As mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, sendo obrigadas a se instruírem e utilizarem as novas máquinas nos afazeres do lar. Então, mesmo equipadas com novas tecnologias, permanece ainda a necessidade do corpo feminino para utilizar a máquina e colocá-la a serviço do trabalho do lar, seja no seu contato direto com a água ou no controle dos eletrodomésticos.

Ainda que tenham o suporte dos purificadores de água/filtros, geladeira, freezer, fogão, forno, micro-ondas, máquinas de lavar e secar, e toda a infraestrutura que lhes ‘facilite’ a vida, as mulheres devem se organizar logisticamente para atender ao cumprimento das atividades extra-domésticas, o que muitas vezes compromete o tempo ‘livre’ nos finais de semana. O trabalho fora de casa muitas vezes requer apresentação e aparência impecáveis, o que as sobrecarrega nos cuidados com o próprio corpo, isso inclui cuidados com as unhas, cabelo, maquiagem e depilação, por exemplo. Os cuidados com o corpo também fazem parte do trabalho doméstico feminino e está no centro das análises feministas (JOSEPH in MARCONDES, 2010).

Existe igualmente uma divisão internacional do trabalho que podemos associar a estas análises, especialmente no quadro da mundialização neoliberal. Nesta mundialização, marcada pelo aumento das migrações que cada vez mais se feminizam, as mulheres do ‘Sul’ são por vezes forçadas a emigrar, devido às más condições de vida nos seus países de origem, e encorajadas a imigrar, dado à demanda por mão de obra doméstica existente nos países do ‘Norte’. O trabalho produtivo, que se situa o mais longe possível da água, é particularmente vedado às migrantes pobres e ‘racializadas’. O trabalho de homens e mulheres nas grandes

organizações se faz possível graças ao serviço doméstico das mulheres migrantes do ‘Sul’, elas são as ‘infraestruturas’ do mundo global.

Assim, no lugar de deslocar o trabalho do ‘Norte’ para os países do ‘Sul’, desloca-se a mão de obra do ‘Sul’ para o ‘Norte’. Na ‘nova’ divisão internacional do trabalho, a grande vantagem dos países do ‘Norte’ na migração das mulheres do ‘Sul’ é a disponibilidade da mão de obra doméstica barata. A situação dessas mulheres migrantes, em que se articulam muitas relações sociais, nos mostra que é impossível compreender a divisão internacional do trabalho sem analisar a sua articulação com as divisões sociais, raciais e sexuais (FEDERICI, 2014).

Há ainda um outro importante aspecto: mesmo se muitas mulheres dos países do ‘Norte’ são também exploradas pelo trabalho doméstico, centrado na utilização da água, ou se algumas delas podem se liberar deste fardo, empregando outras mulheres oriundas do ‘Sul’, quando falamos de miséria e opressão das mulheres e das suas dificuldades em relação ao acesso à água, são as mulheres do ‘Sul’ que estão diretamente associadas a estas imagens. A maioria dos Organismos Internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONG’s) se baseiam neste imaginário para justificar suas políticas de auxílio ao desenvolvimento pela redução da ‘pobreza’ e pela implementação de ações ‘humanitárias’. Elas realizam avaliações de impactos, comparações lineares entre as mulheres de seus países e as mulheres do ‘Sul’, não levam em conta as desigualdades em termos de condições materiais e as confrontações político-econômicas estabelecidas no eixo ‘Norte’/‘Sul’ (BRAIDOTTI et al., 1994).

Compreendemos que o uso das abordagens acima não implicam a reformulação dos paradigmas do desenvolvimento, elas não têm o poder de alterar nem os processos econômicos globais, perpetuando a condição de dependência dos países ditos subdesenvolvidos em relação aos países considerados desenvolvidos, nem as estruturas patriarcais e a divisão sexual de trabalho, dando continuidade à exploração e à opressão das

mulheres na sociedade. Apesar de aparentemente integrarem as mulheres nos processos políticos no que concerne à gestão da água, o cotidiano revela que ainda existem desigualdades consideráveis. No que diz respeito aos postos de decisão sobre a água, falta insistir sobre um contexto que permanece globalmente hostil e repleto de inconsistências em relação às mulheres.

A crise no meio ambiente global, o crescimento da pobreza em áreas rurais e urbanas, e as continuidades nas relações desiguais de gênero indicam a necessidade de uma abordagem diferente na governança, nos usos e no gerenciamento dos ‘recursos hídricos’ (MORAES; PERKINS, 2007). A água utilizada na higienização da casa e nos afazeres domésticos – o que tende a ser uma responsabilidade das mulheres – deve ser incorporada dentro da avaliação dos valores econômicos dos usos da água. Frequentemente as mulheres não têm direitos à terra e à água, por isso, os esforços para o desenvolvimento podem afetar negativamente sua subsistência, o que nos leva a reconhecer um processo de ‘feminização da pobreza’.

A discriminação sexista é mundial, mas ela aparece diferente nos países pobres. A feminização da pobreza, de acordo com Illich (1990), está amparada por três diferentes domínios de discriminação econômica: a economia aparente, a economia inaparente e o trabalho fantasma. Na economia aparente, apesar do aumento considerável da participação das mulheres no mercado, elas continuam a ganhar muito menos em relação aos homens, quando consideramos os mesmos postos de trabalho, ou seja, não há ainda um programa capaz de garantir a igualdade de ganho salarial entre os sexos. Na economia inaparente, muitas mulheres fazem parte dos chamados setores informais e ficam invisíveis quanto a sua representação estatística, sugerindo a existência de um setor ‘quaternário’, ou setor ‘D’, de mercados não monetários. No domínio do trabalho fantasma as mulheres são forçadas a cumprir uma variedade nova de trabalho sem remuneração. O trabalho fantasma abrange toda atividade na qual o consumidor transforma uma mercadoria comprada em um bem

utilizável/consumível, isso inclui todo o serviço doméstico, tarefas que se ocupam de técnicas corporais para o exercício cotidiano.

Na economia formal, o trabalho fantasma não significa trabalho mal remunerado ou desemprego, trata-se do trabalho não pago, é o trabalho complementar ao trabalho assalariado, é o trabalho doméstico feminino e em grande parte todo o trabalho categorizado no âmbito da “vida familiar”, uma forma de servidão que sacrifica o tempo sem contrapartida monetária; é o trabalho desenvolvido pelas mulheres no chamado ‘gênero vernacular’¹⁹. Referindo-se à sociedade pós-industrial, Illich (1990) afirma: “Na prática, a teoria do valor-trabalho fundou a nova divisão econômica dos sexos, ela transformou o homem em catalisador do ouro e degradou a mulher confinando-a em casa como doméstica economicamente dependente e, pela primeira vez, improdutiva” (IBID., p. 211).

A integração de políticas de gênero e desenvolvimento implica reconhecer e considerar as mulheres não apenas como destinatárias/beneficiárias de programas e projetos para o desenvolvimento, mas também como partícipes na escolha das técnicas e na gestão do sistema proposto. Isto implica que as mulheres se tornem agentes do desenvolvimento, elas devem decidir e gerir os seus próprios recursos comunitários. O suporte das tecnologias, no campo ou na cidade, embora importantes para oferecer melhor qualidade de vida e facilitar o cotidiano, não fizeram mais do que perpetuar as atividades domésticas como femininas, instruindo e sobrecarregando as mulheres tecnicamente, sem redistribuição das tarefas entre os sexos. Os processos de sanitização e controle de qualidade da água, por exemplo, representam uma enorme responsabilidade para as mulheres, em especial por estarem relacionados à saúde familiar. Em síntese, a melhoria técnica tem perpetuado as relações

¹⁹ O conceito de ‘gênero vernacular’ indica a distinção social, marcada pelo contexto espaço-temporal, no comportamento, no uso das ferramentas, no desempenho de tarefas, nos gestos e percepções associados ao homem e à mulher. A vernacularidade de gênero está associada ao modo tradicional com o qual homens e mulheres desempenham suas tarefas cotidianas (ILLICH, 1990).

desiguais de gênero na medida em que concentra a gestão do recurso nas mãos dos homens, no lugar de redistribuir as tarefas do lar.

A crítica feminista têm desafiado essas tecnologias como novas ferramentas de dominação, elas são consideradas neutras e tomam as mulheres do ‘Sul’ como receptáculos de um saber importado. Os ‘novos’ produtos da indústria tecnocientífica são denunciados como instrumentos de dominação das mulheres e do meio ambiente. O projeto rumo à emancipação feminista e ecológica deve também considerar as relações de força política, tanto nas suas dimensões interculturais, quanto internacionais. A crítica tem sido no sentido de buscar algum espaço/tempo disponível para o repouso e o descanso. O tempo livre é qualquer coisa considerada impossível para as mulheres, em especial para aquelas que habitam as comunidades mais pobres do mundo.

O esforço que temos observado está na articulação dos trabalhos ditos produtivos e reprodutivos, na tentativa de tornar visível o trabalho das mulheres e de reivindicar a redistribuição das tarefas domésticas cotidianas com os homens, especialmente no cuidado com os filhos. Muitas mulheres se veem na difícil tarefa de conciliar a vida familiar com a vida profissional, tendo que buscar equilíbrio nas poucas horas diárias, incluindo os fins de semana, quando lhes resta algum tempo.

A integração de gênero trata de processos de avaliação e implicações para mulheres e homens em qualquer ação planejada, incluindo a legislação, as políticas e programas em todas as áreas e em todos os níveis. Nos processos participativos, as comunidades não devem ser consideradas blocos homogêneos. Entrelaçadas às desigualdades de gênero existem inúmeras outras relações de poder que perpassam os chamados grupos desfavorecidos, as categorias raça, classe, idade, religião e localização geográfica, devem ainda ser consideradas (D’ÁVILA NETO, 2004).

Nos lugares onde incide o fenômeno das secas, há igualmente uma hierarquização no acesso a alguns dos ‘recursos naturais’ que são indispensáveis ao desenvolvimento e à qualidade de vida das populações – como por exemplo, a terra e a água. No capítulo a seguir, proponho um breve panorama histórico-sociológico do ‘Semiárido Brasileiro’ para uma melhor compreensão de algumas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de ‘recursos hídricos’ na região.

Existem na América do Sul três grandes áreas semiáridas: a região Guajira, na Venezuela e na Colômbia; a diagonal seca do Cone Sul, que envolve muitas nuances de aridez ao longo da Argentina, Chile e Equador; e, por fim, o Nordeste seco do Brasil, província fitogeográfica das caatingas, onde dominam temperaturas médias anuais muito elevadas e constantes. Os atributos que dão similitude às regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones (AB'SÁBER, 1999, p.7).

3. BREVE PANORAMA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO DO 'SEMIÁRIDO BRASILEIRO'

Em todo o mundo, as regiões áridas e semiáridas são o centro das atenções para a implementação de programas e projetos para o desenvolvimento de 'recursos hídricos'. No Brasil, o 'Nordeste Seco', assim denominado no período colonial, integra uma dessas regiões de interesse, hoje conhecida pela expressão 'Semiárido Brasileiro'. Trata-se de um vasto território, sob constante intervenção, onde o planejamento estatal define projetos e incentivos econômicos mediante programas de desenvolvimento. Desde o período colonial e até os dias de hoje, inúmeros estudos buscam consolidar e sintetizar conhecimentos acerca do fenômeno das secas, traduzindo-os em recomendações para a elaboração de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento regional.

No tempo das capitâneas hereditárias, a agricultura buscava fixar o colono à terra. Os latifúndios agrícolas eram os núcleos da sociedade colonial que permitiam desbravar a natureza na conquista do ouro, na caça ao índio e na ocupação/colonização do território. A economia do tipo colonial, baseada na exportação de produtos primários, entre os quais se destacaram o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o café, adotou o modelo agrário-feudal-latifundiário. Este modelo, baseado na monocultura intensiva, levou ao rápido empobrecimento e esgotamento do solo, com graves repercussões para a deficiência alimentar e a epidemia da fome (CASTRO, 1984). Em grande medida, a indústria extrativista e a produção de monoculturas em extensos latifúndios deram continuidade ao modelo colonial, hoje representados principalmente pela exportação de produtos do agronegócio.

Em sua obra intitulada ‘Geografia da Fome’, Josué de Castro²⁰ (1984) propôs analisar ‘o dilema do pão ou do aço’ como um alerta sobre as continuidades do colonialismo no período pós-independência, denunciando a pobreza e a fome como resultado dos sistemas sociais historicamente engendrados a partir da falácia do desenvolvimento econômico, que enfatizava a economia do tipo industrial e ignorava a agricultura voltada à produção de alimentos, ampliando a miséria e a desigualdade social.

Na década de 1950, o economista Celso Furtado já afirmava que a pobreza do Nordeste não era consequência da seca, mas da exploração das elites do país, resultado da dominação e opressão que se mantinha nas relações de produção, um problema muito mais de ordem social do que dos ciclos da natureza em si. Com o intuito de intervir na estrutura social, Furtado propôs ao Congresso Nacional uma lei de irrigação para o Nordeste que defendia a desapropriação dos grandes latifúndios, associando a orientação de culturas com o controle produtivo baseado em uma economia ecológica, tornando-os mais produtivos. Infelizmente a lei fora vetada, favorecendo a continuidade da chamada ‘indústria da seca’²¹ (FURTADO, 1998).

Neste capítulo apresento um breve panorama histórico sociológico para buscar compreender algumas das políticas públicas pensadas para o desenvolvimento do ‘Semiárido Brasileiro’. Inicialmente, a ideia é analisar como o movimento colonial/patriarcal configurou mecanismos de dominação da natureza e opressão das mulheres, buscando dar visibilidade à histórica luta feminina no ‘Nordeste Seco’. Na sequência busco compreender como tal configuração encontra ressonâncias nos programas e projetos para o desenvolvimento

²⁰ Josué de Castro (1908-1973), médico pernambucano autor da premiada obra ‘Geografia da Fome’ (1946), foi um dos primeiros a abordar a ausência de políticas públicas agrárias no Brasil e sua principal consequência, a desnutrição e a fome de grandes parcelas da população. Foi deputado por Pernambuco em 1954 e, no pleito seguinte, consagrou-se como o parlamentar mais votado da macrorregião Nordeste.

²¹ A máquina política e o controle administrativo, associado a disposição das terras em latifúndios, faz da seca uma ‘indústria’ que beneficia apenas uma pequena elite política (FURTADO, 1998).

contemporâneo, indicando possibilidades e desafios na articulação de alternativas a modelos hegemônicos de desenvolvimento.

3.1 MULHERES SERTANEJAS: LUTA E (IN)VISIBILIDADE NO ‘NORDESTE SECO’

No Brasil, o plano de colonização, traçado e executado pela divisão do território em capitânicas hereditárias, estabeleceu o domínio dos colonizadores a partir da doação de lotes de terras a membros da elite portuguesa, os chamados capitães donatários. A ocupação territorial não ocorreu uniformemente, ao contrário: os colonizadores tiveram que lidar com inúmeras dificuldades, como por exemplo na conquista do indígena, no relevo desconhecido, na vegetação exótica e no clima, especialmente pelo regime de estiagens na região do então chamado ‘Nordeste Seco’.

O empreendimento colonial mesclou a mão de obra escrava negra, trazida da África; indígena, das diversas tribos que aqui viviam; com portugueses e descendentes, como indica Darcy Ribeiro (1995) ao estabelecer as matrizes africana, tupi e lusitana, como fundadoras para a constituição e o sentido do povo brasileiro. O discurso da diferença colonial, baseado na exploração das raças consideradas naturalmente inferiores, estava também fundamentado pelo patriarcalismo, justificando as rígidas hierarquias estabelecidas entre homens e mulheres; brancos, índios e negros; ricos e pobres; matizados pela miscigenação que se configurava entre os diferentes estratos. Isso significa que havia uma gradação nas hierarquias citadas: o homem, fazendeiro e culto estava acima de tudo e de todos; subordinado a este estava o vaqueiro, em geral mameluco ou caboclo; porém, o pior era ser escravo e negro; entre as mulheres, o ideal era ser branca, filha de fazendeiro e herdeira de escravos, animais e terras; a “cunhã”²² e a roceira eram categorias intermediárias; e, na base da pirâmide social estavam as negras escravas – posse dos homens brancos e fazendeiros, elas eram consideradas os ventres

²² O romance ‘Gabriela, Cravo e Canela’, de Jorge Amado, retrata os costumes patriarcais dos coronéis em manter duas ou mais famílias, sendo apenas uma legítima, formalizada pelo matrimônio, e as demais consideradas amásias ou também chamadas “cunhãs”.

da prosperidade, revelando a dupla colonização vivida pelas mulheres – colonizadas para produzir e também para reproduzir.

A história das ‘Mulheres do Sertão Nordestino’, estudo desenvolvido por Miridan Falci (in DEL PRIORE, 1997), revela uma complexa heterogeneidade: elas são de todas as cores e de todas as classes, em maior ou menor quantidade, são brancas, negras e mulatas, ricas e pobres, cultas e analfabetas, ‘livres’ ou escravas. As mulheres sertanejas estão presentes nos livros de memórias, nos testamentos e inventários, nas personagens dos romances da literatura regional e no cordel, elas também são cantadas em poesias e canções populares.

As muito ricas, ou da elite intelectual, estão nas páginas dos inventários, nos livros, com suas joias e posses de terras; as escravas também estão ali, embora pertencendo às ricas. As pobres livres, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras – tão conhecidas nas cantigas do nordeste –, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldade em conhecer: nenhum bem deixaram após a morte, e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia a dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, para poder sobreviver, não podemos saber (FALCI in DEL PRIORE, 1997, p. 241-242).

Entre as mulheres ‘livres’ do sertão, enquanto as fazendeiras ricas aparecem nas poucas fotos de família e nos testamentos oficializados, as mulheres pobres do roçado parecem invisíveis à história colonial. As escravas são encontradas nos anúncios de fuga ou de venda, embora estes trouxessem apenas características da fisionomia. A história das mulheres, quando contada, é quase sempre da perspectiva do opressor, elas são representadas pelo homem branco ocidental. As atividades consideradas femininas variavam também de acordo com o lugar que ocupavam na pirâmide social: as de classe mais abastada eram domesticadas para desempenharem o papel de boa esposa e mãe, responsáveis pela manutenção da ordem do lar e pela educação dos filhos; as mais pobres trabalhavam sob encomenda na fabricação de doces, eram também costureiras e bordadeiras, lavadeiras ou roceiras, “na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho

considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher” (FALCI in DEL PRIORE, 1997, p. 250); as escravas faziam de tudo e em tudo aquilo que lhe fossem exigidas, incluindo as obrigações sexuais para com aquele que detinha o seu direito de posse.

Às mulheres da elite, o matrimônio era “acertado” entre os pais e não podia tardar, sob o risco de ficarem para o “caritó”²³, preocupados com a manutenção da moral familiar e com a concentração do patrimônio entre as famílias oligárquicas locais, os casamentos consanguíneos eram muito comuns na época. O namoro era sempre cercado de restrições e imposições sociais; o casamento da mulher pobre não requeria dote e também não era acertado, embora fosse conveniente que o homem dispusesse de um mínimo para começar a vida familiar. O “matuto” deveria ter ao menos uma roupa “domingueira”, um cavalo e uma casa simples; embora constituíssem famílias, as escravas raramente se casavam (FALCI in DEL PRIORE, 1997).

O Brasil sertanejo pertence a este espaço híbrido e transitório; do agreste, passando pelo semiárido das caatingas, até os cerrados no centro-oeste. As terras que passaram, pouco a pouco, ao domínio português, eram geridas por grandes latifundiários. O sertão nordestino foi em grande medida ocupado por extensas fazendas de gado e plantio de algodão; ao contrário do litoral, região onde predominaram os engenhos de cana-de-açúcar, especializados na produção da rapadura e da cachaça.

Não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um sementeiro, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vazante, como culturas de hortas e jardins. Pequenas boladas de verdura que os senhores de engenho do brejo, plantadores de extensíssimos canaviais sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a este tipo de policultura do sertanejo, de “roça de matuto”. Roças de matuto diante das quais o homem do açúcar torcia o nariz de grande senhor agrário, e que, no entanto, vieram a constituir um magnífico elemento de valorização das condições de

²³ Na cultura popular brasileira a expressão ‘ficar para o caritó’ refere-se à mulher que permanece solteira. Nas casas sertanejas, o caritó é também um tipo de nicho ou prateleira onde se guardam coisas miúdas e velhas.

vida regional, de diversificação do regime alimentar do sertanejo, bem superior em épocas normais ao da área da cana (CASTRO, 1984, p. 180-181).

Na cozinha, a alimentação do sertanejo estava baseada principalmente na criação de gado bovino, alimentando-se primeiramente das partes mais perecíveis com as conhecidas buchadas e paneladas, reservando a carne dos músculos para outros dias, conservando-as em sal ou secando-as ao sol e ao vento, acompanhadas de farinha de mandioca, o que evidencia a influência indígena na cozinha do matuto (CASTRO, 1984).

O pastoreio era empreendido em regime semelhante à escravidão, diferente daquele empregado nos canaviais do litoral, onde a mão de obra era predominantemente negra. Os vaqueiros, atividade em geral ocupada por homens pobres, brancos e mestiços²⁴, recebiam o chamado soldo; de cada três animais marcados para o dono, um permanecia de posse do empregado; eles também eram pagos com o fornecimento de provisões para a manutenção dos rebanhos. O gado, criado solto nas pastagens, era alvo fácil para os índios que viviam nômades pelo interior do Brasil; durante as secas, impelidos pela fome, os conflitos eram inevitáveis.

As secas, desde os registros dos tempos coloniais, são seguidas de grandes distúrbios provocados pela miséria. Os índios, habituados à caça, faltando está no rigor das secas, recorrem ao gado solto nos campos. Não possuindo uma concepção de direito semelhante à dos colonizadores, admitiam que o gado solto era propriedade comum a todos os indivíduos da tribo que os apanhasse, pois a propriedade territorial entre os índios era toda a extensão que as famílias de uma horda ocupam numa certa região, sendo esse território considerado propriedade comum. Dentro desse conceito, o gado dos colonos que povoava os campos das Datas de Sesmarias e pastava em suas áreas de caça pertencia, igualmente, à tribo que podia abatê-lo como caça, apesar dos ensinamentos em contrário pregado pelos religiosos e da perseguição movida pelos proprietários (ALVES, 2011, p. 32-33).

O sistema de sesmarias, baseado no modelo econômico feudal português e implementado pelos titulares das capitânicas hereditárias no Brasil, fundou e distribuiu latifúndios, conformando uma oligarquia hegemônica. O sistema sesmarial fez parte do

²⁴ No Brasil, a miscigenação das raças resultou na seguinte configuração: os caboclos ou mamelucos indicam a fusão entre brancos e índios; os cafusos, entre índios e negros; já os mulatos são a intersecção entre brancos e negros. Certamente esta é uma configuração básica, dela podem resultar inúmeras outras hibridações.

processo de colonização, garantindo a apropriação e o uso produtivo da terra – sempre sob o domínio do homem branco ocidental – além da política de povoamento imposta pelo Império Português. As sesmarias configuraram a estrutura política, social e fundiária do Brasil, seus impactos têm ressonâncias significativas nas lutas por reforma agrária e redistribuição de terras, incluindo a luta de mulheres e grupos indígenas que reivindicam direitos de posse de territórios próprios às suas comunidades.

A organização em sesmarias resultou em desigualdades significativas no acesso à terra e à água, onde a participação das mulheres é ainda muito recente. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária indica que o número de mulheres titulares de terras da reforma agrária tem aumentado. Desde 2003, o Programa nacional de Reforma Agrária ampliou os direitos das mulheres à terra através da portaria 981, que define a titulação conjunta de casais obrigatória, e da instrução normativa 38 implementada em 2007, que ajusta procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas ao programa, independentemente do estado civil, com prioridade para as mulheres chefes de família. Em 2000, apenas 13% das assentadas tinham o título do lote; já entre os anos de 2008 e 2010, o percentual de mulheres ultrapassou os 48% do total de beneficiários (INCRA, 2012).

Todavia, a concentração fundiária continua sendo uma das principais causas da situação de pobreza, miséria e insegurança alimentar. Os latifúndios improdutivos, os grandes projetos para o desenvolvimento do agronegócio e as grandes fazendas de gado reforçam essa estrutura injusta que mantém muitas famílias trabalhando em terras alheias como meeiros, terras que, em péssimas condições de produção, fragilizam a sua própria segurança alimentar e nutricional. Em grande parte, este território está delimitado pelo conhecido ‘Polígono das Secas’, hoje denominado ‘Semiárido brasileiro’.

3.2 ‘SEMIÁRIDO BRASILEIRO’: A NOVA DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

O atual espaço geográfico do ‘Semiárido brasileiro’ abrange 980.133,079 km² em extensão territorial e compreende 1.135 municípios distribuídos em oito estados da macrorregião nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – além do estado de Minas Gerais no sudeste. Nessa região vivem cerca de 22 milhões de pessoas, representando aproximadamente 12% da população brasileira, trata-se de uma das regiões secas mais habitadas do mundo (INSA, 2012; IBGE, 2010)²⁵.

Mapa 01 – Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro



Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA)

²⁵ Dados disponibilizados pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2012), extraídos a partir do XII Recenseamento Geral do Brasil (IBGE, 2010). Os dados consideram a nova delimitação do Semiárido brasileiro estabelecida pelo Ministério da Integração a partir dos seguintes critérios técnicos: precipitação média anual inferior a 800 milímetros; índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial; risco de seca maior do que 60%. A nova delimitação foi considerada um importante instrumento para a adoção de políticas de apoio para a região.

O Semiárido brasileiro tem a maior parte do seu território coberto pela Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro. A vegetação é predominantemente caducifólia, caracterizada pelo aspecto cinza nos períodos mais secos e verde exuberante nos chuvosos (DUQUE, 2004a). Todavia, a paisagem não é uniforme em toda a sua extensão; ao contrário, é rica em biodiversidade, com a inserção de espécies endêmicas de xerófitas, flora adaptada para resistir ao calor e às secas, cactáceas de folhas miúdas e espinhentas que evitam a evapotranspiração excessiva: são os mandacarus, xique-xiques, facheiros, palmas e palmatórias, etc., plantas de valor inestimável às populações no período das secas, quando servem de alimento para os homens e para os animais. Em ‘Os Sertões’, Euclides da Cunha nos lembra: “No pino dos verões, um pé de macambira é para o matuto sequioso um copo d’água cristalina e pura” (CUNHA, 2005, p. 56).

O clima é caracterizado pela irregularidade das chuvas, o que torna o solo progressivamente pobre em nutrientes, levando-o à erosão e à fome na região; são duas estações bem marcadas: uma muito seca e outra regularmente chuvosa, embora sujeita a descontinuidades ao longo dos anos. O Semiárido é quase sempre muito quente e apresenta fortes irregularidades na chegada das chuvas de verão, momento aguardado não apenas pela economia agropastoril, mas também para amenizar o calor e a secura em toda região. A chegada da estação das águas, quase sempre entre os meses de novembro a maio, é curiosamente denominada ‘inverno’ pelas populações do sertão (DUQUE, 2004b).

As populações rurais do ‘Semiárido Brasileiro’ dependem em muito da natureza, de seus ciclos e frutos, para a produção e reprodução do seu modo de vida – a agricultura familiar, a pecuária extensiva e o extrativismo são atividades importantes para garantirem parte da sua alimentação. As condições de vida das comunidades sertanejas agravam-se no período de estiagem, quando a seca rebate sobre o setor agropecuário, ocasionando a perda parcial ou total da produção que ofereceria condições de subsistência a essas famílias. Por

isso, a água desempenha papel crucial na vida dessas pessoas, na produção e reprodução social e simbólica do seu modo de vida (DIEGUES, 2005).

As relações de gênero – processo de construção sociocultural que se valeu das diferenças biológicas entre os corpos de homens e mulheres para criar distinções e discriminar o que é masculino e o que é feminino – atravessam os costumes e vivências com o uso da água no semiárido nordestino: aos homens a responsabilidade em saciar a sede do gado, construir poços e cacimbas, construir sistemas de irrigação (quando possível) e preparar o solo para o cultivo em tempo de receber as chuvas; às mulheres, e secundariamente às crianças, as tarefas mais domésticas e cotidianas no contato com a água – regar a horta, lavar as roupas e cozinhar – incluindo o longo trajeto que muitas vezes têm que percorrer carregando-a em latas e baldes.

A mulher agricultora do semiárido mantém estreita relação com o recurso natural água, sendo praticamente a responsável pela água para o consumo da família para fins de beber, preparo dos alimentos e higiene pessoal. Além disso, ela desempenha várias atividades que necessitam diretamente do uso da água, como o cultivo agrícola e o cuidado dos animais de pequeno porte. (MELO, 2005, p. 2)

Nos anos de seca são as mulheres quem mais sofre. Acompanhadas dos filhos, elas buscam água com a finalidade de suprir as necessidades da família; em muitos casos precisam caminhar longas distâncias (BRANCO et al., 2003). Apesar de seu estreito contato com a água, as mulheres não são contempladas nos programas e projetos do governo como protagonistas do desenvolvimento local. Os valores culturais patriarcais presentes nas famílias rurais do Semiárido nordestino estão igualmente presentes no Estado, na formação dos seus formuladores de políticas para a região, colocando a mulher às margens do processo – seja na condição de destinatária ou beneficiária dos planos e ações (MELO, 2005; CHACON, 2007).

No recente quadro de escassez, a Agência Nacional de Águas informou, através do relatório ‘Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2013’, que o Semiárido enfrentava a pior seca dos últimos 30 anos (ANA, 2013). Desde 2012, o cenário imposto pelo regime de

estiagens vinha se agravando continuamente, impedindo o cultivo das lavouras e o crescimento das pastagens, castigando o setor agropecuário com enormes prejuízos para a produção rural familiar. No total, 1.484 municípios encontravam-se em atual estado de emergência devido à estiagem, atingindo mais de 10 milhões de pessoas, reconheceu a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI, 2013). As obras em infraestrutura hídrica realizadas nas últimas décadas, somadas as ações emergenciais do governo, não foram suficientes para mitigar os efeitos do então período de estiagens, informou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013).

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal investiu em obras de infraestrutura e em ações emergenciais visando minimizar os problemas ocasionados pelo fenômeno das secas. As obras em infraestrutura fazem parte das intervenções propostas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e compreendem: sistemas coletivos de abastecimento de água, sistemas adutores, construção de barragens, além de equipamentos (retroescavadeira, motoniveladoras, caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras). As ações emergenciais incluem: operação carro-pipa, construção de cisternas, perfuração e recuperação de poços, bolsa estiagem, garantia-safra, venda do milho a preços baixos para a alimentação dos rebanhos, e concessão de crédito para investimentos (OBSERVATÓRIO DA SECA, 2013). Neste cenário, insere-se a atuação do Programa ‘Água para Todos’ e da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

3.3 PROGRAMA ‘ÁGUA PARA TODOS’ E ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Programa ‘Água para Todos’ – foi concebido pelo Governo Federal no âmbito do Plano ‘Brasil Sem Miséria’, ambos em 2011²⁶. O Programa, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), através da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), e realizado em parceria interministerial²⁷, tem a missão de “promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para o consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2013, p. 5).

O Programa ‘Água para Todos’ visa garantir o acesso à água às populações que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza²⁸, localizadas principalmente nas comunidades rurais do semiárido brasileiro. A meta é levar água para 750 mil famílias que ainda não têm acesso regular ao recurso até 2014. O Programa viabiliza a implementação das seguintes tecnologias sociais: cisternas e sistemas coletivos de abastecimento de água (poços, estações de tratamento e reservatórios elevados); barreiros e pequenas barragens voltados à produção rural; além da distribuição de conjuntos de irrigação (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2013).

²⁶ O Programa ‘Água para Todos’, instituído pelo decreto no. 7.535, em 26 de julho de 2011, integra o Plano ‘Brasil Sem Miséria’, regido pelo decreto no. 7.492, de 02 de junho de 2011 (Dados disponíveis em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1028580/decreto-7535-11>. Acesso em 10 de fev. de 2014).

²⁷ O Programa é realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); o Ministério das Cidades (MCidades); o Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Ministério da Saúde (MS), através da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); e em colaboração com a Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH); a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), além dos demais órgãos e entidades vinculadas ao MI (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2013).

²⁸ As diretrizes do Programa priorizam o atendimento da população em situação de extrema pobreza, conforme definido pelo artigo 2º do Decreto nº 7.492, de 2011, e pobreza, com renda mensal *per capita* de até R\$140,00 (cento e quarenta reais); os beneficiários devem residir nos municípios que, entre os anos de 2003 e 2012, foram frequentemente reconhecidos, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (MI), em situação de emergência ou calamidade pública devido à estiagem; além disso, são priorizados os municípios de cuja população rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não possuía acesso adequado a fontes hídricas para consumo humano e dessedentação animal (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2013).

A implementação das referidas tecnologias abrange o trabalho da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), rede que integra cerca de mil organizações da sociedade civil atuando conjuntamente na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com o semiárido. Em 1999, durante o Fórum Paralelo da Sociedade Civil à III Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP 3), realizado no Recife (PE), essas entidades apresentaram à sociedade e ao governo um projeto comum para o Semiárido, foi quando a Articulação se constituiu enquanto rede. A Declaração do Semiárido Brasileiro lançou um novo olhar sobre a região, trazendo a perspectiva de um lugar produtivo e alegre, em contraposição ao modelo adotado historicamente pelo governo, baseado na promoção de obras contra às secas. O novo projeto trouxe a proposta do desenvolvimento pautado na convivência com o semiárido, rejeitando o modelo anterior, gerando mudanças nas esferas política, social, cultural e ambiental (ASA, 1999).

O Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido abriga tecnologias sociais de captação e armazenamento de água para consumo humano e para produção de alimentos. Além disso, o programa oferece inúmeras outras iniciativas de convivência com o semiárido, como a organização de Fundos Rotativos Solidários (FRS's), a criação de Bancos de Sementes e a promoção de intercâmbios entre agricultores e agricultoras. Este programa 'guarda-chuva' se desdobra a partir de duas principais ações: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Em ambos os programas, as famílias beneficiadas passam por uma série de capacitações sobre a gestão da água, a construção coletiva do conhecimento, a sistematização de experiências e a segurança alimentar.

O P1MC tem por objetivo a construção de um milhão de cisternas de placas de cimento pré-moldado para atender as famílias que ainda não têm a chamada 'primeira água', ou seja, água para beber, cozinhar e escovar os dentes. A cisterna, destinada ao consumo

humano, é construída junto à casa, onde se instalam calhas no telhado para captar a água das chuvas e armazená-la no reservatório; este tem capacidade para até 16 mil litros d'água, quantidade estimada suficiente para uma família de até 5 pessoas passar pelo período de estiagens – calculado em até 8 meses. A construção da cisterna, em formato cilíndrico, coberta e parcialmente enterrada, é realizada por pedreiros locais, capacitados pela equipe do Programa. Na família, é comum que os homens ajudem na construção como serventes de pedreiro e as mulheres cozinham para todos que participam na realização da empreitada. Desde 2003, quando o programa se consolidou, até março de 2014, foram construídas 523.654 cisternas destinadas ao consumo humano²⁹.

O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), popularmente conhecido como segunda água, corresponde à implementação de tecnologias sociais voltadas à produção rural. A iniciativa visa fomentar a construção de processos participativos promovendo a soberania, a segurança alimentar e nutricional através do acesso e manejo da terra e da água para a produção de alimentos. As tecnologias são diversas – cisterna-calçadão, cisterna-enxurrada, barreiro trincheira, barragem subterrânea, tanque de pedra ou caldeirão, bomba d'água popular, barraginha, etc. – e obedecem a critérios técnicos observados em relação às características da propriedade, especialmente se estão em conformidade com um sistema integrado e diversificado de produção; dentre elas, para fins deste estudo, destaca-se a cisterna-calçadão. A tecnologia, planejada próxima à área de produção, comporta até 52 mil litros d'água. A cisterna capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200m² construído sobre o solo. O calçadão pode também ser utilizado para a secagem de grãos, como milho e feijão. A água captada tem serventia na irrigação de quintais produtivos, fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, além de auxiliar na criação animal. Desde 2007,

²⁹ Dados disponíveis em <http://www.asabrazil.org.br>. Acesso em 31 de mar. de 2014.

quando o programa se consolidou, até março de 2014, foram construídas 25.917 cisternas-calçadão³⁰.

O lançamento do Programa ‘Água para Todos’ trouxe uma inovação para acelerar as entregas das cisternas de consumo. Desde 2011, o Ministério da Integração Nacional contratou, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional, a empresa Aqualimp³¹ para a fabricação e entrega de cisternas de polietileno, popularmente conhecidas como cisternas de PVC ou de plástico. Em 2012, foram instaladas cerca de 60 mil cisternas deste modelo em comunidades rurais do Semiárido, elas tiveram custo unitário de R\$ 5.090,00, somando o valor total de R\$ 305.400.000,00. As fábricas foram instaladas em grandes centros urbanos – Petrolina (PE), Penedo (AL), Teresina (PI) e Montes Claros (MG) – sob a prerrogativa de gerar emprego e renda e movimentar a economia local (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2013).

Embora essa iniciativa seja importante para o atendimento das metas propostas pelo Governo Federal³², após a instalação, inúmeros beneficiários reportaram problemas em relação à qualidade do reservatório de polietileno, especialmente por não resistir à exposição solar, apresentando defeitos como deformação e rachaduras. Desde então, a Articulação Semiárido Brasileiro lançou a campanha "Cisternas de Plástico/PVC - Somos Contra!", contestando não apenas a durabilidade do produto e o seu custo, em dobro superior se comparado às cisternas de alvenaria, mas também a exclusão da população local como parte do processo participativo na reaplicação da tecnologia, colocando as comunidades dependentes de uma empresa fornecedora do produto (ASA, 2012).

³⁰ Dados disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em 31 de mar. de 2014.

³¹ A Aqualimp é uma empresa pertencente ao grupo Rotoplás, multinacional líder mundial em reservatórios de água fabricados pelo processo de rotomoldagem. Dados disponíveis em: <<http://www.aqualimp.com>>. Acesso em: 31 de mar. 2014.

³² Importante lembrar que o Governo Federal do Brasil é signatário da Declaração do Milênio das Nações Unidas, indicando que as metas propostas devem também atender ao compromisso firmado no pacto global.

A ASA enfatiza que o sucesso na implementação do Programa Um Milhão de Cisternas se deve principalmente à participação das famílias como protagonistas de sua história, ou seja, como agentes do desenvolvimento. A defesa pelas cisternas de placas é também respaldada pelo aquecimento da economia local, onde o material necessário para a sua construção é comprado, e também pelo processo de mobilização e formação comunitária. Em diversos lugares onde estava sendo prevista a entrega das cisternas de plástico eclodiram manifestações. Em Soledade – PB, município selecionado para a realização da pesquisa de campo da presente tese, agricultores e agricultoras ligados ao Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano (COLETIVO) conseguiram barrar a implementação de 94 cisternas de polietileno. Antes, porém, de apresentar o estudo realizado com mulheres campesinas em Soledade, vejamos a seguir algumas das táticas de pesquisa selecionadas para o desenvolvimento da presente tese.

Um enquadramento conceitual é um arranjo de crenças básicas, valores, atitudes e suposições que moldam e refletem como vemos o ‘Outro’ e o seu mundo. São lentes socialmente construídas através das quais nós percebemos a nós mesmos e aos outros. É afetada por fatores tais como gênero, raça, classe, idade, orientação afetiva, nacionalidade e contexto religioso. Alguns enquadramentos conceituais são opressivos. Um enquadramento conceitual opressivo é aquele que explica, justifica e mantém relações de dominação e subordinação. Quando um enquadramento conceitual opressivo é patriarcal, ele explica, justifica e mantém a subordinação das mulheres pelos homens (WARREN, 1996).

4. TÁTICAS DE PESQUISA

O desenvolvimento desta pesquisa tem o compromisso político de propor um enquadramento teórico-conceitual avesso a polarizações, dicotomias e essencialismos. Trata-se de uma “leitura em contraponto”, conforme sugeriu Edward Said (2011) ao propor táticas contra-hegemônicas como recurso para compreender e recusar as diversas formas de dominação estabelecidas no mundo. Tal leitura considera o imperialismo e a resistência a ele, incluindo as vozes daqueles(as) que outrora foram silenciados(as), analisando a sobreposição de experiências e o entrelaçamento de histórias e culturas, justapondo visões diametralmente dispostas na espiral dos tempos coloniais e pós-coloniais.

O imperialismo, no uso de suas ferramentas colonizadoras, guarda uma complexa configuração ideológica, incluindo o patriarcalismo e os seus corolários para o desenvolvimento das mulheres. Essa leitura também faz parte das práticas políticas e teorias críticas (eco)feministas no estabelecimento de conexões interpretativas sobre o que se faz presente e o que está ausente, ideias sobre complementaridade e interdependência, recusando análises baseadas em experiências isoladas que excluem e impedem a compreensão da configuração de um espaço ambíguo e híbrido, por onde se traduzem as experiências de mulheres no cotidiano.

A metodologia das oprimidas nos oferece orientações acerca de uma possível consciência opositiva e diferencial, uma consciência que busca o reconhecimento das diferenças de gênero, raça, classe e localização geográfica, assim como suas respectivas

visões de mundo (SANDOVAL in HOOKS et al., 2004). Tal consciência é também identificada como uma ‘consciência mestiça’, uma consciência que surge “nas fronteiras e nas margens” (ANZALDÚA, 1987), que busca na marginalidade o privilégio epistêmico (BARON, 1993). A metodologia proposta também considera que os saberes são situados, rejeitando matrizes naturais de unidade, compreendendo que nenhuma construção é acabada (HARAWAY, 1988). A ideia de uma consciência diferencial nos permite escolher posições táticas para um feminismo de coalizão, a formação de redes de posicionamento diferencial que buscam recodificar as ferramentas de comunicação com o propósito de subverter a ordem do poder, revelando o ponto de vista das ‘subalternas’ e constituindo uma aliança rumo a decolonização das mulheres.

No campo e na cidade, resistem ainda muitas práticas, costumes e tradições machistas resultantes da colonialidade de gênero, manifestação da continuidade de relações de poder e dominação, instauradas pelo colonialismo patriarcal europeu, ainda hegemônicas em nossa sociedade. Proponho um estudo de algumas mulheres camponesas em seus cotidianos, tornando visível o trabalho produtivo, nos currais e no roçados; e reprodutivo, nas tarefas domésticas e nos arredores da casa. A distinção, dicotomia e hierarquização estabelecida entre atividades produtivas/reprodutivas, subjugando a segunda em relação à primeira, faz parte do *locus* fraturado da colonialidade de gênero que pretendo analisar, observando a diferença colonial estabelecida nas relações entre homens e mulheres em seus cotidianos, na (não) divisão sexual do trabalho. O estudo percorre diversas temporalidades buscando verificar não apenas o passado e o presente (diacronia), mas também como o passado se inscreve no presente (dissincronias).

A visibilidade que se pretende neste estudo não consiste em reforçar categorizações impostas pelo colonialismo de gênero, indicando, classificando e hierarquizando o que é trabalho masculino e o que é trabalho feminino. A ideia é promover uma análise crítica,

seguindo os pressupostos do feminismo decolonial (ANZALDÚA, 2005; LUGONES, 2010), a partir da mediação de conflitos pela tolerância à ambiguidade, desconstruindo espaços de exploração e opressão – preconceitos baseados em estereótipos – e construindo pontes de solidariedade, restabelecendo a dupla dimensão do reconhecimento negada às mulheres, ou, para usar o termo empregado por Anzaldúa (2005), ‘cicatrizando’ divisões dicotômicas e hierárquicas.

O estudo comporta ao menos duas dimensões: a primeira consiste em analisar criticamente a manutenção das estruturas de dominação colonial em uma perspectiva macro, identificada pela implementação de estratégias globais para o desenvolvimento de ‘recursos hídricos’ comunitários; a segunda consiste em observar os resultados produzidos por tais estratégias globais a partir da experiência local, pela (re)configuração de táticas de sobrevivência exercidas como ‘artes de fazer’ (CERTEAU, 2012a), ou como ‘técnicas corporais’ no trabalho cotidiano com a água (MAUSS, 2003).

As dimensões acima estão articuladas: a definição e implementação de estratégias globais tem repercussões na adoção e/ou (re)modelagem de ‘novas’ táticas femininas locais. “As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (CERTEAU, 2012, p. 96). Os movimentos exercidos por mulheres no cumprimento de suas atividades cotidianas podem então ser compreendidos como táticas locais na luta pela sobrevivência, são também esquemas táticos de politização de práticas cotidianas femininas; são estas trajetórias que estou buscando analisar criticamente.

As ‘artes’ ou ‘maneiras’ de fazer podem ser compreendidas como práticas culturais cotidianas, conforme propõe Michel de Certeau (2012a). A cultura ordinária é tomada por invenções técnicas e criativas, são diversas maneiras de fazer que configuram a teoria das

práticas, estas revelam um encadeamento harmonioso de técnicas corporais. As maneiras de fazer são teorizadas para dar visibilidade à opressão das mulheres no cotidiano.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada (CERTEAU, 2012b, p. 31)

As técnicas corporais abrigam saberes que se constituem na própria experiência de pobreza vivida por mulheres; são saberes situados pela experiência com a escassez de água, conhecimentos acumulados sobre como sobreviver em meio ao flagelo imposto pelo fenômeno das secas, na expressão de Certeau (2012b) são “saberes não sabidos”. No presente capítulo indico alguns percursos metodológicos em um estudo preliminar que me possibilitou a revisão dos objetivos propostos, a seleção do campo, a delimitação do escopo do trabalho e o aperfeiçoamento de procedimentos para coleta e análise dos dados da pesquisa.

4.1 PERCURSOS NA PARAÍBA: PESQUISA PILOTO E ENQUETE EXPLORATÓRIA

As aproximações com o campo de estudos na Paraíba tiveram início a partir do desenvolvimento do Projeto Mulheres Migrantes Nordestinas (PMMN)³³. O projeto teve por objetivo pesquisar o deslocamento e a trajetória de mulheres do nordeste brasileiro – desde os seus territórios de origem, onde identificamos a configuração de uma rede de mulheres

³³ O Projeto Mulheres Migrantes Nordestinas (PMMN) se desenvolve a partir dos seguintes desdobramentos: a pesquisa intitulada ‘Desenvolvimento Durável, Desigualdades e Justiça Social: a parte das mulheres na busca pelo reconhecimento social na globalização’, iniciada em 2008; e sua continuidade a partir da pesquisa ‘Mulheres em Movimento: hibridismo e identidade diaspórica em deslocamentos femininos – contribuição ao estudo de gênero, migração e pobreza em diferentes gerações e “novos territórios globalizados”’, iniciada em 2010. Ambas foram financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). O projeto também contou com o apoio da Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Programa EICOS. O PMMN é desenvolvido pelo grupo de pesquisas ‘Laboratório de Imagens: gênero, corpo, espaço, participação e desenvolvimento’, sob a liderança da Profa. Maria Inácia D’Ávila Neto, resultando em diversas publicações: em eventos e revistas científicas, nacionais e internacionais; e a partir da organização do ‘Colóquio Internacional Fronteiras e Diversidades Culturais no Século XXI – desafios para o reconhecimento no estado global’, com produção dos participantes publicada em livro homônimo ao evento; além de dissertações de mestrado e teses de doutorado em andamento e concluídas.

procedentes de Pirpirituba, município localizado no brejo paraibano, até o Rio de Janeiro – na luta pelo reconhecimento social. O estudo, desenvolvido pelo viés do feminismo pós-colonial e transnacional, buscou conhecer as condições adversas, socioeconômicas e/ou ambientais, pelas quais muitas mulheres atravessam, construindo suas identidades diaspóricas e híbridas na globalização. Para melhor conhecer o percurso de algumas dessas mulheres, organizamos visita técnica à Pirpirituba-PB, entre os dias 20 e 25 de junho de 2013, para um encontro com as famílias das mulheres que continuam no Rio de Janeiro, e; para reencontrar aquelas que retornaram à cidade natal. Nas entrevistas realizadas, tivemos a oportunidade de ver e ouvir as experiências de mulheres com a escassez de água em suas vidas. Ainda hoje, mesmo com água encanada em casa, muitas delas aparam a água das chuvas em baldes e bacias para lavar roupas, reutilizando-a sempre que possível. A experiência me possibilitou reelaborar questões que pudessem me ajudar a conhecer melhor o campo, adaptando roteiro de entrevistas ao universo pesquisado.

Ainda quando estudávamos as melhores possibilidades de datas para organizar a visita à Pirpirituba-PB, estabeleci contatos com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) na tentativa de obter maiores informações sobre a participação feminina nos programas e projetos para o desenvolvimento de ‘recursos hídricos’ na Paraíba, notavelmente nos municípios considerados prioritários para a implementação de tecnologias sociais em comunidades rurais. Orientado a entrar em contato com a Sra. Maria Glória Batista de Araújo, representante da ASA na Paraíba e diretora do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), tive a oportunidade de programar visita técnica de reconhecimento do campo de estudos em data subsequente ao desenvolvimento da Pesquisa em Pirpirituba, entre os dias 26 e 30 de junho de 2013, poupando recursos financeiros com o deslocamento para a realização deste primeiro encontro. A data foi bastante oportuna, possibilitando participar das atividades listadas a seguir:

- ENCONTRO REALIZADO NA SEDE DO PATAC, NO DIA 26 DE JUNHO DE 2013, EM CAMPINA GRANDE-PB – após contatos estabelecidos por telefone e *e-mail*, o encontro me possibilitou apresentação pessoal junto ao PATAC, conhecimento da instituição, coleta de material informativo sobre projetos em desenvolvimento, além da programação de uma agenda de compromissos confirmada para os dias 27 e 28 de junho de 2013. O encontro foi muito produtivo, colaborando para minha inserção nos estudos de campo.

- ENCONTRO COM A PROFA. IDALINA MARIA FREITAS LIMA SANTIAGO, LÍDER DO GRUPO DE PESQUISAS ‘FLOR E FLOR: ESTUDOS DE GÊNERO’ DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB, NO DIA 26 DE JUNHO DE 2013 – o encontro me permitiu apresentar o projeto de pesquisa para o desenvolvimento da tese, discutindo desde aspectos teórico-conceituais até procedimentos de coleta e análise de dados. A Profa. Idalina colaborou revisando possíveis perguntas para a realização da pesquisa piloto, adaptando questões a uma linguagem mais acessível ao universo das mulheres pesquisadas.

- REUNIÃO COM O GRUPO DE TRABALHO ‘MULHERES E AGROECOLOGIA’ DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO PARAIBANO (ASA – PARAÍBA), EM 27 DE JUNHO DE 2013, NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE QUEIMADAS-PB – a reunião me possibilitou apresentar o projeto de pesquisa e suscitou debate ao propor uma análise sobre a divisão sexual do trabalho presente no cotidiano das mulheres em contato com a água. As participantes afirmaram que para a mulher do campo não há divisão sexual do trabalho, já que elas estão também na produção do roçado e em todos os espaços da propriedade. Outra questão levantada foi a migração, que segundo as participantes não é mais tão frequente como no passado. A reunião me ajudou a redimensionar ideias sobre teoria e prática, relativizando questões a serem observadas no campo, delimitando o escopo da pesquisa.

- PARTICIPAÇÃO NO CURSO GESTÃO DE ÁGUA PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS (GAPA), TAMBÉM REALIZADO NO DIA 27 DE JUNHO DE 2013, NO SINDICATO DOS

TRABALHADORES RURAIS DE QUEIMADAS-PB – o curso, dirigido às famílias beneficiárias do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), foi ministrado por Márcia Fernandes de Sousa, representante do Polo Sindical da Borborema e diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca-PB. O conteúdo programático do curso inclui conceitos e práticas agroecológicas, diálogos sobre participação cidadã e alternativas de convivência com o semiárido, além de dinâmicas de grupo sobre as relações de gênero no cotidiano das famílias.

- PESQUISA PILOTO EM CAIANA, SOLEDADE-PB – o primeiro contato direto com o campo foi realizado na tarde do dia 27 de junho de 2013. A convite da Sra. Maria Glória Batista de Araújo, fui conduzido em veículo do PATAC até a comunidade denominada Caiana, onde conheci um pouco sobre a história da Sra. Marli Teresa de Moraes, algumas das suas dificuldades e conquistas ao longo da vida. O estudo realizado em Soledade teve continuidade no desenvolvimento da pesquisa, motivo pelo qual irei apresentá-lo no capítulo seguinte.

- A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NAS COMUNIDADES DE ‘PAI DOMINGOS’ E DO ‘ALMEIDA’, LAGOA SECA-PB, VISITA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2013 – ainda durante o curso GAPA, no dia anterior em Queimadas-PB, fui convidado por Márcia Fernandes de Sousa a conhecer as referidas comunidades.

Inicialmente, visitamos a família de Catarina Martins de Melo Couto e Luiz Capitulino de Couto. Nascida e criada no município de Soledade, hoje Catarina mora com o esposo e os filhos no sítio ‘Boa Paz’, propriedade de 3 hectares localizada na comunidade de ‘Pai Domingos’, zona rural do município de Lagoa Seca-PB. Catarina conta que concluiu apenas o ensino fundamental, mas que tem muito conhecimento sobre a agricultura – conquista obtida ao longo da vida. O sossego, segundo Catarina, é o elemento considerado mais importante para viver na comunidade. Quando perguntada sobre a importância da água, Catarina afirma: “A água é tudo na vida, né? A importância da água é tudo! Você sem água,

você não sobrevive!”. Catarina nos fala sobre a sua infância, quando ainda morava em Soledade. Na época, a família sofria com dificuldades no acesso à água, ela nos explica como ia buscá-la: “colocava a ‘cangalha’ no jumento e caminhava cerca de 6 quilômetros”. A água tem diversas funções na propriedade rural: a irrigação do roçado, das plantas medicinais, da horta e das fruteiras, água para matar a sede dos animais, “água para tudo!”, ela afirma.

Na família as tarefas cotidianas são divididas: as meninas, ajudam na limpeza da casa, na organização da cozinha, no preparo dos alimentos, na irrigação da horta e no cuidado com os animais de pequeno porte; o pai trabalha no roçado e no curral na lida com o gado, junto com o filho; já Catarina trabalha com a família em todos os espaços da casa, dentro da propriedade e mesmo fora dela, quando precisa buscar recursos na cidade, por exemplo. O sítio possui dois ‘olhos d’água’, um barreiro, uma barragem e duas cisternas com captação de água das chuvas, fontes que garantem a produção e a subsistência familiar.

As cisternas foram fundamentais para a melhoria de vida da família, Catarina conta que hoje não falta água para o consumo da casa. A água das cisternas serve para beber, cozinhar e para usos gerais de limpeza e higiene da família. A água do barreiro e dos ‘olhos d’água’ serve para a irrigação do plantio e para o consumo dos animais, já as barragens proporcionam umidade ao solo, garantindo a produção familiar. No período de construção das cisternas, Catarina conta que ajudou ‘mexendo’ a massa no trabalho com a enxada: “A mulher é Paraíba mulher-macho, sim, senhor!”, ela explica. Catarina conta que participa das reuniões nas associações comunitárias e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca-PB. A participação nas reuniões garantiu à família a implementação do Programa Alimentos Seguros (PAS) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), além de inserção no fundo rotativo solidário que propiciou a construção de uma das duas cisternas na propriedade.

Em seguida, tive a oportunidade de conhecer a experiência agroecológica da família Maciel: Dona Domerina, Francisca (Donga), Antônio, Osvaldo, Lucinha e Severino. A família mora na comunidade do Almeida, também localizada na zona rural do município de Lagoa Seca-PB. Quando perguntados sobre o que era mais importante para viver na comunidade, Dona Domerina destacou a saúde; Donga considerou importante a agroecologia, o equilíbrio com a natureza; Osvaldo declarou que a tranquilidade e o sossego é mais importante; enquanto Lucinha afirmou que o mais importante é a água, “a água está acima de tudo e é a maior riqueza”, ela destaca. As respostas foram espontâneas e revelaram aquilo que cada um considerava importante a partir da sua própria experiência cotidiana. Na família, Lucinha trabalha em casa, cozinhando, lavando roupas, limpando e organizando tudo, além do trabalho na horticultura – em toda a parte a água é fundamental para o desempenho de suas tarefas cotidianas. A família entrou em um consenso: vários elementos são importantes, mas a água é considerada primordial. Donga conta que também passou crise por falta d’água, mas que, aos poucos, a família foi alcançando melhorias para o sítio: as cisternas, a barragem subterrânea e a casa de farinha para o beneficiamento da macaxeira, fazem parte dessas conquistas.

No sítio, a água é elemento fundamental para o desempenho das atividades diárias: beber e cozinhar, tomar banho, limpar a casa, lavar roupas e louças, etc. Donga afirma que as mulheres consomem mais água do que os homens, pois além do trabalho na agricultura familiar, elas ainda precisam da água para as atividades domésticas e para o cuidado com os filhos. O reuso da água é destacado por todas as mulheres: a água utilizada para lavar roupas é reutilizada para a limpeza da casa, a água da lavagem da louça é novamente utilizada para aguar plantas. Dona Domerina afirma que em toda a sua vida a horta sempre foi a segurança alimentar da família. No passado a água era escassa, por isso, precisava percorrer longas

distâncias para buscá-la. Naquele tempo, e ainda hoje, o reuso das águas servidas é imprescindível.

A implementação de tecnologias sociais melhorou muito as condições de vida da família, as comunidades que mais sofrem são aquelas que não têm um reservatório ou cisterna, que devem se deslocar para buscar água fora. Donga conta que, durante o processo de construção das cisternas, as mulheres trabalharam na cozinha, no preparo dos alimentos para os pedreiros, e, em alguns casos, como serventes e também assentando tijolos. Hoje, Lucinha explica que é ela quem se encarrega de filtrar a água para o consumo direto da família, ela relata que usa a água o tempo todo, de 5 da manhã, quando acorda, até as 10 da noite, quando vai dormir. De acordo com Donga as mulheres participam mais das reuniões no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do que os homens. Mas, isso não significa que as mulheres tenham mais tempo livre, ao contrário, elas se organizam para deixar o almoço pronto enquanto saem e os maridos ficam trabalhando na propriedade. Donga acredita que, se os homens saíssem, o prejuízo seria maior: enquanto eles ficam no trabalho com a agricultura, ela é quem se responsabiliza por buscar recursos e oportunidades para toda a família.

A família Maciel destaca a importância das novas tecnologias sociais e afirma que, nos casos em que não há água, a responsabilidade por ir buscá-la é quase sempre da mulher. Quando perguntados sobre quem trabalha mais em contato com a água no cotidiano familiar, se os homens ou as mulheres, a primeira resposta foi os homens. Após refletirem sobre o uso da água no contexto da casa, nos cuidados com a higiene e limpeza, no preparo dos alimentos, etc., a família concordou que as mulheres estão a maior parte do tempo ‘com as mãos molhadas’, ainda mais do que os homens – revelando a invisibilidade do trabalho reprodutivo no cotidiano feminino.

4.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O desenvolvimento do estudo preliminar, sucintamente descrito acima foi decisivo para a seleção do campo, além de contribuir na orientação e no aperfeiçoamento de procedimentos técnicos para coleta e análise dos dados da pesquisa. Os objetivos foram revisados, propondo analisar a relação das mulheres com a água em seus cotidianos, adaptados ou não por ‘novas tecnologias’³⁴. O estudo busca dar visibilidade à diversidade de técnicas corporais desempenhadas pelas mulheres no acesso, uso, controle e gerenciamento da água, examinando a participação feminina nos programas e projetos para o ‘desenvolvimento’³⁵ de suas comunidades.

A seleção do campo não foi realizada aleatoriamente, a relação das mulheres com a água pode ser observada no cotidiano de muitas mulheres em todo o mundo, algo tão comum que parece ter sido naturalizado ou essencializado como experiência particularmente feminina. A escolha do campo considerou regiões prioritárias no processo de implementação de tecnologias sociais para o ‘desenvolvimento’ comunitário, notavelmente naquelas comunidades onde estivesse sendo implementado o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), cujo objetivo está voltado ao fornecimento de água para a produção de alimentos. O critério se justifica na medida em que consideramos que tais comunidades já tiveram o apoio do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), sendo possível contrastar realidades anteriores às ‘novas tecnologias’ sociais implementadas e, ao mesmo tempo, observar a participação das mulheres nos referidos programas, concluídos e em fase de desenvolvimento.

A pesquisa piloto desenvolvida em Caiana teve parecer favorável para a continuidade dos estudos em Soledade, em especial por atender aos critérios acima e pelo diálogo e suporte

³⁴ A partir daqui, estou deliberadamente grafando o termo ‘novas tecnologias’ entre aspas simples para evidenciar que tais tecnologias sociais, a exemplo das cisternas, não são tão novas quanto antes me pareciam, dado que as mulheres sempre coletaram a água das chuvas em reservatórios, baldes e bacias.

³⁵ O ‘desenvolvimento’, também grafado entre aspas simples, indica que embora as mulheres façam parte das comunidades, há ainda ao menos um obstáculo cultural considerável para o seu desenvolvimento: a participação dos homens nas atividades domésticas consideradas femininas, particularmente naquelas em contato direto com a água.

oferecido pela ASA Paraíba e pelo PATAC, representados pela Sra. Maria Glória Batista de Araújo, em parceria com o Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano (COLETIVO)³⁶, representado pela Sra. Rogéria Campos Morais. As cisternas, tanto no P1MC quanto no P1+2, foram arbitrariamente privilegiadas na análise, servindo de escopo para uma infinidade de outras tecnologias sociais das quais muitas mulheres estão também em contato cotidiano (poços artesianos, barreiros, barragens, etc.).

A preparação para a coleta dos dados da pesquisa ajustou o roteiro utilizado nas entrevistas desenvolvidas durante o estudo preliminar, suprimindo questões que perderam relevância nos contextos analisados, como por exemplo a migração forçada devido às condições de escassez e crescendo temas que pudessem ser mais bem estudados, como a divisão sexual do trabalho nos usos produtivos e reprodutivos da água. O roteiro contemplou o cotidiano diferencial imposto pelos períodos de chuva e estiagem, explorando o espectro de situações e representações que surgiram no rumo flexível da entrevista³⁷. A relação das mulheres com a água serviu de tópico guia, reunindo informações sobre a realidade anterior à chegada das cisternas, examinando a participação feminina nos programas para o ‘desenvolvimento’ de suas comunidades.

A pesquisa foi então realizada a partir de dois procedimentos para coleta de dados: entrevistas qualitativas conduzidas com o auxílio de roteiro semiestruturado e construção de um *corpus* de análise qualitativa, a partir da coleção de técnicas corporais sobre a relação das mulheres com a água em seus cotidianos. O registro de ambos os procedimentos contou com

³⁶ O Coletivo Regional, com sede em Soledade, articula agricultores(as) e organizações sociais, especialmente através das associações comunitárias e dos sindicatos dos trabalhadores rurais de 11 municípios: Pedra Lavrada, Cubati, Seridó, Olivedos, Juazeirinho, Soledade, Pocinhos, Santo André, Gurjão, Boa Vista e São João do Cariri. A localização em Soledade facilita o acesso aos outros municípios, dado a sua centralidade em relação aos demais. O COLETIVO desenvolve ações rumo ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido em torno de temas mobilizadores, traduzidos pelas seguintes comissões temáticas: recursos hídricos; sementes, plantas e frutas, e; criação animal. As comissões promovem reuniões a cada dois meses, sempre privilegiando um dos diferentes municípios que integra a associação. Em cada município existe uma comissão local onde se reúnem as lideranças comunitárias rurais. Há portanto, a configuração de uma rede de comunidades rurais que se articulam por meio de uma comissão municipal, que, por sua vez, integra uma das comissões temáticas propostas.

³⁷ A versão final do roteiro utilizado nas entrevistas está disponível no anexo II.

o auxílio do recurso audiovisual, o uso da câmera possibilitou o registro de testemunhos, narrativas orais e gestuais, além de expressões e movimentos do corpo. A escolha das participantes obedeceu a critérios de disponibilidade e livre consentimento, sendo previamente consultadas pela equipe do PATAC/COLETIVO. As participantes concordaram em ceder os direitos sobre seus depoimentos e imagens, compreendendo que o material integrava um estudo em curso sobre a relação das mulheres com a água em seus cotidianos³⁸.

4.2.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As entrevistas tiveram por finalidade contextualizar o estrato social pesquisado, além de nos permitir conhecer o mundo vivencial de mulheres que convivem com o fenômeno das secas, mapeando as diferentes realidades enfrentadas no curso de suas vidas, compreendendo seus pontos de vista e práticas cotidianas. A ideia é oferecer um panorama descritivo das condições de vida e compreensões de mundo das participantes, situando saberes e (re)conhecendo experiências.

Em *'La entrevista: una invención dialógica'*, Leonor Arfuch (2010a) argumenta que a entrevista pode ser classificada em diversas modalidades, podendo ocorrer formalmente ou ser considerada a partir da conversação cotidiana, mas é sempre regida por normas da vida social; por isso, a entrevista é sempre dialógica, já que ocorre na interlocução de linguagens contextuais compartilhadas entre entrevistador e entrevistado, ou seja, é regida pelo diálogo, pela conversação entre participantes. Trata-se de um jogo de linguagens e trocas intersubjetivas sobre uma noção de 'verdade', sobre uma experiência vivida.

A utilização da entrevista como ferramenta metodológica assume riscos e compromissos. A entrevista é heterogênea, sofre edições, cortes valorativos que podem mudar significativamente o modo como o entrevistado se representa e como é representado, não há

³⁸ O termo de consentimento e cessão dos direitos de imagem encontra-se no anexo I desta tese. As participantes solicitaram ser identificadas na pesquisa.

neutralidade ou objetividade na linguagem adotada na entrevista. A narrativa da participante deve ser interpretada pelo olhar do pesquisador, podendo ganhar novos sentidos na medida em que sofre edições, tanto pela transcrição oral e gestual, quanto pela decupagem e seleção pragmática dos trechos de interesse por parte do pesquisador e interpretação segundo o olhar teórico. Por outro lado, há na entrevista a possibilidade do reconhecimento das participantes por meio da escuta e leitura de sua história, experiência e memória, fazendo ouvir a voz dos grupos subalternos. Trata-se de dar ao sujeito a possibilidade de se posicionar frente as generalizações, estigmas, estereótipos e preconceitos acerca da sua identidade. Esta pesquisa assumiu o compromisso de propor uma forma de reconhecimento dos saberes e práticas de algumas mulheres em suas técnicas corporais cotidianas com a água.

Na casa das participantes, as entrevistas foram deliberadamente conduzidas sob forma de diálogo, por vezes com a presença do marido ou dos filhos(as) e/ou netos(as). As entrevistas foram então realizadas a partir de uma estrutura bastante flexível, dando liberdade à espontaneidade da entrevistada. A medida em que a nossa conversa fluía, pude sentir suas vozes mais livres, aliviadas do temor de não saberem o que responder e entusiasmadas com a possibilidade de contribuir com a pesquisa. A informalidade da conversa sobre o cotidiano feminino nos permitiu ouvir seus modos de pensar e viver, identificando como as participantes organizam seus trabalhos cotidianos, conhecendo sua própria linguagem, como elas se representam, como elas enxergam as suas próprias vidas. “As maneiras de falar usuais não têm equivalências nos discursos filosóficos e não são traduzíveis para elas porque nelas existem mais coisas do que nesses discursos” (CERTEAU, 2012a, p. 69).

O aspecto diacrônico da entrevista pode ser observado nos enunciados de entrevistadores e entrevistados, na autenticidade que se quer fazer valer os seus discursos, na tentativa de fazer com que suas vozes sejam ouvidas. Assim, a memória é frequentemente solicitada a lembrar os espaços e tempos que contextualizam as narrativas orais da

entrevista, acontecimentos que nos aproxima da subjetividade de mulheres que presenciaram e viveram situações extremas impostas pelo fenômeno das secas, ainda hoje ciclicamente recorrentes em suas vidas. A autenticidade não é exatamente um compromisso com a verdade do que está sendo dito, mas um jogo de presenças e relação direta; o contato face-a-face possibilita escutar alguém que narra uma experiência de vida. Aliás, a entrevista busca apresentar a ‘verdade’ de alguém que fala, e não apenas re-apresentar os registros daquilo que foi dito (ARFUCH, 2010b).

Há ainda uma outra importante dimensão. A entrevista é também regida pela espontaneidade da interação, pela situação imediata, espontânea. Nessa dimensão há a construção de um espaço diegético; a entrevista é também conduzida por um jogo de emoções, pela expressão de sentimentos e laços de afetividade que fazem parte da busca, tanto de entrevistadores como de entrevistados, por identificação, admiração, reconhecimento, algo semelhante ao *páthos* ou a dramatização contida nas narrativas de ‘personagens’ que buscam sensibilizar o outro com a sua história (D’ÁVILA; BAPTISTA, 2007). As entrevistas compõem o *patchwork* do cotidiano, a proliferação de histórias que narram a opressão vivida pelo uso de técnicas empregadas pelo corpo feminino em contato com a água.

4.2.2 TOMADAS-DE-CENA

Nossa relação com o mundo é também mediada por técnicas corporais agrupadas e reagrupadas em sequência de movimentos cotidianos. Em grande parte, essas técnicas são o nosso trabalho. As participantes da pesquisa foram convidadas a demonstrar cada uma das técnicas elencadas durante a entrevista. As imagens foram coletadas a partir de tomadas-de-cena sobre a dramatização das técnicas desempenhadas no cotidiano. O registro de técnicas corporais constituiu-se em um importante instrumento de pesquisas para o (re)conhecimento

do trabalho cotidiano feminino. As cenas compuseram um pequeno vídeo-documentário onde cada uma das participantes protagoniza um pouco da sua própria história.

A noção de técnica corporal, introduzida por Marcel Mauss (2003), é particularmente importante para uma análise sobre o trabalho cotidiano de mulheres em contato com a água. O corpo, nesta perspectiva, é considerado o primeiro instrumento técnico para o desempenho de tarefas cotidianas, isso significa que antes de tudo é preciso o movimento do corpo para o cumprimento de qualquer ação em nosso dia a dia. As técnicas corporais podem ser observadas nos fenômenos sociais, são diferentes formas técnicas observáveis em diferentes sociedades. Algumas delas, por influência da tradição, ou das mídias, tornam-se padrões culturais.

O aprendizado social das técnicas corporais obedece a uma razão prática coletiva adaptada à realidade individual, são faculdades que se repetem cotidianamente. A educação é dominante no processo de aprendizagem dos movimentos necessários à realização da técnica, desde cedo ela ordena, autoriza e prova as técnicas do corpo, trata-se de uma maneira adquirida e não de uma natureza dos seres humanos. “O que se passa é uma imitação prestigiosa. A criança, como o adulto, imita atos que obtiveram êxito e que ela viu serem bem sucedidos em pessoas em quem confia e que têm autoridade sobre ela” (MAUSS, 2003, p. 215). O aprendizado gestual também é analisado por Luce Giard (in CERTEAU, 2012b):

O gesto se decompõe numa sequência ordenada de ações elementares, coordenadas em sequência de duração variável segundo a intensidade do esforço exigido, organizada segundo um modelo aprendido de outra pessoa por imitação (alguém me mostrou como fazer), reconstituída de memória (eu a vi fazer assim), ou estabelecida por ensaios e erros a partir de ações vizinhas (acabei descobrindo como fazer). A habilidade de adaptar o gesto às condições de execução e a qualidade do resultado obtido são a prova de que se conseguiu pôr em prática e em evidência aquele saber-fazer exatamente como deve ser feito (IBID., 273).

Em um mesmo contexto social pode haver diferentes maneiras de se empregar determinada técnica com o mesmo fim, as técnicas corporais podem variar conforme o seu rendimento ou eficácia, movimentos coordenados para o cumprimento de uma determinada

tarefa. O próprio lugar que ocupamos enquanto indivíduos em uma sociedade pode segregar o uso de técnicas; a divisão social do trabalho entre os sexos, por exemplo, pode classificar técnicas corporais como femininas ou masculinas.

Os procedimentos de seleção, categorização e organização do *corpus* da pesquisa foram auxiliados pelo *software* Atlas.ti (2005), importante instrumento para o tratamento de dados qualitativos, permitindo a análise simultânea de diversos formatos de arquivo, como por exemplo, a transcrição das entrevistas, com foco no verbal; o audiovisual, com foco nas imagens, gestos, posturas e expressões corporais. O programa possibilita ainda o georreferenciamento dos dados registrados, localizando em imagens de satélite as categorias de análise elencadas para cada uma das cenas. A ferramenta é importante, pois nos permite mapear a disposição das técnicas empregadas dentro e fora de casa, observando a continuidade cíclica e orgânica do trabalho cotidiano das mulheres em contato com a água. As cenas a seguir ilustram o uso do *software* para a organização de algumas das técnicas empregadas por Marli Moraes no seu dia a dia, as imagens fazem parte da pesquisa piloto realizada em Caiana, Soledade-PB.

Cena 01 – Disposição das Técnicas Registradas



Cena 02 – ‘Botar Água’



Cena 03 – Tratar a Água



Cena 04 – Cisterna para Usos Gerais



Cena 05 – Água para Higiene Pessoal



Cena 06 – Dessedentar Animais



Cena 07 – Regar Plantas



Cena 08 – Água para Lavar Roupas e Louça



A pesquisa com o auxílio do registro audiovisual buscou dar voz e visibilidade à diversidade de técnicas corporais empregadas pelas participantes no acesso, uso, controle e gerenciamento da água em suas vidas. A integração do vídeo na pesquisa possibilita o registro de gestos e expressões corporais, importante recurso para captura e leitura de dados a partir de uma abordagem não logocêntrica, em especial por estarmos trabalhando com grupos oprimidos. “Acostumadas a não ter voz, por terem que se calar diante da figura do pai e, muitas vezes, do marido, muitas mulheres guardam no gestual, em seus signos corporais, toda a sua memória individual e coletiva (cultural). São memórias corporais, acessíveis apenas por meio visual” (D’ÁVILA NETO; NAZARETH, 2008). O vídeo é também um recurso para ouvir, ver, conhecer e reconhecer as lutas e os desafios de mulheres em seus cotidianos comunitários e familiares. No capítulo a seguir, apresento os resultados da pesquisa realizada em Soledade, uma contribuição aos estudos de gênero e desenvolvimento.

Quando a lama virou pedra
 E mandacaru secou
 Quando ribaçã de sede
 Bateu asas e voou
 Foi aí que eu vim m'embora
 Carregando a minha dor
 Hoje eu mando um abraço pra tí, pequenina

Paraíba masculina, mulher-macho sim senhor! (bis)

Eita, pau-pereira
 Que a Princesa já roncou!
 Eita Paraíba,
 Mulher-macho sim senhor!

Eita pau-pereira,
 Meu bodoque não quebrou!
 Hoje eu mando um abraço pra tí, pequenina

Paraíba masculina, mulher-macho sim senhor! (bis)

Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira

5. “PARAÍBA MASCULINA, MULHER-MACHO SIM SENHOR!” – UMA ANÁLISE SOBRE TÉCNICAS CORPORAIS ‘FEMININAS’ NO TRABALHO COTIDIANO COM A ÁGUA

O imaginário suscitado pela canção ‘Paraíba’, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira (1968), nos convida a entrar no campo. A imagem associada às mulheres nordestinas, notavelmente as paraibanas, é frequentemente a da “Paraíba masculina, mulher-macho sim senhor!”³⁹. O refrão do baião, ritmo musical de dança popular do Nordeste, corrobora para uma síntese do que podemos observar também na literatura regional brasileira, em especial nos romances ‘Luzia-Homem’, de Domingos Olympio (1983) e ‘Memorial de Maria Moura’, de Rachel de Queiroz (1997). As referidas leituras indicam a construção da imagem ambígua da “mulher-macho” nordestina, associando o corpo e o temperamento feminino à natureza regional – às características do solo estéril e do clima hostil – inscrevendo as mulheres nos limites estabelecidos entre o masculino e o feminino, negociando identidades de gênero. Os significados produzidos pela relação ambivalente da “mulher-macho” é polissêmico; por

³⁹ A música, popularizada na década de 1950, tem como narrativa a participação do pequeno estado brasileiro e feminino – a Paraíba – na revolução de 1930. A partir de uma análise fundada pela história cultural, Alômia Abrantes (2008) propõe discutir algumas das questões de gênero imbricadas pela narrativa musical, destacando repercussões na constituição de uma imagem masculina associada à Paraíba e às mulheres paraibanas.

vezes motivo de orgulho, por conotar a identidade de uma mulher guerreira, atribuindo força, rusticidade e resistência como características intrínsecas à identidade das mulheres paraibanas; outras vezes motivo de recusa, por ameaçar a feminilidade e popularizar o termo de modo pejorativo, dado o estigma e preconceito às mulheres homossexuais (ABRANTES, 2006).

As imagens e imaginários sugeridos são também apropriados para uma reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano de muitas mulheres nordestinas, especialmente daquelas que vivem no campo. A imagem da “mulher-macho” é particularmente importante para uma análise da divisão sexual do trabalho, para questionar as hierarquias estabelecidas entre o trabalho doméstico reprodutivo feminino e o trabalho produtivo masculino, sua permeabilidade às mulheres e impermeabilidade aos homens; para a compreensão sobre “uma luta de fronteiras” (ANZALDÚA, 1987).

Há muito tempo, as mulheres se dedicam ao trabalho produtivo no campo. A própria construção humana dos saberes e práticas vinculados à agricultura estão diretamente associados à participação efetiva das mulheres camponesas no processo produtivo (NEVES; MEDEIROS, 2013). A produção da alimentação, indispensável à sobrevivência e continuidade dos seres humanos, começa nos roçados e currais (trabalho produtivo) e tem continuidade nas cozinhas (trabalho reprodutivo); em todo o processo, as mulheres estão envolvidas. Enquanto o trabalho reprodutivo permanece tradicionalmente exclusivo às mulheres, a presença feminina no trabalho produtivo, associado à identidade e autoridade masculina, é invisibilizada ou omitida, em diversas ocasiões rotulada como simples ajuda ao marido ou à família, seus esforços não são valorizados ou reconhecidos – para essas mulheres, e para muitas outras em todo o mundo, não há divisão sexual do trabalho.

Nas propriedades rurais, elas estão por toda a parte, atravessam cotidianamente os limites da casa e dos seus arredores, muitas vezes se deslocam até a cidade para buscar

recursos para suas comunidades, o que não significa necessariamente que o auxílio possibilite maior ‘desenvolvimento’ às mulheres. O trabalho doméstico, em especial aquele exercido em contato com a água, permanece uma obrigação feminina, a divisão sexual do trabalho aparece apenas para o homem, em casa ele ‘só quer achar pronto pra comer...’⁴⁰.

A metáfora da “mulher-macho” que tudo enfrenta, da enxada ao tanque de lavar roupas, desconstrói, ainda que parcialmente, a ideia de uma suposta essência ou natureza associada às mulheres, fazendo-as cruzar as fronteiras de gênero estabelecidas pela divisão sexual do trabalho. Mesmo na atividade doméstica, quem foi que disse que as tarefas são mais leves ou menos fatigantes, e portanto ‘femininas’? A luta para ‘botar água’, como veremos, exige coragem, força e equilíbrio, envolve técnicas corporais que não prometem descanso ou folgas. Neste contexto, a dissolução da essência ou natureza associada às mulheres deve ainda trazer os homens para o trabalho dentro de casa, fazendo-os ver que isso não os torna menos homens, ao contrário, é quando eles podem ‘dobrar a capacidade de homem que eles têm’⁴¹. A participação masculina nos afazeres da casa, incluindo o cuidado com os filhos, corresponde à implosão de ao menos uma importante barreira sociocultural para o desenvolvimento das mulheres – a divisão sexual do trabalho para os homens.

Neste capítulo, exponho a pesquisa realizada com mulheres na zona rural de Soledade, na Paraíba. Inicialmente, apresento as mulheres participantes da pesquisa; um pouco sobre suas lutas, dificuldades e conquistas, sobre suas opiniões e pontos de vista, situando saberes (HARAWAY, 1988) e mapeando a relação dessas mulheres no trabalho cotidiano com a água, adaptadas ou não por ‘novas’ tecnologias. Em seguida, sugiro algumas categorias de análise para estudar técnicas corporais ‘femininas’, trata-se de uma abordagem não essencialista que busca dar visibilidade ao trabalho das mulheres, técnicas que se apropriam

⁴⁰ A fala é de Ilda Henriques, uma das participantes da pesquisa. Ilda não sabe ler ou escrever, isso não significa que ela não tenha ciência das desigualdades do mundo ou das injustiças para as mulheres.

⁴¹ Na opinião de Josefa Almeida, também participante da pesquisa, os homens também deveriam participar dos trabalhos dentro de casa, já que elas também se ocupam dos trabalhos no campo.

do corpo feminino enquanto instrumento para a realização de diferentes atividades, interconectadas organicamente, em sucessão cíclica e interminável. Na sequência, apresento um ensaio de *vídeo-feedback* realizado com Marli Morais, importante não apenas para o seu reconhecimento, mas também pela ideia de visibilidade que se pretende com essa pesquisa. Finalmente, em uma secção exclusiva, proponho analisar e discutir alguns dos resultados encontrados, notavelmente, aqueles de maior pertinência para o estudo proposto.

5.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA: SITUANDO SABERES, (RE)CONHECENDO EXPERIÊNCIAS

No recanto mais a oeste do agreste paraibano, na microrregião do Curimataú Ocidental, a 165 km de distância da capital João Pessoa, localiza-se o município de Soledade. A história de fundação do município parte de um pequeno núcleo populacional que ocupava a fazenda denominada “Malhada das Areias Brancas”⁴², propriedade do português João Gouveia e Sousa. A fazenda, situada em um dos lotes do Riacho do Padre, cedeu espaço para a construção de uma capela, que todavia começou como cemitério. O empreendimento, sob a responsabilidade do missionário Padre José Antônio de Maria Ibiapina, se destinava a enterrar os mortos da epidemia de cólera-morbo, doença que assolou a população da Paraíba em 1894. Com o passar dos tempos, a capela construída naquele cemitério foi ampliada, ocupando toda a área do campo santo, em torno dela cresceu o povoado que mais tarde recebeu a denominação de Soledade⁴³ (IBGE CIDADES, 2013).

⁴² A ‘malhada’ tem origens no ciclo do gado, significa curral ou local para o repouso de animais, ponto de encontro entre vaqueiros que tangiam seus gados pelos campos, servia também para pernoite daqueles que seguiriam viagem no dia seguinte (Informações coletadas no Museu Ibiapinópolis em Soledade).

⁴³ Durante o estudo realizado em Soledade-PB tive a oportunidade de conhecer o Sr. Juarez Filgueiras de Gois, professor responsável pela Fundação Museologia Benedito Filgueiras de Gois – Museu Ibiapinópolis. No museu, tive o privilégio de ser guiado pelo professor Juarez, que me explicou um pouco sobre a história de Soledade. No passado, o povoado era conhecido pelo nome ‘Solidão’, assim chamado pelos primeiros colonizadores por ser, naquele tempo, um lugar ermo, deserto. Com o passar dos anos, dada a importância do missionário Padre Ibiapina na história da constituição do município, o povo sugeriu mudança de nome para ‘Ibiapinópolis’ (1943-1948), quando o gentílico para os nascidos nesse período passa a ser ibiapolitano, no lugar de soledadense. Todavia, a partir de 1948, mantém-se o nome dado ao cemitério construído pelo vigário na região, ‘solidão’ ou ‘saudades’, permaneceu o nome Soledade (Dados ratificados pelo IBGE CIDADES, 2013).

Atualmente, a população do município de Soledade, estimada em 13.739 habitantes, sendo 6.770 homens e 6.969 mulheres, ocupa área de 560 km², resultando em densidade populacional de 24,53 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁴⁴ é de 0,616, colocando Soledade em 42º lugar entre os 223 municípios do estado da Paraíba e em 3.771º lugar entre os 5.565 municípios brasileiros. Apesar de apresentar índice considerado médio, Soledade está entre os municípios com IDHM mais baixos (IBGE, 2010).

A extrema pobreza, taxa medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00 (referência agosto de 2010), vem paulatinamente decrescendo em Soledade, passando de 45,59% em 1991, para 33,08% em 2000 e para 13,21% em 2010. O índice Gini, coeficiente que mede a concentração de renda, vem diminuindo em relação a 2000, embora naquele ano tenha alcançado o patamar em torno de 0.58, depois de ter sido de 0,53 em 1991, resultando em 0,51 em 2010⁴⁵ (IBGE, 2010, 2000, 1991).

A população de Soledade enfrenta algumas questões ligadas à vulnerabilidade social. A mortalidade infantil, que embora tenha baixado de 66 por mil em 1991, hoje mantém uma taxa de 23 por mil. Na educação, ainda há crianças de 4 e 5 anos fora da escola, em torno de 10%; e também na faixa de 6 a 14 anos, mas, neste caso específico, a taxa já esta mais próxima de 1%. Entre os jovens de 15 a 24 anos, 20% não estudam ou trabalham e estão vulneráveis à pobreza; entre as mulheres jovens, na faixa de 15 a 17 anos, a taxa continua em torno de 8% a 11% nas últimas três décadas (IBGE, 2010, 2000, 1991).

A vulnerabilidade social a que está submetida a população de Soledade também está refletida no fato de haver 22% das mulheres como chefes de família, sob responsabilidade dos filhos menores de 15 anos. Outros aspectos, também analisados a partir do censo, indicam a condição social da população: 57% dos jovens maiores de 18 anos não têm o ensino

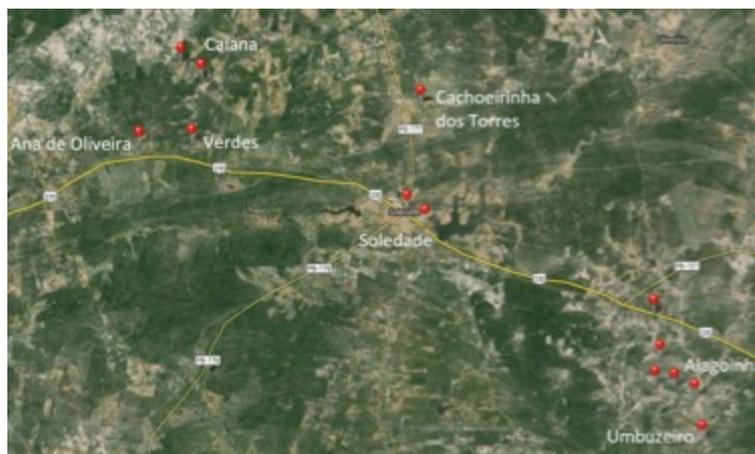
⁴⁴ O IDHM é calculado a partir de três dimensões – longevidade, educação e renda – as mesmas utilizadas no cálculo do IDH Global, adaptadas ao contexto brasileiro. (IBGE, 2010).

⁴⁵ O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 0, melhor a distribuição de renda; e, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade de renda.

fundamental completo e estão em ocupação informal, o que é bastante preocupante, pela falta de perspectivas em relação à oportunidade de empregos com baixa qualificação profissional. Quanto à questão da moradia o panorama geral melhorou, reduzindo de 45% para 17% das pessoas em domicílios sem abastecimento de água e esgotamento sanitário, taxa que incide significativamente sobre o campesinato (IBGE, 1991, 2000, 2010).

A população rural do município de Soledade, estimada em 3.508 habitantes, sendo 1.694 mulheres e 1.814 homens, está distribuída em 6 diferentes setores. As comunidades visitadas (Caiana, Ana de Oliveira, Verdes, Cachoeirinha dos Torres, Umbuzeiro e Alagoinha) fazem parte de 3 setores rurais, somando a população de 1.418 habitantes, sendo 737 homens (52%) e 681 mulheres (48%), ou seja, representam 40% da população rural total do município. Neste universo, 139 mulheres são responsáveis pelo domicílio, o que significa que 20% delas são chefes de família nos 3 setores considerados⁴⁶ (IBGE, 2010). O mapa a seguir ilustra a localização das 6 comunidades rurais visitadas.

Mapa 02 – Comunidades rurais visitadas em Soledade-PB



O município de Soledade, localizado na bacia hidrográfica do rio Paraíba (AESA, 2009), está inserido no conhecido ‘Polígono das Secas’. Na ocasião da realização deste estudo o município encontrava-se em estado de emergência, devido ao longo período de estiagens,

⁴⁶ Consulta avançada gentilmente realizada por Dulce Santoro Mendes, Gerente de Planejamento da Base Territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

afetando significativamente as famílias que vivem na zona rural. Dentre as ações desenvolvidas para amenizar os efeitos da seca, a ASA Paraíba, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), implementou, com o apoio do PATAC e do COLETIVO, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) em Soledade. Apenas em 2012, foram entregues um total de 38 cisternas voltadas à produção de alimentos; em 2013 o número de cisternas entregues pelo mesmo programa somou 59 beneficiários; totalizando 97 cisternas nos dois anos⁴⁷.

As comunidades visitadas fazem parte desse universo em números. A seleção das participantes, todavia, não vetou a diversidade de situações que pudessem enriquecer o *corpus* da pesquisa, resultando no seguinte: uma família aguardando ser beneficiada pela primeira água, já cadastrada pela associação comunitária no Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC); três famílias em processo de implementação do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), e quatro famílias que já haviam finalizado a implementação de ambos os programas.

No total, onze mulheres participaram da pesquisa; em duas situações mãe e filha foram entrevistadas conjuntamente (Marli e Ana Maria Nascimento / Josefa Almeida e Fabiana Xavier) e, em outra ocasião, sogra e nora também concordaram em ceder seus depoimentos em dupla (Maria dos Santos e Ilma da Silva). O número de participantes foi acordado junto ao PATAC/COLETIVO, tendo satisfeito a saturação recomendada para uma abordagem qualitativa em resposta aos objetivos propostos. A relação das mulheres com a água manteve-se, em todas as entrevistas, como relação de trabalho cotidiano em que identificou-se o uso de técnicas corporais enquanto práticas inventivas adaptadas às suas respectivas condições materiais.

A pesquisa, realizada entre os dias 21 de agosto e 02 de setembro de 2013, contou com o auxílio de câmera filmadora para o registro dos dados coletados, totalizando 11 horas e 37

⁴⁷ Dados gentilmente cedidos por Rogéria Campos Morais em *e-mail* resposta à minha solicitação. Comunicado recebido em 10 de janeiro de 2014 às 20:05h.

minutos em material audiovisual posto sob análise (incluindo a pesquisa piloto realizada em 27 de junho de 2013). Ao final da estadia em Soledade, entreguei 2 conjuntos de 8 cópias, em mídias DVD, com as imagens de cada uma das participantes da pesquisa à coordenação do COLETIVO. Acordamos que uma das cópias seria entregue às respectivas participantes⁴⁸ e a outra permaneceria como memória, guardada pela própria instituição.

Em 29 de agosto de 2013, fui novamente convidado a participar do Grupo de Trabalho ‘Mulheres e Agroecologia’ da ASA Paraíba⁴⁹. Durante o evento, realizado no Centro de Ação Cultural (CENTRAC), em Capina Grande, tive a oportunidade de apresentar alguns dos resultados, ainda preliminares, da pesquisa. O encontro foi especialmente importante, propiciando debate sobre as diversas questões observadas no campo, confirmando ou contrastando impressões e análises. Igualmente, na ocasião, entreguei 8 cópias, também em DVD, com as imagens de cada uma das entrevistadas à direção do PATAC. O quadro a seguir ilustra a agenda cumprida para a coleta de dados no campo.

⁴⁸ Em outubro de 2013, Rogéria Campos me informou que a cunhada de Dona Ivone de Fátima, participante da pesquisa, havia falecido. Dona Ivone teria comentado que a cópia das imagens em DVD era para ela uma boa lembrança da cunhada, que apareceu rapidamente em uma das cenas durante a entrevista.

⁴⁹ Nosso primeiro encontro ocorreu ainda durante a enquete exploratória, realizada no dia 27 de junho de 2013, quando apresentei a proposta de pesquisa ao grupo.

Quadro 01 – Agenda Realizada para Coleta de Dados

PARTICIPANTES	DATA DA VISITA	HORÁRIO INICIAL	HORÁRIO FINAL	DURAÇÃO DA PESQUISA	COMUNIDADE RURAL
MARLI MORAIS (PESQUISA PILOTO)	27/06/2013	15:25h	17:06h	01:41h	Caiana
MARIA DE FÁTIMA	22/08/2013	08:15h	09:55h	01:40h	
MARLI MORAIS (CONTINUAÇÃO)	22/08/2013	10:20h	11:12h	00:52h	
IVONE DE FÁTIMA	22/08/2013	13:55h	15:22h	01:26h	Ana de Oliveira
ILDA HENRIQUES	23/08/2013	07:53h	08:42h	00:49h	Verdes
MARIA JOSÉ	23/08/2013	09:26h	10:10h	00:44h	
MARLI E ANA MARIA NASCIMENTO	26/08/2013	07:58h	09:53h	01:55h	Cachoeirinha dos Torres
MARIA DOS SANTOS E ILMA DA SILVA	27/08/2013	09:13h	10:35h	01:22h	Umbuzeiro
JOSEFA ALMEIDA E FABIANA XAVIER	27/08/2013	13:26h	14:34h	01:08h	Alagoinha

As participantes da pesquisa fazem parte de diferentes comunidades rurais e estão também situadas em diferentes contextos geracionais e de estado civil, atravessadas por diversas experiências de vida. O foco, entretanto, manteve-se em analisar a relação de cada uma delas com a água nos seus respectivos cotidianos, adaptados ou não por ‘novas tecnologias’. As entrevistas foram conduzidas como em uma conversa informal, as participantes me receberam no alpendre ou na sala de suas casas, em seguida mostraram-me um pouco sobre as suas lutas diárias no exercício prático com a água. O acesso às comunidades foi facilitado pelo COLETIVO em parceria com o PATAC, tendo sido conduzido em veículo desta última instituição. Maria do Socorro da Silva dos Santos, animadora de campo do P1+2 (PATAC/COLETIVO), e Aparecida Campos, presidente da associação comunitária em Caiana (ASPROCAMA), guiaram-me até a casa das participantes da pesquisa, muitas vezes oferecendo-me informações complementares e traduzindo

vocábulos regionais que para mim eram de difícil compreensão. Além disso, elas também me auxiliaram no registro dos dados, operando a câmera durante as entrevistas.

A seguir, a apresentação das participantes foi ilustrada com fotogramas, extraídos a partir das imagens gravadas; e cartogramas com a disposição das técnicas corporais coletadas pelas tomadas-de-cena, situando-as em imagens de satélite a partir do georreferenciamento por Sistema Global de Posicionamento (*GPS – Global Positioning System*). Nos cartogramas, as marcações em vermelho representam cada uma das técnicas corporais dramatizadas pelas participantes no contato cotidiano com a água. A exposição segue a ordem que me foram apresentadas. As citações reproduzem fielmente a narrativa das entrevistadas, conforme transcrição do registro em recurso audiovisual.

A pesquisa piloto com a Sra. Marli Teresa de Moraes teve continuidade quase dois meses após o nosso primeiro encontro em Caiana. O retorno foi particularmente importante, não apenas por me permitir nova coleta de informações, tirando dúvidas e ampliando nossa conversa, mas também porque na ocasião Dona Marli havia acabado de receber o apoio do P1+2, momento tão aguardado em nosso primeiro encontro.

MARLI TERESA DE MORAIS – 72 ANOS, CASADA, 17 FILHOS



Fotograma 01 – Marli Teresa de Moraes



Cartograma 01 – Marli Teresa de Moraes

Em Caiana, Marli Teresa de Moraes mora com o marido em propriedade de 52 hectares pertencente à família. Nascida em 06 de agosto de 1941, Marli Teresa estudou até a 3ª série do ensino fundamental, casou-se em 11 de fevereiro de 1961, aos 20 anos de idade, e

teve 17 filhos (sendo apenas 2 mulheres). Atualmente, o casal tem como renda a aposentadoria de ambos e o garantia safra, benefício social vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário devido ao período de estiagens. A água é considerada por Marli o elemento mais importante para viver na comunidade. “Se não faltasse água aqui, nós vivia no céu, nós vivia feliz”, ela afirma.

Aos nove anos de idade, Marli Teresa começou a trabalhar nos afazeres domésticos. Hoje em dia, mesmo depois de aposentada, ela ainda cuida da casa, da criação de galinhas, da horta e das plantas medicinais. A água é fundamental para o desempenho das tarefas cotidianas, que incluem: cozinhar, regar a horta e cuidar dos animais de pequeno porte, além da limpeza da casa e da higiene com o próprio corpo. A rotina começa às 4 horas da manhã, quando Marli se levanta para colocar o café na mesa para o esposo, dar de comer às galinhas e aos pintinhos. A partir de então, a jornada de trabalho não tem hora para acabar.

O dia a dia é repleto de desafios, como por exemplo, a reutilização das águas servidas – nem mesmo um litro de água é desperdiçado: a água para lavar louças e roupas é separada para regar o pé de mamão, de pinha e de goiaba. “É tudo, eu aproveito tudo. [...] Que eu sei o custo da falta d’água aqui o quanto pesa meu filho. Eu ganhei um carro d’água no meio de setembro [...]. Ainda tem dela ali na cisterna, porque ali eu tiro, no lugar de gastar dois caneco eu gasto um e meio”, Marli conta.

Devido ao intenso regime de estiagens, a água das chuvas não foi suficiente para encher a cisterna da casa, por isso, a mesma foi reabastecida por caminhão-pipa com água imprópria para o consumo direto. Assim, com o auxílio de dois baldes de 9 litros e um carrinho de mão, Marli busca a água para beber e cozinhar na cisterna da casa vizinha, onde seu filho morava – os filhos saíram para buscar um meio de vida e nunca voltaram. A água para usos gerais Marli retira do poço ou da cisterna em sua própria casa, mas conta que teve grande prejuízo, pois a água de má qualidade matou boa parte das hortaliças. A

responsabilidade da mulher é, de acordo com Marli, maior do que a do homem, pois além de cuidar de si ela deve ainda se ocupar do marido e dos filhos que aparecem no decorrer da vida, chamando a atenção para a luta da casa, onde é a mulher que tem o compromisso cotidiano com os afazeres domésticos familiares. Marli lembra que o homem tem sua obrigação com a criação de animais de grande porte e no trabalho com o roçado, mas afirma: “No dia que ele não tá em casa, quando eu posso, eu ajudo”.

As fontes de água no entorno da casa estão predominantemente associadas ao trabalho cotidiano de Dona Marli. Além da tarefa de ir buscar a água para beber e cozinhar, Dona Marli é quem se ocupa da tarefa de filtrá-la, além da manutenção do filtro. A implementação de cisternas melhorou muito as condições de vida na comunidade. Quando ainda não havia reservatórios ou barreiros, acompanhada dos filhos, Marli buscava água, ainda de madrugada, em um jumento. Muitas vezes, após longa caminhada, ao chegar à fonte, o poço estava seco. Quando conseguia, enchia quatro barris com água ‘barrenta’ e tinha que dar para a semana. A água de dar banho em um menino dava banho em todos, não tinha alternativa. A cisterna possibilitou o acesso à água ao lado de casa. Todavia, a manutenção da cisterna, ou seja, a sua limpeza periódica, somou como mais uma tarefa para Marli. Quando chegam as primeiras chuvas, é ela quem desliga o cano para que a primeira água lave o telhado e não suje o reservatório.

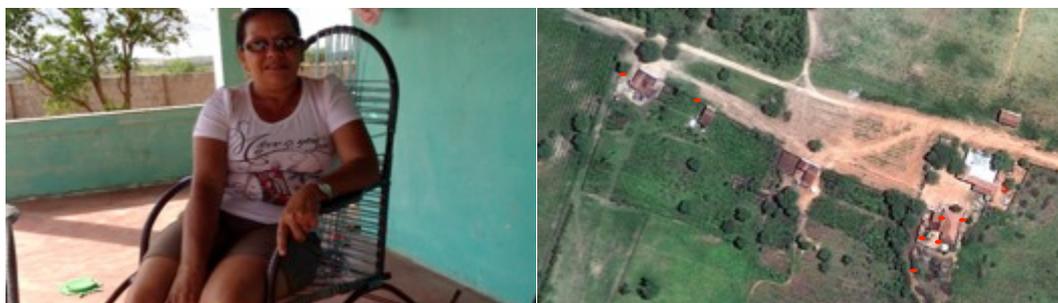
A cisterna com captação de água das chuvas pelo telhado foi construída, junto à casa de Marli, em 2003. A implementação da tecnologia faz parte do P1MC, realizado através da ASA Paraíba, em parceria com o PATAC e o COLETIVO. Em Caiana, na ocasião da construção da cisterna, os participantes organizaram um ‘fundo rotativo solidário’, ou seja, contribuíram depositando valor mensal em fundo comunitário para cobrir custos materiais, permitindo dividir despesas e viabilizar o empreendimento. Os integrantes foram beneficiados cada um a sua vez, conforme convenção comunitária. Na casa de Marli, o trabalho de pedreiro

e de servente foi realizado pelo sobrinho e pelo marido, ela conta que cuidava da comida dos trabalhadores.

Desde então, as mulheres têm sido frequentemente convidadas a participarem de oficinas de capacitação e treinamento, tais como na construção de canteiros ecológicos e em técnicas de silagem e armazenamento de sementes. Durante nosso primeiro encontro em Caiana, Marli me explicou que o P1+2 estava em fase de implementação na comunidade. Já em nosso segundo encontro, a cisterna de calçadão havia acabado de ser concluída. Marli conta que foi convidada a participar do curso de Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA) e do curso de Sistema Simplificado de Manejo de Água para a Produção de Alimentos (SISMA). A participação nos cursos de formação propicia, além do aperfeiçoamento de técnicas, apoio com a distribuição de sementes para a comunidade.

As tecnologias implementadas trouxeram melhorias significativas para o cotidiano de Marli, em especial para a alimentação da família. A construção da cisterna de calçadão facilita a irrigação e a manutenção da horta, do pomar e das plantas medicinais, além da coleta de água necessária para as demais atividades no interior e nos arredores da casa. Marli acredita que a cisterna diminuirá o sofrimento e o sufoco com a escassez de água no período das secas.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DE OLIVEIRA (FATINHA) – 49 ANOS, CASADA, 4 FILHOS



Fotograma 02 – Maria de Fátima de Oliveira Cartograma 02 – Maria de Fátima de Oliveira

Desde que nasceu, Maria de Fátima Alves de Oliveira mora em Caiana; em sítio de 50 hectares herdado pela família. Maria de Fátima se casou aos 15 anos de idade, estudou até a 4^a

série, teve 4 filhos, sendo 3 homens e 1 mulher. Ela conta que sempre trabalhou na agricultura e em casa, cuidando dos filhos e da família. A renda familiar compreende o bolsa família, calculado em 70 reais por mês; o garantia safra, 150 reais por mês, e; o trabalho temporário do marido como pedreiro – somando mais ou menos a quantia de 350 reais por mês. Enquanto conversávamos, Maria de Fátima também cuidava de um dos 5 netos.

O trabalho cotidiano das mulheres do campo é significativamente marcado pelo uso da água. “Água é tudo!”, Fatinha explica que as vezes tem vontade de sair do campo pra morar em uma cidade com água abundante, mas quando se lembra do sítio no período das chuvas ela afirma que não o troca por cidade nenhuma, porque é muito bom morar no campo. As mulheres são quem mais utilizam a água, ela conta que para tudo dentro de uma casa e no cuidado com as plantas e os animais, é preciso água.

Olhe! De manhã quando eu me levanto eu preciso da água. Me banhar, fazer minha necessidade, né? Aí depois vem o café, aí depois vem as plantas que todo dia eu converso com essas plantinhas assim aguando. A força, até chegar o dia de, de muita água pra gente ter abundante, né? Tem as plantinhas. Aí depois vem os animais, que tem que ter água pra galinha, tem que ter água pra o porco, que eu crio, né? O gato, cachorro, tudo tem que ter água. [...] Tudo eu só posso trabalhar com água. Os serviços, o primeiro serviço que eu faço aqui. Pra vaca, tem que ter água. As vezes eu quero varrer isso aqui, mas eu quero dar uma ‘aguadinha’ que é muito seco, tem que ter água (MARIA DE FÁTIMA)

No ‘inverno’, como é conhecido o período das chuvas, planta-se feijão, milho, batata, jerimum, batata-doce, macaxeira e algodão; a produção de leite aumenta, fabrica-se o queijo coalho e o doce de leite, o doce de umbu também tem bom negócio na feira. A produção nos currais e no roçado tem continuidade na cozinha, com o beneficiamento da matéria-prima que garantirá maior renda no comércio da cidade.

A gente fazia o bolo, fazia doce, doce do umbu, doce de leite, que o leite era das minhas vacas eu sabia que as vacas não comia... essa coisa de granja... comida velha de... era palma, ração do meu roçado. A gente fazia doce, doce de leite, doce de umbu, muito pé de mamão, aqui tinha muito pé de mamão, era muito mamão. Acabou-se tudo. Aí, a gente não vai comprar na feira que a gente não sabe o que tá (comendo). A gente fazia isso... era muito, era muito bom (MARIA DE FÁTIMA)

Quando chega o período de estiagens, Maria de Fátima conta que é tempo de poupar a água. Preocupados com a ausência das chuvas, o calor intenso e a consequente evaporação excessiva, muitas mulheres passam a buscar água nos barreiros, armazenando-a em cisternas e demais reservatórios cobertos, “[...] porque ela lá fora, ela vai embora [...]”, ela explica. O cotidiano sofre mudanças gradativas e radicais, a paisagem colorida e farta dá lugar à monocromia das secas. O trabalho produtivo no roçado e nos currais transforma-se em uma luta pela vida, já o trabalho reprodutivo é intensificado pelo reaproveitamento das águas servidas: a água utilizada para lavar louças e roupas, Fátima reutiliza para aguar as plantas.

No sítio, as diferentes fontes de água têm uso regulado por diferentes atividades. A água para beber e cozinhar é armazenada em uma única cisterna, onde Fátima faz uso do cloro como método de tratamento. Quando não tinha cloro, ou quando ela não sabia a procedência da água, ela conta que também utilizava a fervura. As calhas, instaladas junto ao telhado, passam por limpeza periódica; o balde, que entra em contato com a água, fica pendurado dentro da própria cisterna, para evitar contaminação com o meio externo. Na propriedade, outras 3 cisternas servem para usos gerais, mas, duas delas estão ‘quebradas’, Maria de Fátima conta que elas não estão ‘segurando água’, por causa de uma infiltração causada pela raiz da algaroba. A família foi também apoiada pela construção de uma cisterna de calçadão através do P1+2. A água do reservatório serve para a produção de hortaliças e para dessedentar animais no curral. No período das chuvas, a água do açude próximo à casa também serve para a produção no roçado e para os animais. Na ocasião da realização deste estudo, o açude estava completamente seco.

No passado, Maria de Fátima explica que havia apenas uma única cisterna para atender toda a comunidade, ela conta que carregou muita lata d’água na cabeça e em jumento. Todos os dias ela ia longe buscar água nos barreiros e cacimbas, por vezes, aos sábados, ‘botava’ dobrado, que era pra no domingo ‘folgar’. “Era longe, era longe! Muito longe! A

gente carregava com jumento, não tinha os carros-pipa [...]”, ela explica. Na época em que ela ainda era solteira, quando não chovia e não tinha água por perto, ela fazia a trouxa de roupas sujas, equilibrava-a na cabeça e caminhava longas jornadas. Mesmo depois de casada, ela relata que saía com os filhos pequenos para passar o dia todo lavando roupas em um sítio chamado Cedro, há quase cinco quilômetros de distância. E ainda, não faz muito tempo, em uma das últimas secas, ela conta que chegou a lavar roupas em Taperoá-PB. No asfalto, junto com outras mulheres da comunidade, elas pegavam carona com os motoristas de caminhão-pipa, Fatinha conta que preferia economizar a água da cisterna indo lavar roupas longe, nas fontes onde os caminhões iam buscar água.

A participação nas reuniões promovidas pela associação comunitária é muito importante para Maria de Fátima. Nas reuniões, ela aprende sobre os recursos disponíveis na comunidade, participa do fundo rotativo solidário, do banco de sementes, dos cursos de formação para a gestão de recursos hídricos (GRH) e para a produção de alimentos (GAPA), além do beneficiamento de produtos do roçado e dos currais. Ela acredita que infelizmente muitos homens ainda acham que as reuniões são um desperdício de tempo, muitos ainda perguntam à esposa “Você não tem o que fazer em casa?”.

As cisternas alteraram significativamente o cotidiano das mulheres, especialmente no que diz respeito ao tempo gasto para ‘botar água’ e cumprir os afazeres domésticos familiares. Ao longo de muitos anos, durante o período das secas, Fatinha buscava água em carrinho de mão na cisterna comunitária; de 5 a 6 tambores de 20 litros todos os dias, por vezes, ela levava ainda um dos netos dentro do carrinho. A força dedicada a buscar água e recrear os netos lhe rendeu uma cirurgia no punho para a retirada de um cisto. A cisterna ao lado de casa reduziu o tempo gasto para ‘botar água’, mas, isso não significa que hoje ela tenha mais tempo livre para descanso ou lazer, ela explica que tem mais tempo para o serviço dentro de casa e na horta. Antes, no período das secas, quase tudo era comprado na feira, hoje, com a

cisterna ao lado de casa, ela cuida dos canteiros de legumes e hortaliças, além da limpeza e manutenção periódica da cisterna.

É... tem até uma graça... faz muitos anos que se preparou-se pra chover e eu tava dentro de uma cisterna aqui lavando dentro sabe? E ele [o marido] a via... via que lá vem a chuva, e lá vem a chuva e a preparação muito bonita, né? E cadê eu poder sair de dentro da cisterna? [...] Ele foi me tirar com o guincho... foi... foi... a cisterna muito funda, foi engraçado demais. E lá vem a chuva, lá vem a chuva, mas é os dois, sempre, é os dois... [...] Deu tempo, deu... aí me penduravam num guincho lá pra me tirar, e quando eu tinha os meus meninos pequenos... claro que era os meninos, mas agora são tudo casado [...] Aí tem que ser eu e ele (MARIA DE FÁTIMA)

IVONE DE FÁTIMA CORDEIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA – 54 ANOS, CASADA, 10 FILHOS



Fotograma 03 – Ivone de Fátima de Oliveira



Cartograma 03 – Ivone de Fátima de Oliveira

Nascida em São Vicente do Seridó-PB, Ivone de Fátima mora na comunidade Ana de Oliveira há 23 anos, em sítio de 10 hectares pertencente à família. Ivone de Fátima tem 54 anos, estudou até a 3ª série, é casada e teve 10 filhos, sendo 5 homens e 5 mulheres. O marido é caminhoneiro, está sempre na estrada; ela conta que é ela mesma quem chefia a família. Em casa e no roçado, o trabalho se estende por toda a propriedade; Ivone nunca teve emprego de carteira assinada, mas sempre trabalhou na agricultura, “criando filho e trabalhando na roça”, ela conta. A renda mensal familiar integra a aposentadoria do marido como agricultor; o garantia safra; a bolsa escola; e o resultado da venda de produtos do trabalho no roçado, que oscila em grande medida em função das chuvas.

Enquanto conversávamos, Ivone estava também tomando conta de dois netos, que nos assistiam curiosos e interessados. Comecei perguntando o que era mais importante para viver

no sítio, sem hesitar, ela afirma: “É a chuva! Se chovesse todo ano, aqui era o melhor lugar do mundo!”. Há dois anos a família sofre com as secas e apesar das dificuldades para sustentar os animais, Ivone explica que ainda não precisou vendê-los, com alegria ela explica o sufoco que havia passado dias atrás:

A vaca deu bezerrinho sábado, dez e meia da noite [...]. Eu tava no curral dez e meia da noite fazendo o parto duma vaca. Mas minha filha eu passei uma agonia se tu ver... a vaca deitou-se mesmo perto d'uns fio de arame até no chão, aí ficou com o bezerro com as duas 'mãos' de fora e o arame tapando a saída. E eu corri pra casa e fui ver com que cortava o arame, quase que eu morro agoniada... quando eu cortei o arame o bezerro nasceu... Se eu não tivesse ido olhar antes de me deitar... a vaca, talvez tivesse morrido tudo (IVONE DE FÁTIMA)

O trabalho cotidiano de Ivone está diretamente relacionado ao uso da água: para beber e cozinhar, ela busca com o carrinho de mão na cisterna ao lado de casa, ela explica que a água das chuvas, coletada com a instalação de calhas no telhado, é melhor para o consumo direto; em casa, ela conserva a água em potes de barro e na geladeira; para usos gerais, o poço equipado com cata-vento abastece a caixa d'água da casa, facilitando o serviço doméstico e a higiene de toda a família; quando a caixa está cheia, ela enche os tambores no alpendre, que são deslocados para regar plantas e matar a sede dos animais; em seguida, ela gira o registro que redireciona a água do poço para um reservatório, já que quando venta muito o cata-vento não para de bombear a água. Na cisterna que armazena a água das chuvas para o consumo direto, Ivone conta que utiliza o cloro deixado pelo agente de saúde como método de tratamento. Nos casos em que ela desconfia que a água não está própria para o consumo, ela explica que também utiliza a fervura para eliminar impurezas.

Diariamente, são as mulheres quem mais utilizam água, Ivone explica que são elas quem cozinham, lavam louças e roupas, colocam água para os animais e regam as plantas. “Tudo que a gente vai fazer de dona de casa carece d'água”, ela afirma. Enquanto as mulheres participam ativamente do trabalho no roçado e nos currais, poucos homens ajudam no trabalho doméstico familiar, “[...] o meu mesmo não ajuda nem botar café da garrafa na xícara

pra ele tomar. [...] A única coisa que ele me ajuda quando ele tá em casa é lavar os baldes de comer pra o chiqueiro dos porcos, ele ajuda...”, ela explica. O trabalho das mulheres não reserva folgas, Ivone conta que além do serviço na cozinha, todos os dias ela também tem que levar água para os porcos. “Tem muita obrigação que é do, da parte do homem e eu faço [...]”, ela afirma. Ela acredita que os homens também deveriam trabalhar em casa, ajudando a mulher na luta com o serviço doméstico.

As cisternas trouxeram melhorias significativas para o cotidiano de Ivone. No passado, acompanhada dos filhos, ela conta que buscava água longe. Ainda de madrugada, ela caminhava até os açudes e barreiros mais próximos, enchia as ancoretas e amarrava-as a um jumento. Na época não tinha boi nem carroça, o percurso durava cerca de uma hora. Ainda hoje, durante as secas, embora as distâncias tenham diminuído, Ivone continua carregando água; agora, com o auxílio de um carrinho de mão, ela abastece a cozinha e redistribui nas plantas e no cocho dos animais. A água que ela usa para lavar louças ela reutiliza para regar as plantas no quintal, já a água servida na lavagem das roupas ela reutiliza para o banho dos porcos.

A participação nas reuniões comunitárias é muito importante para Ivone, ela explica que na associação a comunidade se organiza para buscar recursos e melhorar a vida no campo. Recentemente, ela teve o apoio do P1+2, com a implementação de uma cisterna de calçadão. Infelizmente, ainda não choveu o suficiente para encher o reservatório e começar a horta nos canteiros ecológicos. Ivone acredita que a nova cisterna irá contribuir muito para a produção no roçado.

ILDA BARBOSA HENRIQUES – 54 ANOS, CASADA, 8 FILHOS



Fotograma 04 – Ilda Barbosa Henriques



Cartograma 04 – Ilda Barbosa Henriques

Nascida em Poeiras, município de Juazeirinho-PB, Ilda Barbosa Henriques vive com o marido e o neto em propriedade de 1 hectare em Verdes. Ilda conta que não sabe ler nem escrever, ainda criança o pai a colocou na agricultura. No campo, aprendeu a viver da criação de animais e do cultivo no roçado. Ilda teve 8 filhos e há 6 anos perdeu o mais velho, hoje tem apenas 2 mulheres e 1 homem. A renda mensal familiar é composta pelo trabalho de diarista como doméstica, em torno de cem reais por mês; bolsa família; seguro safra; e, ocasionalmente, quando o marido consegue, algum trabalho temporário complementar.

Ilda considera a chuva o elemento mais importante para viver na comunidade: “É quando chove, a pessoa lucra com milho, feijão [...] porque se a pessoa não tiver água, nem come, nem cozinha!”. Há dois anos não chove e não há plantio que resista às secas, ela conta que tudo é comprado na feira, exceto pelas galinhas que cria e pelo coentro no quintal de casa. No cotidiano, as mulheres são quem mais utilizam a água; Ilda explica que os homens usam apenas para tomar banho e matar a sede, já as mulheres têm todo o serviço doméstico a fazer: cozinhar, lavar louças e roupas, passar pano, etc. Segundo Ilda, os homens não ajudam porque não gostam de fazer o serviço de casa, “só quer achar pronto pra comer...”.

O cotidiano de Ilda é notavelmente marcado pelo contato com a água: para beber e cozinhar, ela coleta a água das chuvas que escorre pela calha instalada no telhado, armazenando-a em tambores; para usos gerais, ela explica que busca todos os dias com o neto

ao lado de casa, na cisterna da escola, regularmente abastecida por caminhão-pipa. A água para beber ela coa no filtro, conserva no pote de barro e na geladeira. A água utilizada no banho e nos serviços domésticos ela reutiliza para regar plantas e para os animais: “Eu jogo ali pras pobres das galinhas ciscar porque galinha num tempo desse tem que jogar água, se não jogar água elas morrem...”, ela explica.

O período de estiagens altera consideravelmente o dia a dia, não apenas pelo sufoco do reaproveitamento das águas servidas, mas também na alimentação de toda a família: “Porque quando tá chovendo a pessoa lucra, bota dentro de casa, já faz dois anos que nós não lucra mais... nada, nem feijão, nem milho, nem melancia, nem jerimum, pepino... tudo a pessoa lucra, maxixe...”, Ilda explica.

No passado, antes de se mudar para Verdes, Ilda explica que as dificuldades eram ainda maiores. Diariamente, de manhã cedo, ela se deslocava por uma hora para buscar água em um jumento com uma carroça.

Todo dia, todo dia eu e mais o menino na carroça... às vezes eu ia sozinha no jumento carregando água. O povo dizia: “Lá vai a doida. Eu digo “Deixa a doida andar”. Inté nome de doida eu levei porque eu só ando mais só [...] É. Eu sou uma guerreira, todo mundo diz assim: “Ilda tu é guerreira Ilda!”. [...] Eu não tenho medo não, vou pego no machado e vou buscar a lenha. Até a lenha eu tiro de machado (ILDA HENRIQUES)

A água servia para tudo, ela conta: “Era essa água, tudo era essa água. E no dia que a pessoa ia e achava, e no dia que não achava, voltava com o tamborzinho seco pra casa”. Quando ainda morava em Poeiras, nem burro tinha para auxiliá-la no trabalho de ir buscar água, caminhava distante até o barreiro e “carregava em lata d’água na cabeça”, ela explica.

No período das secas são as mulheres quem mais sofre, Ilda conta que o homem sai pra trabalhar e a mulher “se vira nos trinta” para conseguir água. No sítio, ela ainda não possui cisternas ou caixas d’água, por enquanto ela participa das reuniões promovidas pela associação comunitária em Caiana e já está inscrita no P1MC.

MARIA JOSÉ LUCAS DA SILVA TEOTONIO – 29 ANOS, CASADA, 1 FILHO

Fotograma 05 – Maria José Teotonio



Cartograma 05 – Maria José Teotonio

Na mesma comunidade, em Verdes, Maria José Lucas da Silva Teotonio mora com o marido e o filho. Maria José tem 29 anos e casou-se há 13 anos, ou seja, aos 16 anos de idade. Além do trabalho em casa e no roçado, ela também vende produtos de perfumaria e cosméticos. A renda mensal da família compreende o trabalho do esposo, quatrocentos reais por mês; a venda dos produtos, que ela considera ainda pouco rentável; o garantia safra e o bolsa família.

Na ocasião em que visitei Maria José, a família estava sendo apoiada com a construção de uma cisterna de calçadão pelo P1+2. Ela conta que a cisterna ao lado de casa, benefício propiciado pelo P1MC, foi abastecida por caminhão-pipa para a realização da obra, sendo a água imprópria para o consumo direto. Assim, a água para beber e cozinhar é o marido quem busca, todos os dias, na cisterna comunitária. Enquanto ela me cedia a entrevista, o esposo estava ajudando na construção da nova cisterna de calçadão. Ao mesmo tempo em que conversávamos, ela estava também atenta ao chiado da panela de pressão, preparando o almoço para o pedreiro e a família. Ela explica que é muito bom morar no sítio, viver da criação e da plantação, e que a nova cisterna vai ajudar muito na produção, especialmente se o próximo ano for “bom de inverno”, colaborando para o incremento da renda no sítio.

Na família, Maria José conta que é ela quem mais utiliza a água. “Porque de tudo que a gente vai fazer é com a água...”, ela explica. Então, o cotidiano dela é notavelmente marcado pelo trabalho com a água: cozinhar, lavar louças e roupas, limpar a casa, reaproveitar águas servidas, regar as plantas, cuidar das galinhas, etc. Porém, o trabalho com a água não está apenas dentro de casa ou nos seus arredores, ela conta que, quando o marido está fora, em outro serviço, é ela quem leva água para os animais. O trabalho doméstico, ao contrário, é quase sempre exclusivo à mulher. Nas ocasiões em que ela precisa se ausentar, o marido e o filho almoçam na casa da sogra. O trabalho das mulheres não tem hora para acabar, “quanto mais a pessoa faz, mais aparece”, ela explica.

A água para beber e cozinhar, Maria José armazena no pote de barro e trata com o uso do cloro, entregue regularmente pelo agente de saúde. A água para usos gerais ela busca na cisterna ao lado de casa, reutilizando-a sempre que possível. A limpeza e manutenção dos reservatórios são também tarefas para Maria José; quando a cisterna está quase vazia, ela explica que é preciso lavá-la e aguardar ser reabastecida por caminhão-pipa, ou pelas chuvas. Quando chove, é ela quem se ocupa de desligar os canos, para que a primeira água lave o telhado; religando-os em seguida, para que a cisterna encha.

A participação nas reuniões comunitárias é muito importante para Maria José, é quando ela se informa sobre os recursos disponíveis para promover melhorias junto à família. Através do fundo rotativo solidário, organizado pela associação comunitária, ela explica que conseguiu a tela que tanto queria para cercar ao redor da casa e proteger as plantas dos animais soltos pelo sítio.

As ‘novas’ tecnologias trouxeram mudanças significativas para toda a comunidade. No passado, Maria José explica que ‘botar água’ dentro de casa implicava acordar logo cedo e caminhar longas distâncias. Todos os dias de manhã, ela ia buscar água em um jumento montado com ancoretas; aos sábados ela prevenia para não ter que ir também aos domingos.

Já botei muita água, com ancoreta, ia buscar longe... quando era sofrido. Não tinha a cisterna, e ainda hoje não tem, né? Na casa da minha mãe. E assim, a gente sofria muito. Sempre era eu, que eu era a mais velha, né? Aí eu, eu que ia... todo dia acordava logo cedo e ia buscar água longe. Que lá é difícil, né Cida? (MARIA JOSÉ)

Na segunda-feira tudo recomeçava, ciclicamente, o que não mudou é a obrigação das mulheres na lida cotidiana com a água, elas são ainda as principais responsáveis pela coleta, uso, controle e gestão da água em seus lares.

MARLI LOPES DO NASCIMENTO – 55 ANOS, CASADA, 5 FILHOS

ANA MARIA LOPES DO NASCIMENTO (ANINHA) – 23 ANOS, SOLTEIRA



06 – Marli/Ana Maria Nascimento



Cartograma 06 – Marli/Ana Maria Nascimento

Nascida em 10 de junho de 1958 em Taperoá-PB, município localizado na microrregião do Cariri Ocidental, Marli Lopes do Nascimento mora em Cachoeirinha dos Torres desde que se casou. Atualmente funcionária da prefeitura de Soledade, Marli estudou até a 5ª série e teve 5 filhos, sendo 4 mulheres e 1 homem. Além do trabalho como auxiliar de limpeza na escola municipal, Marli também trabalha em casa, nos canteiros, na criação de animais e no roçado. A renda mensal familiar compreende dois salários, o de Marli e de seu esposo, que também trabalha na prefeitura como pedreiro. A propriedade da família abrange 32 hectares, a lavoura e o rebanho somam como renda extra, sazonal em função das chuvas. Infelizmente, o longo período de estiagens não favoreceu a produção nos últimos meses.

Ao seu lado, Ana Maria Nascimento, é professora do maternal e estudante do curso de pedagogia em Campina Grande. Ana Maria preside a associação comunitária de Cachoeirinha dos Torres, é secretária do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) do

município de Soledade e participa da comissão de sementes do COLETIVO, tendo também atuado como instrutora do curso de Gestão de Recursos Hídricos (GRH) junto às famílias beneficiadas pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

A água é indispensável para o desempenho do trabalho de Marli Nascimento, não apenas na limpeza da escola, mas também nos afazeres domésticos, nos arredores da casa, nos canteiros e no trato com os animais; além do roçado, seu local preferido de trabalho. “Dentro de casa, a gente trabalha, trabalha e nunca se acaba o serviço [...]”, ela explica. “Ela gosta mais de tá lá fora, cuidando do arredor de casa e da propriedade, do que aqui dentro”, Ana Maria completa.

No campo, o dia começa logo cedo. Às 4 horas da manhã, Marli se levanta e prepara o café. Em seguida, acompanhada pelo marido, juntos buscam água no barreiro trincheira, regam os canteiros e dão de beber aos animais. Ela conta que nos últimos dias o burro amanheceu adoentado, por isso, eles têm ido buscar água com o auxílio de dois carrinhos de mão. Em casa, por vezes com a ajuda de uma das filhas, ela prepara o almoço, lava louças e roupas, limpa e deixa tudo organizado. Às 13 horas o trabalho continua na escola e à noite, ela conta que voltou a estudar.

Enquanto o trabalho no roçado é também realizado pelas mulheres, o trabalho doméstico é praticamente uma exclusividade delas, Marli explica que o marido ajuda apenas quando ela está sozinha, ou melhor, quando nenhuma das filhas está em casa. As mulheres são quem mais utilizam a água. “Porque tem mais serviço pra elas, né? Dentro de casa. Porque uma luta de casa gasta muita água, né? Pra lavar, pra lavar a casa, passar um pano na casa, pro banheiro, né?”, explica Marli.

No sítio, as fontes de água possuem diferentes funções: a cisterna com captação de água das chuvas, abastecida por caminhão pipa durante o período das secas, tem utilidade prioritária no consumo direto, água para beber e cozinhar; o barreiro trincheira e o barreiro

comum servem para regar os canteiros e dessedentar os animais; o poço equipado com cata-vento é também destinado a matar a sede dos animais, além de usos gerais, e o poço equipado com bomba popular, benefício propiciado pelo Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), tem por finalidade contribuir na produção familiar e comunitária.

A implementação de tecnologias sociais trouxe mudanças consideráveis para a comunidade. No passado, buscar água significava caminhar longas jornadas à procura de um barreiro que ainda não estivesse seco; Marli conta que a família não tinha nem burro para ajudar na coleta de água, “botava lata na cabeça e ia ver”, ela explica. As dificuldades familiares eram de tal modo que ela fazia empreitadas de colheita de algodão e limpava roçado em outros sítios junto com o irmão, para ganhar algum dinheiro e poder comprar roupas e calçados. A escassez de água implicava também buscar ração para o gado; com a enxada nas mãos, ela se deslocava à procura de alimento; quando a palma forrageira se acabava, era preciso recorrer à palmatória, ao xique-xique e à macambira, plantas nativas da caatinga. “Aqui mesmo, eu queimei muita palmatória nesse ‘sitinho’ da gente, pros bichos comer, eu e ele [referindo-se ao marido]. Não tinha nenhum menino, aí eu ia ajudar ele”, conta Marli.

A família recorda a grande seca de 1983, quando Marli se mudou para a casa da irmã no ‘Brejo’⁵⁰, em Lagoa Seca-PB, enquanto o marido trabalhava em João Pessoa. Na época, ela cuidava dos filhos e trabalhava tirando lama dos barreiros na ‘cachorra magra’, como ficaram conhecidas as frentes de trabalho criadas pelo governo no período das secas, em troca de algum dinheiro e da feira. A alimentação era muito difícil, ela explica que o feijão preto era muito duro e velho, não cozinhava. Nesse mesmo tempo, em Soledade, às 12 horas a tia buscava a água que chegava de trem, hoje desativado.

⁵⁰ Na cultura popular dos sertões o brejo pode ser identificado como área úmida inserida no domínio do semiárido. A paisagem na Caatinga é ligeiramente interrompida para dar lugar a um ‘oásis’ produtivo. A umidade nos brejos torna possível a produção de quase todos os alimentos e frutas cultivados na região, atendendo também as populações do entorno, afetadas pelo recorrente fenômeno das secas.

Na ocasião em que entrevistei Marli, seu esposo também estava presente na sala. Curiosamente, ao perguntar-lhe o que não havia mudado após a chegada das cisternas, ele é quem responde: “O trabalho das mulheres...”. Em seguida, Marli confirma: “É o trabalho da mulher [...] É... continua na mesma coisa. [...] É a mesma coisa, até no dia que Deus quiser [...]”. Pergunto por que os homens não trabalham com as mulheres nas tarefas do lar, já que elas trabalham para além da casa e dos seus arredores junto com os homens. O problema, segundo Marli, estaria na “cabeça do homem”, ela explica: “Tem homem que não [ajuda]... ‘isso é serviço de mulher, eu vou lá fazer isso?’ [Marli reproduz a voz masculina]. Mas não tem problema nenhum ele ajudar, né?”. Alguns minutos depois, inquieto, o marido afirma: “Tu vai me ajudar porque quer”. Marli responde: “Mas eu vou lhe ajudar porque eu tenho pena de você trabalhar só”. Neste ponto, é particularmente importante não essencializarmos piedade ou misericórdia como atributos de uma identidade feminina em relação ao marido ou à família. Ao longo de toda a entrevista, Marli deixou claro que prefere o trabalho no roçado e junto aos animais. Seguramente, o que podemos afirmar é que para além do gosto ou preferência, o trabalho produtivo no campo foi por muito tempo, e ainda é para muitas famílias, garantia de subsistência e lucro, o que leva muitas mulheres às lavouras e aos currais. Pergunto à Ana Maria como solucionar o problema e ela responde: “Homens! Dentro de casa ajudando as mulheres!”.

Antigamente, as mulheres não tinham vez nas reuniões comunitárias, Ana Maria explica que os homens eram maioria, mas hoje, muitas mulheres participam e contribuem com suas opiniões. Aninha conta que a mãe participou de um intercâmbio em Massaranduba-PB, onde conheceu o fogão agroecológico e trouxe a ideia para dentro de casa, multiplicando o conhecimento em toda a comunidade. Na associação comunitária em Cachoeirinha dos Torres as mulheres participam também na direção. Mas, isso não quer dizer que elas tenham mais tempo do que os homens, “Não! As mulher faz os trabalhos de casa... quando tem, né?”

Faz tudo antecipado pra poder ir pra reunião, deixa tudo pronto!”, Ana Maria explica. O trabalho que a mulher deixa pronto em casa dificilmente é reconhecido ou valorizado, quase sempre passa despercebido como uma obrigação feminina: a mulher faz e ninguém vê.

A participação das mulheres implica que elas tenham que acordar ainda mais cedo, não raramente, dormir ainda mais tarde, assumindo compromissos junto à comunidade. Na associação, as reuniões têm papel consultivo e deliberativo na aplicação de programas para o desenvolvimento comunitário. Mas o que é o desenvolvimento? Marli responde: “Desenvolvimento eu acho que é o sítio, né? [...] Porque planta de tudo. [...] É crescem, a gente vê crescendo, aí depois colhe, depois come, né?”

MARIA DOS SANTOS – 70 ANOS, SEPARADA, 10 FILHOS
ILMA VIEIRA DA SILVA – 35 ANOS, CASADA, 3 FILHOS



Fotograma 07 – Maria dos Santos/Ilma da Silva Cartograma 07 – Maria dos Santos/Ilma da Silva

Nascida em Pocinhos-PB, município vizinho a Soledade, Maria dos Santos mora com o filho, a nora e três netos, na comunidade denominada Umbuzeiro. Maria tem 70 anos de idade, atualmente separada, teve 10 filhos, ela conta que nunca frequentou a escola, mas aprendeu a ler e a assinar o próprio nome.

Casada com o filho de Maria, Ilma Vieira da Silva tem 35 anos e é potiguar, nascida em Nova Cruz-RN. Ilma conheceu o marido no Rio de Janeiro, onde na época ela trabalhava como empregada doméstica. Eles estão juntos há mais de 16 anos e tiveram 3 filhos. A renda familiar integra o bolsa família de Ilma, a aposentadoria de Maria e o resultado do esforço coletivo na produção do campo, que oscila conforme o período das chuvas.

A água é fundamental para o desempenho das tarefas cotidianas, as mulheres são quem mais utilizam a água, Maria explica: “É... porque as mulheres... tudo é água, né? Tudo que a gente faz é com água, né?”. A água para o consumo direto, elas buscam na cisterna ao lado de casa, quase sempre com a ajuda das crianças. Antes de beber e cozinhar, Maria utiliza o cloro como método de tratamento. A água para usos gerais, elas coletam na cisterna de calçadão, que auxilia também na produção da horta. Já a água para os animais, elas buscam em uma cacimba, cavam um pouco a areia e coletam a água salobra.

O trabalho das mulheres no campo estende-se para além da casa e de seus arredores. Ilma explica que é preciso levar água e comida para os animais, regar as plantas e cuidar do roçado. No plantio e na colheita, Maria conta que as mulheres também trabalham muito. O contrário, a participação dos homens no trabalho dentro de casa é ainda quase inexistente. Os homens chegam do roçado, tomam banho e descansam no sofá; enquanto isso, as mulheres continuam trabalhando: preparam a janta, lavam a louça e organizam toda a cozinha. Ilma diz que o marido sabe cozinhar, mas não chega nem perto do fogão. “Porque ele [...] fala que já casou, então é a mulher que fique na cozinha [...]”, ela explica. Curiosamente, quando pergunto quem mais trabalha, se os homens ou as mulheres, elas respondem que são os homens. Então, continuamos a conversa para retomar a questão logo em seguida, interrompemos a discussão do trabalho para falarmos um pouco sobre o descanso.

Aos domingos, os homens saem de casa para se divertir: “Tomam café e se mandam, vão atrás de uma bola, só chegam de noite, se mandam...”, Ilma conta. Pergunto se as mulheres também têm folgas; elas respondem que sim, mas explicam que raramente saem da propriedade e que quando vão à cidade é apenas para cortar o cabelo ou para fazer a feira. Questiono se ir às compras também não é um trabalho. Elas admitem como uma atividade necessária para toda a família, especialmente durante o período das secas, quando a alimentação deve ser comprada fora. Pergunto se na cozinha elas têm algum dia de folga.

Imediatamente elas veem a cozinha como uma luta sem tréguas: “A cozinha é um trabalho demais”, Maria afirma. “(...) É melhor você... arrumar a casa todinha, lavar a roupa, que de ficar na cozinha. Porque na cozinha toma o tempo todinho de você na cozinha...”, Ilma explica.

Nos dias em que há reunião na associação comunitária, elas organizam tudo e deixam a janta pronta mais cedo. “Se as mulheres não cozinharem, eles não comem. [...] Pra sair, eu tenho que deixar tudo pronto já, se eu não deixar, quando chega tem que fazer [risos]”, Ilma explica. Pergunto novamente quem trabalha mais, se os homens ou as mulheres, desta vez elas respondem que são as mulheres. O trabalho doméstico reprodutivo é de tal maneira invisível que quase sempre passa como uma obrigação natural da mulher, sem maiores questionamentos acerca do tempo dedicado na realização das diversas atividades do lar e dos seus arredores.

As reuniões organizadas na associação viabilizam o processo para receber os ‘novos’ projetos para o ‘desenvolvimento’. As cisternas alteram significativamente a paisagem local, com melhorias expressivas para a comunidade como um todo. Antes, quando ainda não havia cisternas, Maria conta que buscava água longe, no município de Pocinhos, um “sofrimento grande”, ela desabafa. Naquele tempo, no período das secas, ela tinha que buscar água todos os dias, já que não tinha onde armazenar a água das chuvas, nem condições financeiras para comprar água de um caminhão pipa. Ainda de madrugada, acompanhada pelos filhos, ela se deslocava em carroça puxada por burro, ou por boi; muitas vezes, quando chegava na fonte, não havia sequer uma gota de água. “Quem tinha dava uma latinha d’água pra gente ir bebendo. Agora, pra outras coisas, meu Deus! (...) tomava banho com água do rio ficava cinza (risos)”, Maria se recorda.

As cisternas e demais reservatórios de água trouxeram maior tranquilidade para as famílias. O trabalho da mulher, todavia, não mudou. Elas são ainda responsáveis por ‘botar

água' dentro de casa, pela manutenção e tratamento da água dos reservatórios, além de todo o trabalho com a casa, seus arredores, no roçado e nos currais. “Então, nunca muda. É a mesma (risos)... é a mesma coisa. Então o serviço de mulher nunca muda não”, Ilma conclui. Assim como a mulher trabalha junto com o marido fora de casa, Maria acredita que o homem também deveria trabalhar junto com as mulheres dentro de casa.

JOSEFA INÊS DE ALMEIDA (ZEFINHA) – 52 ANOS, CASADA, 2 FILHAS
FABIANA ALMEIDA XAVIER – 26 ANOS, CASADA, 3 FILHOS



Fotograma 08 – Josefa Almeida/Fabiana Xavier Cartograma 08 – Josefa Almeida/Fabiana Xavier

Em Alagoinha, Josefa Inês de Almeida mora em uma antiga casa de taipa com o esposo e a filha mais nova, em propriedade de 9 hectares pertencente à família. Nascida em 06 de fevereiro de 1961, Josefa estudou até a 4ª série, está casada há 28 anos e teve duas filhas. A renda familiar compreende a aposentadoria do marido, o bolsa família e o garantia safra. Embora nunca tenha tido carteira assinada, Zefinha conta que trabalhou e ainda trabalha muito: “Olha, de tudo eu faço, né? De tirar palma pra botar pros animais, de ‘botar água’ em casa, em jerico, em carroça de boi, em lata na cabeça, em todo o jeito eu faço”.

Na casa ao lado, Fabiana Almeida Xavier, a filha mais velha, mora com o esposo e os três filhos dentro da mesma propriedade. Aos 26 anos de idade, Fabiana conta que estudou até a 5ª série, está casada e tem três filhos. A renda familiar resulta do esforço conjunto no trabalho com os animais e na plantação, oscilando em grande medida em função das chuvas. A água é considerada o elemento mais importante para a vida na comunidade, Fabiana afirma:

“Tem que ter a água pra poder sobreviver pra frente. Pra tudo no mundo tem que ter a água, né?”.

O trabalho familiar depende sobretudo do contato com a água. Pergunto à Zefinha porque a água é tão importante, ela explica: “[...] qual a comida que a gente vai fazer que não utiliza a água, né? O animal também tem que ter a água de beber, a limpeza da pele da pessoa, da casa, tem que ter a água, né?”. Além do serviço doméstico e do cuidado com as crianças, Zefinha e Fabiana também trabalham no roçado, no curral e em toda a propriedade. Pergunto se há algo que os homens fazem que elas não fazem, Zefinha responde: “Tirar leite. [...] Hoje que eu não tiro mais, mas já tirei leite [...] Se for preciso ainda tiro, né?”. Quando faço a pergunta ao contrário, se há algo que as mulheres fazem que os homens não fazem, a resposta inclui todo o cuidado com os filhos, a casa e seus arredores – cozinhar, cuidar da horta, lavar louças, lavar roupas, limpar a casa, dar banho nas crianças, etc. – praticamente uma exclusividade feminina, salvo em casos de extrema necessidade, quando elas adoecem, por exemplo.

O período das secas altera significativamente o cotidiano familiar, com desafios ainda maiores para as mulheres: quando não chove o suficiente para encher os açudes e reservatórios, são elas que buscam a água sempre mais longe; os esforços aumentam, já que precisam poupar a água coletada, reutilizando-a sempre que possível; a alimentação também muda, se torna menos farta e de pior qualidade, muitas vezes comprada na feira da cidade. “Hoje ela [Fabiana] já foi buscar o boi na casa onde o pai trabalha, né? Lá na casa da irmã dele... traz o boi, traz a carroça, aí enche as vasilhas daqui com água, pega outra e vai levar [...] pra casa da tia”, conta Josefa. No passado, a realidade era ainda mais difícil, Zefinha relembra:

Era distante... [...] Na época, logo quando era mais nova, né? A gente pegava distante em animais... jumento, né? Ou em carroça de boi, ia buscar nos açudes que tem lá na viração, que fica distante, Corrinha [Socorro] sabe né? Mais ou menos. No rio, cavava as areias, né? Formava uma cacimba e ia pegar água lá com os animais.

[...] todo dia tinha que pegar aquele jumentinho ou aquele boi e ir buscar lá naquela vasilha d'água longe [...] que só dava pro dia mesmo, no outro dia tinha que ir novamente, né? [...] É porque você sabe que pobre não tem as vasilhas suficiente pra botar água pra dois, três dias, né? Aí todo dia [...] que era pra o consumo da casa, pro animal, pra tudo, tinha que ter daquela água mesmo, né? Aí todo dia tinha que ir pegar [...] de domingo a domingo... (JOSEFA INÊS)

Na ocasião em que visitei Josefa e Fabiana, a família estava sendo beneficiada com a implementação de uma cisterna de calçadão, através do P1+2. Durante a construção das cisternas, as mulheres participam principalmente na cozinha, preparando a comida dos trabalhadores. Nos casos em que a família não pode pagar pelo servente, alguém deve ajudar na construção, auxiliando o pedreiro. Na época em que foi construída a cisterna com captação de água das chuvas (P1MC), foi Fabiana quem “cuidou de tudo”, conta Zefinha.

As ‘novas’ tecnologias trouxeram mudanças significativas para a comunidade. As cisternas, por exemplo, diminuíram a distância percorrida pelas mulheres em suas lutas cotidianas, facilitando o acesso à água. Contudo, elas continuam ainda responsáveis pelas mesmas tarefas domésticas, incluindo buscar a água no reservatório mais próximo quando secam as cisternas de suas casas. “É o serviço da mulher que não mudou, né? Porque continua o mesmo...”, afirma Josefa. Aliás, um novo trabalho invisível surge para as mulheres: a limpeza periódica das cisternas fica quase sempre a cargo delas.

Mas, a participação das mulheres junto às cisternas não se resume a manutenção e limpeza dos reservatórios, elas são também convidadas a participar das reuniões comunitárias que resultarão em processos decisivos para o futuro da comunidade. Infelizmente, isso não significa que elas tenham mais tempo, ou que suas vozes sejam ouvidas, em diversas ocasiões muitas mulheres frequentam as reuniões representando seus maridos⁵¹. “É sem tempo mesmo, é de boa vontade, né?”. As reuniões acontecem normalmente ao anoitecer, Zefinha e Fabiana deixam a janta pronta, mãe e filha se revezam: enquanto uma delas permanece em casa tomando conta das crianças, a outra segue rumo à reunião.

⁵¹ Maria Glória relatou-me caso ocorrido em reunião que esteve presente onde ao se identificar, uma das mulheres utilizou o nome do esposo, deixando claro que sua participação era representando o marido.

Então, em síntese, a relação das mulheres com a água é uma relação de trabalho, elas estão sempre com as mãos molhadas: a horta e os alimentos, são as mulheres quem preparam; a higiene dos filhos, a limpeza da casa e das roupas, são novamente as mulheres; no roçado e nos currais, elas também participam aguando as plantas e matando a sede dos animais. “É eu e ela... sempre somos quem fazem mesmo... [cabisbaixa e pensativa]”. Ao fim do dia, esgotadas, elas deixam a janta pronta e se arrumam para a reunião prevista na comunidade. Consternado, pergunto à Zefinha porque os homens não ajudam no serviço doméstico, já que elas trabalham junto para além da casa e dos arredores. A resposta é imediata: “Ah [eles vão dizer] que isso é serviço de mulher, e de homem é de homem, né?”. Inquieto, continuo: “Se a senhora disser pra eles: ‘Ah, mas eu faço serviço de homem também e eu não deixo de ser mulher...’”. Em seguida, Zefinha explica: “Eu acho que muitos iam dizer: ‘Não tô mandando você fazer!’”. Pergunto se ela tem algum sonho, pensativa e baixinho ela responde:

Um sonho? [...] Eu queria ter... alguma ajuda pra eu sobreviver não tão fraca, né? Pra um dia que minhas filha, meus netos disser assim ‘hoje eu quero comer isso’, eu ter nas minhas mãos, ou ser mais fácil de eu adquirir ali, né? E o meu sonho é esse... Eu não quero riqueza, eu não quero viagem, não... E queria ter... outro sonho é de eu construir a minha casa, né? Porque isso aqui é uma casa de taipa, você vê que tá toda cheia de... de valeta aí querendo cair... construir uma casa [...] mais digna de eu morar, né? Terminar meu resto de vida aqui dentro dela. [...] que eu nasci aqui, foi construída pelo meu pai, né? Nascida aqui, mas eu queria um [...] uma casinha melhor (JOSEFA INÊS)

O sonho de Fabiana é ver o sonho da mãe realizado: “Construir a casinha dela... Não viver nesse sofrimento né... porque quando é tempo de inverno aqui, é chovendo e as paredes caindo aos pedaços...”. Quando chega o período das chuvas, motivo de alegria, Zefinha e sua filha acumulam ainda o serviço de pedreiras, já que precisam rebocar as paredes da casa, devido à infiltração no telhado. Elas deixam um recado para os homens: “[...] que o homem ajudasse sempre as mulheres, como elas ajudam os homens, né? [...] No meu apoio, ele dobrava a capacidade de homem que ele tem, né?” (JOSEFA INÊS) / “É... Valorize as mulheres,

porque eles botam as mulheres pra baixo, no lugar de botar pra cima, tão botando pra baixo...”
(FABIANA XAVIER).

5.2 REGISTRO DE TÉCNICAS CORPORAIS NO TRABALHO COTIDIANO COM A ÁGUA

A pesquisa desenvolvida em Soledade nos possibilitou elencar algumas das técnicas corporais desempenhas por mulheres no trabalho cotidiano com a água: buscar água, filtrar, cozinhar, lavar louças, lavar roupas, limpar a casa, tomar banho, banhar os filhos, reutilizar águas servidas, regar plantas, dessedentar animais e limpar reservatórios/cisternas. Após retornar da coleta de dados no campo, a nomenclatura utilizada para algumas das técnicas observadas sofreu alterações com o intuito de melhor significar os sentidos doados pelas próprias participantes da pesquisa na realização de cada tarefa, valorizando seus saberes e práticas. Assim, a técnica ‘buscar água’ foi renomeada ‘botar água’, isso significa que não basta apenas ir buscá-la, em muitos casos é preciso tratá-la e/ou armazená-la; a técnica ‘filtrar’ foi substituída por ‘tratar a água’, incorporando os diferentes métodos de tratamento da água, ou seja, não se trata apenas de filtração, em algumas situações, é preciso coá-la, clorá-la, e/ou fervê-la; por fim, a técnica ‘tomar banho’ e ‘banhar os filhos’ passou a ser denominada ‘água para a higiene pessoal’, englobando o trabalho das mulheres no abastecimento dos tambores com água para a higiene de toda a família.

A demonstração ou descrição cênica das técnicas corporais foi realizada, preferencialmente, junto às tecnologias sociais. A ideia é dar visibilidade à participação das mulheres no trabalho cotidiano com a água, adaptadas ou não por ‘novas tecnologias’. Todavia, o registro audiovisual idealizado junto às tecnologias sociais nem sempre foi possível, uma vez que exigiria um estudo etnográfico aprofundado, incompatível não apenas com os objetivos propostos e com o cronograma físico-financeiro para o cumprimento da tese, mas também em relação à disponibilidade de tempo investido pelas participantes na elaboração do estudo. Isso significa, por exemplo, que o registro da técnica ‘limpar

reservatórios/cisternas' demandaria do pesquisador aguardar que o nível da água chegasse ao fim. Felizmente, ou infelizmente, não tive a oportunidade de encontrar tal situação; felizmente porque isso indica que as famílias que visitei tinham água suficiente para os dias seguintes, e infelizmente porque não pude realizar o registro desta técnica tão comum às mulheres que contam com o 'auxílio' desta tecnologia.

Considerando o corpo como instrumento primário para o desempenho das técnicas observadas, quaisquer outros utensílios foram dados como secundários. 'Botar água', por exemplo, é uma técnica usualmente auxiliada por baldes, latas, carrinhos de mão, ancoretas, jumentos, etc. Certamente, não foi possível esgotar os inúmeros instrumentos secundários utilizados no cotidiano. O foco, entretanto, manteve-se em demonstrar cada uma das técnicas corporais 'femininas' como uma relação de trabalho com a água, primeiro é preciso uma boa dose de "coragem" para colocar o corpo a serviço da técnica⁵².

Igualmente, a frequência e a sazonalidade fazem parte do contexto no qual as técnicas são desempenhadas. Enquanto a frequência busca elucidar a periodicidade com a qual a técnica é realizada (diária, semanal, mensal, etc.), a sazonalidade significa que o cotidiano é significativamente alterado pelo regime de chuvas ou estiagens. Em determinadas situações algumas técnicas são desempenhadas com maior frequência do que outras; cozinhar, por exemplo, é tarefa realizada quase sempre mais de uma vez ao dia, com regimes diferenciais em relação ao período das chuvas. Quando o 'inverno' é bom, o trabalho na cozinha é significativamente alterado; a alimentação torna-se mais farta e saudável, a produção no beneficiamento dos produtos da roça, na fabricação de doces, também aumenta o trabalho na cozinha. O período de estiagens interfere também na sazonalidade das técnicas; a reutilização das águas servidas, por exemplo, é mais comumente realizada durante secas, já que quando está chovendo não é necessário o reuso da água para regar as plantas; novamente, a limpeza

⁵² A coragem foi regularmente enunciada como condição necessária para o cumprimento das tarefas cotidianas pelas participantes da pesquisa, especialmente nas entrevistas conjuntas realizadas com Josefa Almeida e Fabiana Xavier, além de Maria dos Santos e Ilma da Silva.

da cisterna, embora não tenha sido observada na pesquisa, é habitualmente realizada quando a água está no fim do reservatório, um outro bom exemplo de que as técnicas são também sazonais.

O impacto das ‘novas tecnologias’ no cotidiano das participantes foi examinado a partir da apreciação diacrônica dos depoimentos cedidos – o ‘antes’ e o ‘depois’ das cisternas. As participantes relataram conjunturas diferenciais em relação ao período em que a família não tinha ainda o suporte das tecnologias sociais, sugerindo conquistas, mas também desafios ainda hoje presentes nos seus cotidianos.

Enfim, a abrangência e a aprendizagem das técnicas desempenhadas foram também postas sob análise: a abrangência busca mapear os limites físicos e sociais das técnicas, agrupando-as organicamente – a água para a higiene pessoal é, por exemplo, coletada do lado de fora e armazenada do lado de dentro da casa, o seu uso não atende apenas à necessidade das mulheres, mas de toda a família, a água utilizada nos banheiros, na pia e no chuveiro, é reutilizada do lado de fora para regar plantas e dessedentar animais; já a aprendizagem busca compreender a vernacularidade das técnicas desempenhadas pelas mulheres, lavar roupas é, por exemplo, uma técnica empregada por mulheres e retransmitida às suas filhas como tradição. Os intercâmbios promovidos pela associação comunitária, em parceria com o COLETIVO e o PATAC, também fazem parte dos novos caminhos rumo ao conhecimento e a participação das mulheres. Marli Nascimento explica, por exemplo, sobre as vantagens do fogão agroecológico que conheceu em visita a Massaranduba-PB.

O quadro a seguir sintetiza a demonstração de técnicas corporais por participante. Em alguns casos, não foi possível o registro de todas as técnicas, dado que elas estavam também ocupadas com o trabalho de casa ao mesmo tempo em que participavam da pesquisa: Maria de Fátima, Ivone de Fátima, Josefa Almeida e Fabiana Xavier estavam tomando conta dos netos ou filhos; Maria José estava ocupada preparando o almoço para o pedreiro, os serventes

e toda a família, que estava sendo beneficiada com a implementação da cisterna de calçadão, auxílio propiciado pelo P1+2. Na sequência, explico cada uma das técnicas corporais demonstradas pelas participantes indicando possíveis conexões cíclicas e orgânicas, sem a pretensão de esgotá-las.

Quadro 02 – Demonstração de Técnicas Corporais por Participante

PARTICIPANTES / DEMONSTRAÇÃO DE TÉCNICAS CORPORAIS	‘BOTAR ÁGUA’	TRATAR A ÁGUA	COZINHAR	LAVAR LOUÇAS	LAVAR ROUPAS	LIMPAR A CASA	ÁGUA PARA HIGIENE PESSOAL	REUTILIZAR ÁGUAS SERVIDAS	REGAR PLANTAS	DESSEDENTAR ANIMAIS
MARLI MORAIS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
MARIA DE FÁTIMA	X	X	X	X	X	X		X	X	X
IVONE DE FÁTIMA	X	X	X	X			X	X	X	X
ILDA HENRIQUES	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
MARIA JOSÉ			X	X	X	X	X	X	X	
MARLI E ANA MARIA NASCIMENTO	X		X	X	X	X	X	X	X	X
MARIA DOS SANTOS E ILMA DA SILVA	X		X	X	X	X		X	X	X
JOSEFA ALMEIDA E FABIANA XAVIER		X	X	X		X	X	X	X	X

5.2.1 ‘BOTAR ÁGUA’

A tarefa de buscar água recai quase sempre sobre as mulheres, seguramente porque, como vimos, desta tarefa depende quase todo o trabalho das mulheres. A expressão ‘botar água’, frequentemente enunciada pelas entrevistadas, é mais apropriada para entendermos do que elas estão falando: não se trata apenas de buscar água, mas também separá-la conforme

sua utilidade; tratá-la, tornando-a própria para o consumo direto, e acondicioná-la adequadamente.



Fotogramas 09 | 10 | 11 – ‘Botar Água’ – Marli Morais, Maria de Fátima e Ivone de Fátima.

O serviço começa logo cedo. Ainda antes do amanhecer, com baldes sob o carrinho de mão, elas buscam água nas cisternas, tanques de pedra, poços artesianos e barreiros. As fontes de água oferecem diferentes condições de uso, por isso, a água é coletada e armazenada separadamente. O percurso, considerando o peso, é sempre longo. As mãos suspendem o carrinho, o corpo é posto em marcha, o dia está apenas começando e os baldes, ainda estão vazios.

A água para beber e cozinhar Marli Morais busca na cisterna da casa vizinha, localizada a aproximadamente 250 metros de distância, são 18 litros (2 baldes de 9 litros) a cada 3 dias. O balde, amarrado a uma corda, é lançado no interior da cisterna. O corpo se curva, os olhos verificam se o recipiente está imerso, então, pouco a pouco, as mão firmes puxam a corda para cima, uma das mãos se agarra à alça do balde para em seguida encher um dos outros dois recipientes, ainda vazios no carrinho de mão. O retorno é um pouco mais penoso: com os baldes cheios, é preciso força e equilíbrio.

Os baldes e latas, carrinho de mão e cordas, são apenas instrumentos secundários operados pelo corpo feminino em uma sucessão de movimentos e gestos entrelaçados, ações coordenadas que configuram a técnica ‘botar água’: suspender, caminhar, empurrar, puxar, encher, esvaziar... As tecnologias sociais – as cisternas, tanques de pedra, poços artesianos e barreiros – trouxeram mudanças significativas para o trabalho da mulher. No passado, e ainda

hoje para muitas mulheres, ‘botar água’ implicava utilizar outros instrumentos configurados por diferentes movimentos, Marli Morais explica:

Aqui era um sufoco, um sofrimento triste. [...] quando não tinha essas cisterna, e nem tinha barreiro, era tudo numa seca danada [...]. A gente pegava água lá [em Paulina] num jumento com quatro [caçuá], [...] eu saía daqui de madrugada com os menino [e uns] barri pra ir buscar água [...]. Quando chegava lá a cacimba tava seca, eu deixava os barris [...] pros morador encher pra eu ir buscar [...] não sei que hora, e a água não era boa, era muito barrenta, que era água de [...], de poço. Quando chegava aqui era quatro barrizinho pra passar a semana. E eu acho que eu já tinha bem uns sete ou oito menino, e ali era pra tudo, ali a água de dar banho em um dava em tudinho. Porque tinha que ser assim. (MARLI MORAIS)

Os jumentos e ancoretas ainda fazem parte do cotidiano de muitas mulheres do Cariri e de toda a zona rural do chamado ‘polígono das secas’. O transporte da água nem sempre é auxiliado por animais, diariamente muitas mulheres ainda deixam suas casas para caminhar longas horas equilibrando a lata d’água na cabeça. Durante o período de estiagens, a situação se agrava, a fonte mais próxima seca e é preciso ir ainda mais longe, muito além dos arredores de casa.

O movimento realizado para ‘botar água’ descreve uma trajetória circular entre os meios intra e extradomésticos. O trabalho das mulheres do campo não é realizado apenas em casa e nos seus arredores, muitas vezes elas cruzam os limites de suas propriedades em busca de água e lenha. Ao chegarem em casa, exaustas, elas são ainda responsáveis pelo acondicionamento da água e pela manutenção dos reservatórios: na cozinha, a água tratada é conservada em potes de barro⁵³, reservada para beber e para o preparo dos alimentos; na dispensa ou na área externa (por vezes, também na cozinha), a água imprópria para o consumo direto é guardada em um tambor, de serventia para a limpeza da casa, para lavar louças e roupas, dessedentar animais domésticos e regar plantas; no banheiro, também em um tambor, a água para higiene pessoal é facilitada para toda a família. A abrangência da técnica

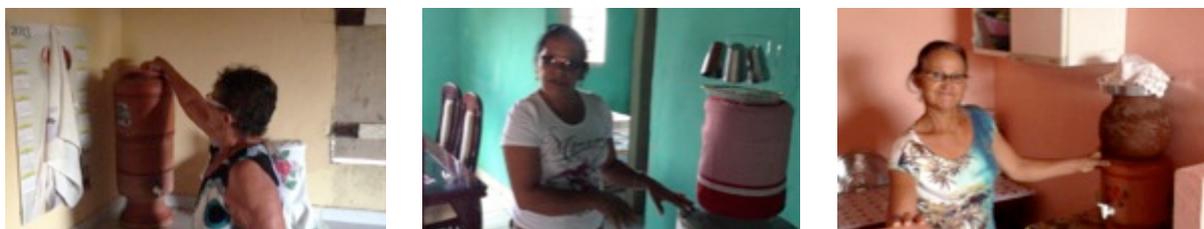
⁵³ O pote de barro faz parte dos utensílios que compõem a cozinha das famílias de comunidades rurais do nordeste, próprio para armazenar a água e mantê-la fresca, pronta para o consumo direto.

‘botar água’ atravessa limites físicos – a água coletada fora é armazenada dentro de casa – e sociais – a água não serve apenas às mulheres, ou ao seu trabalho, mas para toda a família.

A implementação de tecnologias sociais, a exemplo das cisternas com captação de água das chuvas, propiciam o acesso à água próximo a casa, atendendo a uma primeira necessidade – água para beber e cozinhar. Embora esta realidade não seja comum a todas as mulheres, o trabalho de ‘botar água’ é facilitado. As distâncias diminuem, o espaço/tempo sofre compressão, aspectos da globalização trazidos pelos programas e projetos para o ‘desenvolvimento’ comunitário. O que as ‘novas’ tecnologias não mudam é o trabalho da mulher; ao contrário, elas ganham uma nova responsabilidade: a limpeza e manutenção periódica das cisternas.

5.2.2 TRATAR A ÁGUA

Ao chegarem em casa com os carrinhos-de-mão, parte da água é tratada e armazenada, disponibilizada para o cozimento dos alimentos e para o consumo de toda a família – água para beber e cozinhar. Tratar a água significa torná-la própria para o consumo direto. O tratamento da água foi identificado pelas entrevistadas a partir de três principais métodos: a fervura, a utilização do cloro e a filtragem.



Fotogramas 12 | 13 |14 – Tratar a Água – Marli Morais, Maria de Fátima e Ilda Henriques.

No passado, ferver a água era a prática mais comum. Isso porque a distribuição do cloro não era regular como hoje em dia, além disso, a água das cacimbas era muito ‘barrenta’. O caldeirão era colocado sob o fogão a lenha, a água coada deveria ferver por pelo menos

cinco minutos, tempo necessário para eliminar impurezas que pudessem prejudicar a saúde familiar. Em seguida, era preciso resfriá-la e colocá-la nos potes de barro para conservá-la fresca. Ainda hoje, muitas mulheres utilizam a fervura como método de tratamento da água, especialmente quando estão inseguras sobre a sua qualidade.

A utilização do cloro foi identificada como técnica de tratamento mais utilizada atualmente, seguida pelo filtro de barro, ou combinada com este último. O cloro é distribuído pelos agentes de saúde que visitam as comunidades, ou, quando não comparecem regularmente, é comprado na cidade; podendo ser colocado diretamente nas cisternas ou tambores, considerando as devidas proporções. A filtragem inclui a limpeza periódica das velas e do reservatório, Marli Moraes recomenda o uso de um ‘paninho’ para coar a água ao despejá-la no filtro de barro.

Nos métodos indicados, o tratamento da água exige o conhecimento de técnicas: a fervura demanda lenha, fogo, tempo em ebulição e tempo para resfriamento; a utilização do cloro requer o conhecimento de medidas e proporções, e; a filtragem, depende de limpeza, força e coordenação. Os utensílios podem ser caldeirão e panela, cloro ou filtro, mas o primeiro dos instrumentos é o corpo feminino a serviço da técnica. No cotidiano, um utensílio chama a atenção: o pote de barro. A eletrificação rural trouxe a comodidade dos refrigeradores, muito embora esta não seja ainda uma realidade universal a todas as mulheres. O pote de barro, em todo caso, continua tendo lugar próximo ao fogão. Por enquanto, encher o pote e a geladeira com água tratada continua sendo uma tarefa diária predominantemente feminina.

A responsabilidade pelo tratamento da água é muito importante, não apenas para as mulheres, mas para toda a família. A água imprópria para o consumo é fonte de bactérias que podem causar inúmeras doenças: hepatite, febre tifoide e cólera, por exemplo. A diarreia costuma ser o principal sintoma de enfermidades relacionadas à água contaminada. Nas

comunidades visitadas, as entrevistadas relataram não ter tido problemas de saúde por causa da água. As técnicas de tratamento identificadas são indispensáveis para a realização de uma outra técnica: o preparo dos alimentos.

5.2.3 COZINHAR

A preparação dos alimentos requer o domínio de técnicas corporais quase sempre em contato com a água. A começar por lavar as mãos e higienizar os alimentos, o trabalho na cozinha tem infinitas continuidades. O corpo se movimenta entre a pia, a geladeira, a mesa e o fogão; na horta, ao lado de casa, legumes, verduras e temperos são colhidos frescos; métodos de processamento (descascar, cortar, amassar, espremer, empanar, temperar, bater, sovar, etc.) são associados a métodos de cocção (refogar, grelhar, fritar, ferver, assar, etc.), práticas que envolvem inúmeros gestos em sequência ordenados. O manuseio de tábuas e facas, panelas e conchas, raladores e peneiras requer destreza e precisão – instrumentos da luta cotidiana de muitas mulheres em todo o mundo. Os utensílios utilizados não dispensam o gesto do corpo e das mãos, o trabalho na cozinha exige, antes de tudo, o movimento do corpo em uma infinidade de tarefas consecutivas.

As ‘artes de nutrir’, pesquisa realizada por Luce Giard sob a direção de Michel de Certeau (2012b) na França, têm outras receitas e ingredientes para as mulheres do semiárido, um novo universo de cores e sabores. O que se mantém em ambos os contextos é o trabalho cotidiano das mulheres na cozinha.

Quer se efetue por meio de um instrumento (cortar a cebola com uma facinha) ou simplesmente pela mão (fazer a massa do pão), exige toda uma mobilização do corpo, traduzida pelo movimento da mão, do braço, às vezes de todo o corpo que balança cadenciado pelo ritmo dos esforços sucessivos requeridos pela tarefa a executar (GIARD in CERTEAU, 2012b, p. 272).

Mas, não se trata apenas do trabalho na cozinha. Cozinhar demanda todo um trabalho anterior à cozinha. Quando Ilda Henriques afirma que sem água a pessoa “nem come, nem

cozinha”, não é por acaso que ela indica o verbo ‘comer’ antes do verbo ‘cozinhar’ – para cozinhar, é preciso ter o que comer, é preciso ter alimentos; para ter alimentos, é indispensável ter água. Então, antes mesmo de ter água na cozinha, ou em suas dependências, é preciso ter água também para produção da horta e do roçado, saciar a sede dos animais, alimentá-los, fazê-los crescer e engordar – em todos esses lugares, nos currais e nas plantações, as mulheres estão também presentes. A cozinha é tão-somente o lugar da síntese, da alquimia, é onde o alimento é preparado para ser consumido, é onde o trabalho produtivo, realizado fora de casa, ganha nova denominação, passa a ser conhecido como reprodutivo – não reconhecido e não valorizado.

A cozinha é também um lugar mágico, é onde guardamos na memória os aromas e sabores da nossa infância. Desde cedo, aprendemos, com curiosidade, a distinguir o doce do salgado, o azedo do amargo. As práticas alimentares nutrem não apenas o corpo, o fisiológico; mas também o emocional, os afetos. As mulheres são ainda as principais responsáveis pela nutrição dos filhos e de toda a família. A preparação dos alimentos está diretamente ligada à outra tarefa – ‘dar de comer’ às crianças. O cardápio é especial. O alimento cozido é cortado, amassado e levado à boca. Quando o filho se recusa à ingestão, o desafio aumenta: é preciso brincar com a criança, distraí-la, fazê-la comer.

Na cozinha, as horas passam depressa. É onde muito comumente se encontra um relógio dependurado na parede. O relógio, entretanto, nem sempre esteve presente. Para muitas mulheres camponesas, a água é ainda o principal marcador do tempo, dela dependem para quase todas as tarefas domésticas. As crianças e o esposo aguardam o alimento ser preparado e servido à mesa, em seguida despedem-se deixando um novo trabalho a ser realizado pelas mulheres – hora de lavar a louça e organizar a cozinha. As tarefas domésticas são também quase sempre simultâneas; enquanto o feijão cozinha elas estão lavando roupas e, por vezes, cuidando dos filhos.

A frequência pode ser mais bem definida como ‘o tempo todo’. Diariamente, frequentemente mais de uma vez ao dia, as mulheres estão ocupadas no preparo da alimentação para a família. O trabalho na cozinha não reserva folgas. Ao contrário, é durante os fins de semana e feriados que as mulheres mais trabalham, especialmente quando há visitas. A sazonalidade das estações implica regimes diferenciados de trabalho: no período das chuvas sempre há fartura, é quando os alimentos são colhidos no próprio roçado, ‘sem veneno’, o que altera significativamente a alimentação da família. Já durante as secas, são as mulheres quem vão comprar os mantimentos na feira da cidade, o que exige decifrar etiquetas, comparar preços e qualidade; em ambos os casos, ao chegarem a casa, elas devem ainda organizar e acondicionar os alimentos na geladeira e na despensa.



Fotogramas 15 | 16 |17 – Cozinhar – Ilda Henriques, Maria José e Marli Nascimento.

Nas comunidades visitadas, o fogão a gás ainda não substituiu o fogão a lenha. Na casa de Ilda, o fogão a lenha foi improvisado no chão, ela explica que se mudou recentemente e que pretende construir um novo fogão a lenha ao lado da casa, pois ajuda muito na economia do gás. Igualmente, Maria José explica que só utiliza o fogão a gás para ferver a água do café, ou para esquentar alguma comida. Já na casa de Marli Nascimento, o fogão ecológico ajuda a economizar lenha e faz menos fumaça, contribuindo também para a saúde da família.

Na cozinha, os modos de fazer variam consideravelmente, trata-se de um espaço inventivo e criativo. A responsabilidade, todavia, é sempre das mulheres. Aliás, a

responsabilidade das mulheres na cozinha pode ser mais bem traduzida como ‘obrigação’, palavra frequentemente enunciada pelas participantes.

Os eletrodomésticos trouxeram mudanças consideráveis. Os refrigeradores, por exemplo, auxiliam na conservação dos alimentos, através do congelamento e estocagem. No passado, a carne-seca ao sol, ou salgada, eram os principais métodos de conservação que, todavia, permanecem ainda muito presentes como tradição cultural em toda a Região Nordeste. As bateadeiras e liquidificadores, embora não façam ainda parte dos utensílios de todas as participantes da pesquisa, agilizam o trabalho na cozinha. Os instrumentos demandam um novo conhecimento técnico; mecanizar a atividade requer, ironicamente, a instrução por meio de um ‘manual’. Isso significa que a energia mecânica não substituiu o trabalho com as mãos; após o uso, os aparelhos devem ser desmontados e higienizados. A relação instrumental é modificada, o que não muda é o primeiro instrumento necessário ao cumprimento das atividades cotidianas – o corpo feminino.

As ‘novas tecnologias’ sociais também contribuem de modo bastante expressivo para a realização das tarefas na cozinha. As cisternas facilitam não apenas o acesso à água para beber e cozinhar (P1MC), mas também para a produção de alimentos na horta, nos currais e no roçado (P1+2). A realidade é significativamente alterada, muito embora o trabalho cotidiano na cozinha continue sendo uma ‘obrigação’ feminina. A participação das mulheres nos referidos programas não significa que elas tenham algum tempo livre. Ao contrário, implica que elas tenham que acordar ainda mais cedo e dormir ainda mais tarde, deixando o almoço ou a janta pronta para toda a família. Durante a fase de construção das cisternas, muitas mulheres participam virando a massa ou carregando tijolos como serventes da obra; algumas são também ‘cisterneiras’, passam por curso de capacitação e atuam como pedreiras; de todo modo, as mulheres participam principalmente na cozinha, elas trabalham preparando

as refeições para os operários e para toda a família. Isso não significa que o trabalho seja mais leve ou fácil para as mulheres, Marli Morais explica:

Olhe quando começou essa cisterna, eu pensei que a coisa era fácil, mas que fácil que nada meu filho. Quando esses trabalhador começaram a chegar no primeiro dia, eu digo: “Oxente, vai terminar logo!”. Meu filho: comecei a cozinhar o almoço... lá vem o lanche... lá vem a água carregando pros trabalhador [...]. Eu carregando, eu fiquei doente, de noite eu não dormi enfadada de tanto que era tá pra lá e pra cá atendendo os trabalhador e fazendo as coisas pra eles: “Traz uma aguinha aí, traz um cafezinho...”. Aí eu deixava aquela obrigação pra ir atender aqueles meninos só pra não deixar eles, precisar de alguma coisa e não ter quem levar... eu não sofri, viu? Cuidava do almoço, primeiro o lanche das oito horas, que oito horas pontualmente já tava pronto ali. Era cuscuz com ovos, com charque, café, leite, rapadura, bolacha, o que tinha ali eu enchia a mesa. Pra comer mesmo pra valer. Tudo bem... lá vinha o almoço... vamo almoçar... ia pro serviço, duas horas lá um cafezinho, só um cafezinho eles pediam, 3 horas a bolacha, o café, a rapadura e a água, isso era o rojão até nove dias e meio. Mas quando terminou eu acho que eu... eu me belisco assim, eu acho que eu não acordei não. Uma luta que foi grande, viu? (MARLI MORAIS)

Enfim, a cozinha concentra inúmeras atividades entrelaçadas organicamente. O trabalho doméstico é interminável e cíclico, o que inclui deixar tudo limpo e organizado, com continuidades significativas nas técnicas ‘lavar louças’ e ‘reutilizar águas servidas’. A água utilizada na lavagem de louças, por exemplo, será útil para regar plantas que, por sua vez, se tornarão alimentos em um futuro próximo, preparados e servidos à mesa para toda a família.

5.2.4 LAVAR LOUÇAS

Após as refeições é preciso limpar e organizar os utensílios que serão novamente utilizados em breve. Ao meio-dia, enquanto muitos homens fazem a sesta, as mulheres se ocupam da pia, lavando, secando e guardando louças. A técnica consiste em eliminar o ‘grosso’ dos resíduos com as mãos, para em seguida ensaboar panelas, pratos, talheres e copos, com o auxílio de uma esponja com detergente e duas bacias, enxaguando e deixando escorrer o excesso de água. A tarefa é diária, frequentemente executada várias vezes ao dia, basta beber um copo d’água e temos mais um item a ser lavado. Nos fins de semana e feriados, no lugar de descansar, a tarefa aumenta, é quando a família reúne os parentes mais próximos para juntos passarem o dia.

Os modos de fazer podem variar conforme a presença de tecnologias. A torneira, por exemplo, auxilia consideravelmente na lavagem de louças, embora dificulte na economia de água. Na casa de Marli Morais, a torneira é apenas para as visitas. Ela explica que prefere lavar louças colocando a água em um tanque do lado de fora da casa. Assim, ela consegue regular a quantidade de água utilizada. De modo semelhante, Ilda Henriques e Josefa Almeida lavam a louça com o auxílio de duas bacias plásticas; em uma ensaboam, na outra enxáguam.



Fotogramas 18 | 19 | 20 – Lavar Louças – Marli Morais, Ilda Henriques e Josefa Almeida.

A técnica é adaptada para o melhor aproveitamento da água, especialmente nos regimes de seca, quando os esforços para poupá-la aumentam. As tecnologias sociais facilitam o armazenamento da água para usos gerais, embora as fontes não sejam as mesmas, dificultando o serviço. A água coletada para lavar louças é trazida de fora e armazenada, quase sempre em um tambor, dentro da cozinha. De todo modo, o trabalho de lavar louças continua sendo ‘serviço de mulher’, o que inclui arear panelas, desgordurar o fogão e toda a cozinha, por vezes com o auxílio de produtos químicos e água quente. Em casa, o trabalho atende as necessidades de toda a família, e não apenas das mulheres. Nas comunidades visitadas, todas as participantes indicaram o reuso das águas servidas na lavagem da louça para regar plantas, com a exceção da horta, onde a água deve estar limpa.

5.2.5 LAVAR ROUPAS

Em todo o mundo, a técnica lavar roupas é muito comumente delegada às mulheres. Desde cedo, elas aprendem a esfregar, ensaboar, torcer e enxaguar, tradição passada de mãe

para filha. No Brasil, entre os tupis-guaranis, a tarefa era dos homens, que lavavam as redes da família. Todavia, o empreendimento colonial trouxe consigo os jesuítas, que mudaram a ordem ensinando as mulheres a cortar, costurar e lavar roupas, como praticado em Portugal (D'ARRUDA, 2008).

O trabalho das mulheres na lavagem das roupas pode ser descrito em várias etapas, a primeira delas é muito comumente 'botar água' no tanque ou na bacia. A partir de então, as roupas sujas passam por triagem, separando peças brancas, claras e escuras. As roupas muito sujas ficam de molho em um balde com água e sabão, devem ser pré-lavadas. As manchas também são tratadas com antecedência, facilitando todo o processo.

Em uma bacia com água, a técnica consiste em esfregar as roupas, peça por peça, com as mãos e/ou com o auxílio de uma escova, ensaboando-as pouco a pouco e removendo a sujeira. Em seguida, elas são enxaguadas e torcidas, até que o sabão seja completamente eliminado. Em alguns casos, antes do enxágue, as roupas brancas são alvejadas e colocadas ao sol para quorar, para clarear as peças encardidas. Por último, as roupas são mergulhadas em amaciante, para facilitar outra tarefa também executada pelas mulheres – passar roupas.

As máquinas de lavar alteraram significativamente o cotidiano e a técnica. O trabalho deixou de ser realizado todos os dias, dado que é necessário acumular quantidade mínima de peças para ligar a máquina, contribuindo também para a economia de água. A tecnologia facilitou a lavagem de lençóis, colchas e calças jeans, assim como demais peças pesadas. Todavia, as roupas mais finas, ou delicadas, continuam tendo que ser lavadas à mão. Em ambos os casos, as mulheres continuam sendo praticamente as únicas responsáveis pela lavagem das roupas, não apenas das suas, mas de toda a família.

A técnica lavar roupas requer o conhecimento de todo um processo atrelado a medidas, com continuidades para além da área de serviço. O uso excessivo de sabão, além do desperdício, danifica o tecido e dificulta o enxágue, gastando mais água do que o necessário.

Igualmente, o uso do alvejante e do amaciante deve ser dosado para não estragar as peças. Ao concluir a lavagem, as roupas coloridas não devem ficar expostas ao sol por muito tempo, para evitar que desbotem. As máquinas de lavar exigem ainda um novo conhecimento, as mulheres devem se instruir sobre o uso dos equipamentos, aprendendo a manuseá-los.



Fotogramas 21 | 22 | 23 – Lavar Roupas – Ilda Henriques, Marli Nascimento e Maria dos Santos.

Nas comunidades visitadas, o modelo de máquina utilizada pelas participantes não enxágua nem centrifuga as peças. Após ‘bater’, as roupas devem ser retiradas da máquina e enxaguadas em uma bacia. Em seguida, cada peça é torcida, sacudida e estendida no varal. Os ‘tanquinhos elétricos’, como são conhecidas essas máquinas de lavar, são apenas instrumentos secundários que auxiliam o trabalho das mulheres no cotidiano, eles ainda não substituem todo o movimento com o corpo e as mãos.

As tecnologias sociais também contribuem significativamente no trabalho cotidiano com a lavagem das roupas. No passado, e ainda hoje para muitas mulheres, lavar roupas exigia caminhar longas distâncias equilibrando a trouxa na cabeça. Em um riacho ou barreiro, muitas mulheres se encontravam para a luta cotidiana, especialmente no período das secas.

Maria de Fátima nos explica:

É, nessa época era muito... as vezes eu tô aqui assentada e eu digo: ‘Meu Deus!’ Até quando eu me casei, até uns certos anos, o sofrimento que eu saia com dois meninos pequenos, lavar roupa num... num sítio chamado Cedro. A gente subia essa subida aqui todinha olha, esse alto [indicando a direção com a mão], quase 5 quilômetros, e eu passava o dia lavando roupa... num tanque, esses menino era... era tanque, perigoso. Esses meninos botava água... e hoje tudo é mais fácil. Eu já lavei roupa em Taperoá, numa cidade aqui, numa seca, não faz nem muito tempo. Sabe o que era que acontecia... a gente amarrava esse saco de roupa e ia pegar carro ali na, na pista. No asfalto ali. Ficava cinco, seis mulher lá. E com esses [...] quatro menino pequeno

e a gente pegava carona com os pipeiro que ia pegava água, e justamente essa água de lá era que vinha pra gente. Mas só que era tão difícil, pra gente lavar roupa, a gente não queria gastar aquela água lavando roupa, a gente ia lavar lá. Longe... longe, a gente passava em 3 cidades, pra poder chegar nesse... nesse ponto. E hoje não. Hoje os carro-pipa bota, a gente tira pra lavar porque sabe que naquele dia seca eles vêm colocar de novo. Parou esse sofrimento. (MARIA DE FÁTIMA)

As cisternas e máquinas de lavar roupas trouxeram mudanças significativas para o trabalho cotidiano da mulher. Isso não significa que elas tenham mais tempo livre para lazer ou descanso. Ao contrário, o tempo que lhes sobra é novamente dedicado a outra tarefa doméstica ou ao trabalho produtivo no campo. As técnicas corporais em contato com a água são muitas vezes realizadas simultaneamente; entre um ciclo e outro de roupas na máquina, a água de sabão é reutilizada para o banho dos porcos, ou também para a limpeza da casa.

5.2.6 LIMPAR A CASA

A limpeza da casa começa por organizar tudo o que está fora do lugar, retirando a poeira dos móveis e varrendo todo o chão, eliminando a sujeira ‘grossa’. Em um balde, ou bacia, coloca-se a água e o produto de limpeza, em seguida mergulha-se o pano de chão e ele é torcido, deixando-o apenas úmido. O pano deve ser colocado em uma vassoura ou rodo. A partir de então, o corpo se movimenta em todos os cantos e em cada cômodo da casa, empurrando o pano para frente e para trás. Em alguns casos, primeiro é preciso passar o pano bem molhado, retirando o excesso de sujeira. A intensidade dos esforços aplicados pode variar também conforme o tipo de piso; a cerâmica é impermeável e facilita a limpeza, já o cimento queimado é poroso e requer muitas vezes o uso de cera.

A técnica é predominantemente feminina, mas, isso não quer dizer que as mulheres nascem sabendo como limpar uma casa. O aprendizado doméstico é uma herança passada como tradição de mãe para filha. Ao analisar a participação dos netos e netas nos serviços de casa, Maria de Fátima acredita que os meninos têm participado com maior frequência do que no passado. De todo modo, a responsabilidade, ou ‘obrigação’, continua sendo das mulheres.



Fotogramas 24 | 25 |26 – Limpar a Casa – Maria de Fátima, Maria José e Ilma da Silva.

No cotidiano, é muito comum circular entre a casa e o curral, por isso, Josefa Almeida explica que o uso de desinfetantes e germicidas é muito importante na limpeza, imprescindível para a saúde de toda a família. O trabalho de limpar a casa, além de não reconhecido, não é pago, trazendo dificuldades para a sua realização, especialmente pelos custos com a compra dos produtos de limpeza. “Ai da gente se não adquirir, não arrumar dinheiro de outro jeito pra comprar os produtos pra fazer a limpeza, né?”, explica Josefa Almeida.

As tecnologias sociais facilitam a limpeza, pois armazenam um grande volume de água próximo à casa. No passado, a água para a limpeza da casa era quase sempre buscada nos açudes, naqueles mesmos onde as mulheres iam longe lavar roupas. No período das secas, as dificuldades sempre aumentam; é quando a água utilizada para limpar a casa é quase sempre resultado do reuso das águas servidas para lavar roupas. No calor, Ilda Henriques explica que é preciso também refrescar o ambiente para os animais domésticos, assim, a água utilizada na limpeza da casa é comumente jogada no terreiro para as galinhas ciscarem. Igualmente, a água da limpeza da casa pode ser também reutilizada para a descarga do sanitário.

5.2.7 ÁGUA PARA A HIGIENE PESSOAL

A água para a higiene pessoal é muito frequentemente disponibilizada pelas mulheres. A tarefa consiste em ‘botar água’ em tambores dentro dos banheiros, armazenando a água

para a higiene pessoal de toda a família. Nas comunidades visitadas, todas as participantes relataram facilitar o acesso à água nos banheiros, com a exceção da casa de Ivone de Fátima, onde a água é canalizada e bombeada do poço artesiano equipado com cata-vento. De modo semelhante, na casa de Marli Morais a caixa d'água é abastecida com o auxílio de uma bomba instalada junto à cisterna, mas, a água da caixa é só para as visitas. “É... é pras visitas porque é ignorante uma pessoa aqui mais ou menos, entra, porque vai pro banheiro, não tem, cadê a água da descarga?”, ela explica.



Fotogramas 27 | 28 |29 – Água para a Higiene Pessoal – Marli Morais, Ilda Henriques e Ana Maria Nascimento.

O desempenho da tarefa independe dos períodos de chuva ou estiagem, a periodicidade varia em função do tamanho do reservatório colocado no banheiro, por vezes é preciso abastecê-lo todos os dias. A implementação de tecnologias sociais diminuiu as distâncias percorridas, mas, o trabalho continua sendo principalmente exercido pelas mulheres. Igualmente, são as mulheres as responsáveis pelo banho das crianças. Ilma explica que hoje ela dá banho apenas na filha mais nova, com 6 anos de idade, pois receia que a filha desperdice água. A técnica requer o transporte da água de fora para dentro de casa, atendendo não apenas as necessidades das mulheres, mas de toda a família.

5.2.8 REUTILIZAR ÁGUAS SERVIDAS

A água utilizada no serviço doméstico é reutilizada muitas vezes para além da casa, dando sequência a novas atividades. A água do banho escorre pela terra e serve para as galinhas ciscarem; a água usada para lavar as louças é separada para irrigar a palma, que

servirá de forragem para os animais; já a água de sabão, utilizada para lavar roupas, é reaproveitada para a limpeza da casa.



Fotogramas 30 | 31 | 32 – Reutilizar Águas Servidas – Marli Morais, Ivone de Fátima e Marli Nascimento.

A escassez de água traz dificuldades significativas para o cotidiano das mulheres, particularmente no período das secas, quando a mesma água passa por até três ou quatro ciclos de uso. A reutilização das águas servidas consiste em reservar a água administrada em uma determinada tarefa para a execução de uma outra atividade. A técnica é habitualmente empregada no espaço doméstico da casa e dos seus arredores, por isso, é predominantemente associada às mulheres. Isso não significa que elas tenham uma consciência ecológica mais apurada do que os homens. Os esforços despendidos fazem parte da luta cotidiana na convivência com o fenômeno das secas, o não reaproveitamento da água implicaria 'botar' mais água em casa, o que tornaria o dia a dia ainda mais penoso. Quando está chovendo, não carece reutilizar as águas servidas, lembra Marli Nascimento. Trata-se, portanto, mais uma vez, de uma relação de trabalho, precarizada pela condição de desastre natural, e não de uma essência atribuída às mulheres.

A técnica é adaptada criativamente: 'Lavar Louças' em bacias, como vimos, é um bom exemplo do ajuste da técnica para a economia e o reuso da água. Na cozinha e no banheiro, a água que escoia pelos ralos das pias e do chuveiro é muito comumente canalizada para um balde do lado de fora da casa. A água de sabão, utilizada para lavar roupas, também é reaproveitada para o banho dos porcos. A água do enxágue, com menos sabão, serve para regar algumas plantas, mas somente aquelas que resistem à química do produto de limpeza.

Os instrumentos auxiliares no desempenho da técnica são basicamente baldes, bacias e tambores, que servem de reservatórios para dar continuidade nos trabalhos cotidianos. A frequência oscila conforme a sazonalidade; em períodos de seca o reuso das águas é praticado o tempo todo. O aprendizado é baseado na tradição e na economia, para poupar água vale se servir de todas as táticas possíveis.

5.2.9 REGAR PLANTAS

A tarefa de regar a horta e as plantas medicinais é quase sempre uma atividade ‘feminina’. O adjetivo ‘feminina’ significa que é uma atividade exercida predominantemente pelas mulheres, mas isso não quer dizer que ‘regar plantas’ seja uma essência ou natureza das mulheres. Ao lado de casa, o trabalho é exercido como uma extensão dos serviços domésticos, é onde legumes, verduras e temperos são cultivados e abastecem a despensa e a geladeira, dando continuidade ao trabalho na preparação dos alimentos na cozinha.

No período das secas, muitas mulheres reutilizam as águas servidas para regar algumas plantas, mas apenas para os pés de frutas. Marli Morais explica que, na horta, a água deve ser sempre limpa. Logo cedo, por vezes ainda de madrugada, elas se servem de regadores, baldes e latas para aguar as plantas; em algumas ocasiões, elas improvisam a chamada irrigação por gotejamento. A bricolagem consiste em reutilizar bacias e pneus velhos com pequenos furinhos posicionados próximo às plantas, onde elas 'botam' água todos os dias. O gotejamento permite manter a umidade da terra, mantendo as plantas vivas e produtivas. A técnica pode ser verificada principalmente junto aos pés de frutas. De modo semelhante, para as plantas que estão em vaso, elas reciclam garrafas *pet* enchendo-as com água, fazendo um pequeno furo na tampa e virando-as de cabeça para baixo, também para manter a umidade.



Fotogramas 33 | 34 |35 – Regar Plantas – Marli Nascimento, Maria dos Santos e Josefa Almeida.

Nas hortas, as mulheres se servem também de uma outra técnica que muito contribui na economia de água. Os chamados canteiros ecológicos permitem poupar a água evitando que ela seja totalmente absorvida pelo solo seco. A técnica consiste em impermeabilizar o solo com uma lona plástica colocada antes do preparo de terra com adubo. A implementação de cisternas de calçadão (P1+2) tem auxiliado bastante as mulheres nos trabalhos com a irrigação da horta, facilitando o acesso à água para a produção familiar. A tecnologia prevê a construção de canteiros ecológicos ao lado do reservatório, são os conhecidos quintais produtivos. Desde o preparo da terra, passando pelo combate às pragas e à colheita, esses quintais são quase sempre responsabilidade feminina, o trabalho de retirar a água da cisterna e regar a horta continua sendo tarefa para as mulheres.

5.2.10 DESSEDENTAR ANIMAIS

O trabalho das mulheres no campo se estende, mais uma vez, para além da casa e dos seus arredores. No quintal, elas são responsáveis por colocar água para os pintinhos, galinhas, porcos e demais criações. Nos currais, muitas delas estão também presentes, conforme tive oportunidade de acompanhar Maria de Fátima bombeando a água da cisterna de calçadão (P1+2) para encher a tina das vacas.

A técnica consiste em ‘botar água’ em cochos para saciar a sede dos animais. Os carrinho de mão, baldes e latas são novamente instrumentos secundários utilizados para o transporte da água. No período de estiagens, quando os reservatórios e açudes secam, muitas mulheres tangem o gado até o barreiro mais próximo. O trabalho cotidiano de matar a sede

dos animais não reserva folgas, Ivone de Fátima explica que, mesmo aos domingos, quando boa parte da família se desloca para a cidade, ela precisa ficar em casa e se ocupar da ração e da água para os animais nos currais.

As ‘novas tecnologias’ também colaboram para o desempenho da tarefa, dado que permitem armazenar maior quantidade de água para o consumo animal. A técnica foi readaptada, agora muitas vezes consiste em suspender e pressionar uma bomba manual, fabricada com tubos de *PVC*. As cisternas e a água reservada nelas parecem ter se tornado mais uma obrigação feminina. A tecnologia transferiu a responsabilidade em saciar a sede dos animais, antes predominantemente masculina, às mulheres, sob o pretexto da ‘facilidade’ propiciada ao trabalho outrora pesado, agora considerado leve.



Fotogramas 36 | 37 | 38 – Dessedentar Animais – Ivone de Fátima, Marli Nascimento e Josefa Almeida.

Enquanto o aprendizado na utilização e manutenção das bombas e cisternas é adquirido através dos cursos de formação (GAPA's e SISMA's), a instrução na condução e no pastoreio do gado faz parte de uma herança transmitida geração após geração. O trabalho abrange vastos territórios: quando muitas mulheres estão se deslocando, elas não estão apenas cruzando os limites físicos de suas propriedades, mas também as fronteiras de gênero, ocupando-se de atividades consideradas tipicamente masculinas. A tarefa é importante para toda a família e tem continuidades significativas com as técnicas ‘botar água’ e ‘cozinhar’, já que muitos animais serão abatidos e preparados como alimento servido à mesa, atividade que permanece ainda praticamente exclusiva às mulheres.

As técnicas corporais no contato cotidiano com a água podem ser agrupadas organicamente. No mosaico a seguir, os espaços deixados em branco poderiam ser preenchidos com inúmeras outras técnicas corporais desempenhadas pelas participantes em seus cotidianos. As técnicas selecionadas são apenas uma parte de um todo que busquei compreender como significativa para uma análise sobre a relação das mulheres com a água.

Quadro 03 – Mosaico de Técnicas Corporais Cotidianas Agrupadas Organicamente



5.3 VIDEO-FEEDBACK COM MARLI MORAIS



Fotograma 39 – Video-Feedback com Marli Moraes

Não é tão importante pra mim como quem tá vendo lá fora, o que que eu tava contando aqui, não é mesmo? Adorei! Ai meu Deus do Céu, alguém vai ver e vai dizer: “Que velha sabida!”. Assim mesmo, criada matuta sem saber de nada, né? Tem pouco estudo. Estudei muito pouco, mas e... mas eu não vi ‘Seu’ [Sr.] Natércio [o esposo] na gravação, ele não conversou tanto? (MARLI MORAIS)

A pesquisa piloto desenvolvida em Caiana resultou na edição de um pequeno vídeo-documentário com aproximadamente oito minutos de duração. As imagens registradas fazem parte do cotidiano de Marli Moraes e passaram a integrar o banco de dados da pesquisa. A continuidade do estudo em Soledade me permitiu realizar uma sessão de *vídeo-feedback*, retornando as imagens coletadas à entrevistada, observando as impressões e interpretações da participante sobre seus próprios depoimentos.

As imagens foram exibidas em um computador portátil. Marli Moraes assistia atentamente, quando se deparou com sua imagem na tela, sua primeira observação foi em relação ao vestido que estava usando, pois era o mesmo da ocasião do nosso primeiro encontro. No decorrer da apresentação do vídeo, Marli riu e se emocionou, ao término ela lembrou que durante a vida já passou por muito sofrimento, mas que se houvesse uma fonte de água para nunca faltar, ela seria a pessoa mais feliz do mundo, pois seria rica. A riqueza para Marli está associada ao acesso permanente à água, sem maiores dificuldades para o desempenho das suas tarefas cotidianas.

A sessão de *vídeo-feedback* foi particularmente importante não apenas pelo retorno das imagens em si, mas pela dupla dimensão do reconhecimento que pretendemos ao mostrar os saberes e experiências narrados pela participante. O propósito se confirma em suas próprias palavras “Não é tão importante pra mim como [pra] quem tá **vendo** lá fora, o que que eu tava **contando** aqui, não é mesmo?” (Marli Moraes), destacando a importância da dimensão

audiovisual na pesquisa em fazer ver e ouvir suas práticas/técnicas corporais no trabalho cotidiano em contato com a água. O vídeo-*feedback* suscita, deste modo, uma dupla dimensão do reconhecimento, pois além de permitir à entrevistada se reconhecer naquilo que mostrou e disse, busca nos olhos de quem vê e ouve o reconhecimento de uma inesgotável fonte de sabedoria associada ao trabalho.

Nesta pesquisa, o documentário em meio audiovisual é considerado um importante veículo de comunicação contra-hegemônico, especialmente pela possibilidade de autorepresentação da entrevistada; pela condição de agenciamento, por protagonizar a sua própria história; por se traduzir, fazendo valer dos seus gestos e expressões, tanto verbais quanto corporais, para comunicar suas dificuldades, conquistas e desafios, para se indignar e expressar a sua revolta em relação à opressão de gênero no trabalho e na sociedade. Embora as análises retornem ao domínio do *lógos* – a centralidade de quase todas as análises no paradigma das epistemologias ocidentais – estas não podem ser desvinculadas do audiovisual.



Fotograma 40 – Marli e Natércio Moraes

Por fim, ao concluir a sessão de vídeo-*feedback*, Marli Moraes me questionou não ter visto o esposo no vídeo, reclamando a sua participação. Expliquei-lhe que o objetivo estava centrado em estudar apenas o trabalho das mulheres no dia a dia com a água, especialmente pelo agravamento do cenário de escassez na região. Marli acredita que a pesquisa também deveria ter contemplado os homens, para saber o que eles conversam, o que eles dizem, para saber como é a vida deles e o que eles já sofreram. Compreendi que a sua reclamação não

estava apenas vinculada à ausência do marido, dado que ele fora cortado na edição, sua preocupação também acusava ser necessário conhecer o universo cotidiano dos homens, reconhecendo as suas dificuldades na vida. Este dado é bastante interessante, pois revela que, em sua autorepresentação, Marli não dispensa a parceria vivida com o cônjuge. Isso não significa uma representação na ‘sombra’ do marido, mas o reconhecimento das dificuldades vividas lado a lado com o esposo em família. Antes de deixar Soledade, entreguei a Marli, através de sua filha Sylvania Moraes, duas fotografias dela com o esposo na frente da casa, lembrança do nosso primeiro encontro em Caiana.

5.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo das técnicas corporais elencadas como categorias de análise sobre o cotidiano de mulheres em contato com a água nos permitiu identificar que a água é a principal base material para o trabalho das participantes da pesquisa, conforme previsto nas abordagens teóricas (eco)feministas (MIES; SHIVA, 1993; MARCONDES, 2010). A importância da água é destacada inúmeras vezes, tanto durante as entrevistas, quanto na demonstração das técnicas corporais pelas participantes: “Se não faltasse água aqui, nós vivia no céu, nós vivia feliz”, lembra Marli Moraes; “Tudo que a gente vai fazer de dona de casa carece d’água”, afirma Ivone de Fátima; “É... porque as mulheres... tudo é água, né? Tudo que a gente faz é com água, né?”, explica Maria.

Deste modo, o trabalho de buscar água recai quase sempre sobre as mulheres, seja nas fontes mais distantes, com o auxílio de animais de carga ou com a lata sobre a cabeça, e mesmo ao lado de casa, com o uso de carrinhos de mão. A coleta de água pode ser considerada uma atividade do ‘gênero vernacular’ (ILLICH, 1990), dado que sempre foram as mulheres, mesmo antes das cisternas, as principais responsáveis por buscá-la e armazená-la em baldes, vasilhas e tambores, ou com os recipientes que tivessem à mão. Este dado ficou

claro desde os relatos obtidos em Pirpirituba-PB, durante a pesquisa piloto em Soledade-PB e na enquete exploratória realizada em Lagoa Seca-PB.

Ao longo do estudo, a análise de técnicas corporais femininas em contato com a água revela que o trabalho cotidiano das mulheres transborda as fronteiras de gênero (*borderlands*) estabelecidas entre o trabalho produtivo masculino e o trabalho doméstico reprodutivo feminino (ANZALDÚA, 1987). Em síntese, as mulheres do campo não trabalham apenas em casa, ou nos seus arredores, elas também trabalham no roçado, do plantio à colheita; e nos currais, ordenhando vacas e tangendo o gado para o pasto. Durante as secas, elas trabalham para além da propriedade, buscam água longe e lavam roupas em açudes e cacimbas; o trabalho produtivo diminui, mas o trabalho reprodutivo intensifica, especialmente pelo reuso das águas servidas.

Então, as mulheres fazem todo o tipo de trabalho, produtivo e reprodutivo. Ao contrário, a participação dos homens nos trabalhos domésticos, é ainda muito incipiente. No passado, Maria de Fátima acredita que esse “preconceito” era mais presente: “Porque quando era serviço de casa os meninos não faziam não, porque era serviço de mulher, [...]”, ela explica. Hoje, ela reconhece a participação dos netos nos trabalhos domésticos, mas acredita que há ainda muito espaço para os homens ajudarem a fazer o chamado “serviço de mulher”. No decorrer da vida, as mulheres acumulam ainda os papéis de esposa e mãe, sobrecarregando seus cotidianos com responsabilidades familiares com a casa e os filhos, Marli Morais explica:

A responsabilidade da mulher é maior do que a do homem, muito, muito! Porque a mulher, a moça casa, toma conta da casa, mais tarde vem se os filhos, aí aumenta a responsabilidade, lá vem cuidar do marido, e fica cuidando dos filhos... é uma luta, a luta dobra e você não tem... paz... e só quando vai dormir, as vezes já vai dormir pensando se aquela criança chorar com fome você já vai adiantar pra dar aquele alimento praquela criança terminar a noite sossegada, né? (MARLI MORAIS)

Os trabalhos produtivos e reprodutivos mantêm entre si uma relação de complementaridade e dependência. Isso significa, por exemplo, que o trabalho reprodutivo na

cozinha depende do trabalho produtivo nos roçados; este, por sua vez, depende do alimento servido à mesa para o desempenho das tarefas no campo. Em ambos os trabalhos, a água é imprescindível para a sua realização, “[...] porque se a pessoa não tiver água, nem come, nem cozinha!”, afirma Ilda Henriques. A relação das mulheres com a água estão entrelaçadas, conforme busquei esboçar em um mosaico de técnicas corporais cotidianas agrupadas organicamente.

Um outro aspecto observado é a simultaneidade com que tarefas produtivas e reprodutivas são realizadas. Tive a oportunidade de entrevistar mulheres que, ao mesmo tempo em que me cediam parte do seu precioso tempo, cuidavam de seus filhos/as e netos/as; atentas ao chiado da panela de pressão, mostravam-me a horta, aproveitavam para aguar os canteiros e me explicar que aquela produção era importante para sustento da família; não apenas porque lhes permitia a subsistência familiar, mas também porque o excedente era levado à feira, possibilitando-lhes alguma renda extra.

O estudo deixou claro que a participação das mulheres nas reuniões promovidas pelos sindicatos rurais e associações comunitárias não significa que elas tenham algum tempo livre; ao contrário, isso implica que elas tenham que acordar ainda mais cedo e dormir ainda mais tarde. Antes de sair, elas limpam a casa e deixam a comida pronta. Ao retornar, a pia da cozinha está repleta de louça para lavar; o trabalho continua, é preciso deixar tudo limpo e organizado para recomençar a luta no dia seguinte, seus esforços permanecem quase sempre invisíveis como obrigação ‘natural’ da mulher ou essência feminina.

No processo de implementação das cisternas as mulheres participam principalmente na cozinha, elas trabalham para alimentar o pedreiro, os serventes e a família durante quase 15 dias. Às 7 horas da manhã, o café com bolacha é servido; às 9 horas, a colação é geralmente um cuscuz com ovo e leite; em seguida o almoço ao meio-dia, sempre variado; novamente o café da tarde e por fim, o jantar é oferecido àqueles(as) que dormem na casa

para recomeçar o trabalho no dia seguinte. Frequentemente, nas famílias mais pobres, elas se juntam também na empreitada direta com a obra, virando massa ou carregando tijolos, já que não podem pagar por um servente. Algumas também passam por capacitação e aprendem a construir as cisternas, são assim chamadas ‘cisterneiras’.

Na prática, a principal mudança propiciada pelas cisternas pode ser identificada pelo aumento da capacidade de armazenamento, garantindo água para o consumo direto por mais tempo próximo à casa. As ‘novas’ tecnologias mudam apenas a relação instrumental com a água, o que não muda é o primeiro destes instrumentos necessário ao cumprimento das tarefas cotidianas – o corpo feminino. As técnicas corporais foram reajustadas para o cumprimento das ‘tarefas do lar’; os instrumentos secundários, a frequência e a sazonalidade sofreram alterações; depois das cisternas, temos, respectivamente, os seguintes exemplos: a lata d’água na cabeça e o jumento foram substituídos pelo carrinho de mão (instrumentos secundários); a tarefa ‘botar água’ deixou de ser um compromisso diário (frequência); as dificuldades encontradas durante o período das secas foram sensivelmente reduzidas (sazonalidade), embora mantenham-se em grande parte como compromisso das mulheres, dando sequência a inúmeras outras atividades interconectadas ciclicamente.

Embora as cisternas, barreiros e poços tenham diminuído as distâncias percorridas em busca de água, as mulheres continuam ainda responsáveis pelas mesmas tarefas domésticas, incluindo o trabalho de ‘botar água’ em casa; trata-se de um encadeamento cíclico e orgânico de técnicas corporais: a água para beber e cozinhar elas buscam na cisterna, coam no filtro e reservam nos potes de barro na cozinha, uma parte é colocada na geladeira; a água utilizada para lavar louças e roupas elas reaproveitam para regar as plantas e para o chiqueiro, pois os porcos servirão de alimento no futuro próximo; no banheiro, elas também armazenam água em tambores, facilitando a higiene de toda a família. Enfim, o trabalho cotidiano das mulheres não reserva folgas, nem mesmo aos domingos.

O cenário de escassez de água e recursos continua a impor desafios significativos para o cotidiano das mulheres. A reutilização das águas servidas é imprescindível durante os regimes de estiagem, em diversas ocasiões, elas relataram improvisar criativamente alguma forma de irrigação por gotejamento, reciclando materiais que pudessem ser úteis na manutenção da umidade ou impermeabilização de parte do solo para a salvaguarda da produção. E ainda, mesmo com o suporte das cisternas, durante o período das secas, muitas mulheres continuam a buscar água nos barreiros, preocupadas em armazená-la em reservatórios cobertos, evitando que se evapore.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo ao propósito inicial desta pesquisa – o de investigar a relação mulheres e água no cotidiano e nos projetos para o desenvolvimento de suas comunidades – este estudo nos permitiu examinar a relação mulheres e água como uma relação não-essencial, ou seja, a proximidade das mulheres com o elemento natural água não corresponde a uma essência ou natureza feminina. A associação das mulheres com a água deve ser compreendida como uma relação de trabalhos: produtivos, nos currais e roçados, e reprodutivos, no encadeamento cíclico e interminável de técnicas corporais.

As tarefas desempenhadas por mulheres no contato cotidiano com a água fazem parte da divisão social do trabalho entre os sexos. No entanto, isso não significa que essa divisão seja insolúvel ou rígida. Enquanto a participação dos homens nos trabalhos domésticos reprodutivos permanece ainda muito restrita, com limites bem definidos; o trabalho cotidiano das mulheres em contato com a água transborda as fronteiras da casa e dos seus arredores, indicando que as mulheres estão em todos os espaços da propriedade rural.

Todavia, a participação das mulheres nos trabalhos considerados produtivos é invisibilizada ou omitida como simples ‘ajuda’ ao marido; por ameaçar a autoridade do homem sobre o campo e, ao mesmo tempo, assegurar a esfera da casa e dos seus arredores como espaço único e exclusivo para o desempenho das tarefas consideradas reprodutivas, e portanto, tradicionalmente ‘femininas’. A metáfora da ‘mulher-macho’ nos possibilitou flexibilizar ideias de pontos de vista hegemônicos, questionando e dissolvendo as dicotomias e hierarquias estabelecidas entre atividades produtivas e reprodutivas, (re)negociando identidades de gênero na construção de papéis considerados femininos e masculinos.

A colonialidade de gênero nas relações entre mulheres e água, tanto nos seus cotidianos, quanto nos projetos para o desenvolvimento de suas comunidades, reside no fato de boa parte dessas relações se manterem enquanto tarefas exclusivamente femininas,

interpretadas como essência ou natureza das mulheres. A ideia de uma consciência opositiva e diferencial, ou de uma consciência mestiça situada nas fronteiras e nas margens, nos permitiu deslocar o olhar para uma relação de trabalho cíclico e interminável, diário e compulsório, invisível ou fantasma, não reconhecido e não valorizado.

A proposição de um estudo sobre mulheres camponesas latino-americanas, brasileiras do semiárido nordestino não esgota a multiplicidade de universos ou as diferentes maneiras de ser/conhecer entrelaçadas pela raça/cor de pele, classe social, pertencimentos diversos a outras culturas e contextos locais. Contudo, os acréscimos que observamos nas tarefas cotidianas não devem ser ignorados. A análise sobre técnicas corporais femininas em contato com a água nos permitiu refletir sobre as diversas invisibilidades sociais implícitas em uma proposição que reforça a naturalização das mulheres e, conseqüentemente, as tarefas que lhes são atribuídas em seus cotidianos. Esta naturalização trata da cultura dominante e de suas próprias pressuposições.

Talvez, a maior dessas invisibilidades sociais se refira ao trabalho doméstico, discussão persistente nos movimentos feministas de diferentes vertentes. O discurso da homogeneização em torno do trabalho feminino se funda sobre a própria ideia de ‘natureza’ da mulher, ou seja, no que seria sua ‘essência’, mesmo se admitirmos que esta natureza foi engenhosamente construída. Torna-se necessário compreender que nesse discurso da ‘natureza’ das mulheres está implícita uma hipótese: a de que os corpos das mulheres é destinado principalmente à reprodução da espécie. Conseqüentemente, a mulher é destinada ao papel de geradora e cuidadora que favorece a produção de um trabalho invisível, como as tarefas domésticas, coisas que ‘só uma mulher sabe fazer’ (D’ÁVILA NETO; NAZARETH; 2005).

Na obra ‘A sociedade do Risco’, Ulrich Beck (2001) chama a atenção para o fato de que a sociedade industrial trouxe a contramodernidade no seio da própria modernidade, o que

se reflete no trabalho atribuído às mulheres, invisível, mas indispensável à manutenção e ao funcionamento da sociedade industrial. Este fato marca os limites entre o masculino e o feminino, dentro da família nuclear, a partir do momento quando o exercício da atividade profissional masculina se apoia diretamente sobre o trabalho doméstico feminino. Enquanto a produção segue as leis do mercado, em que as relações de trabalho são de natureza contratual, na esfera doméstica as relações são chamadas por Beck de ‘comunitarismo coletivo e familiar do casal’. Segundo ele, uma reivindicação por igualdade é impossível, a partir do momento em que as estruturas socioeconômicas dispõem de uma base desigual como condição *sine qua non* de sua existência (D’ÁVILA NETO; NAZARETH; 2005).

Importante ressaltar que a conotação dada às atividades domésticas das mulheres, como naturais ou próprias da natureza feminina não pode ser somente explicada pela sua descrição materializada. Quando os homens cozinham, que seja enquanto lazer ou profissão, eles podem se tornar grandes chefes, sem que uma etiqueta de atividade feminina lhes seja dadas. Quando as mulheres executam as mesmas tarefas, fora do contexto de uma atividade profissional, tendo por objetivo a subsistência do lar, ou mesmo ao cuidar de crianças, ou de pessoas idosas, estas atividades têm uma característica peculiar ‘natural’ para as mulheres. Não há qualquer prestígio associado à realização destas tarefas, mas, ao contrário, o fato de constatar sua ausência ou sua má realização, torna-se uma ‘questão moral’ de desaprovação social.

A mulher continua sendo considerada naturalmente como alguém que deve ser a cuidadora e é esta característica que lhe confere o caráter ‘natural’ de suas tarefas, ponto importante que nos leva a compreender não só as queixas das “feministas do Sul” contra a homogeneização do ‘feminismo ocidental branco’, mas também o silêncio nos projetos de desenvolvimento em relação às dimensões de gênero que, quando mencionadas, o fazem para

preservar o que Ivan Illich (1990) conceitua como gênero vernacular. Subverter essa ordem é ainda um longo caminho a ser percorrido.

A associação de gênero nos projetos para o desenvolvimento, com foco em questões do meio ambiente, não levaria sozinha à reestruturação de papéis tradicionais das mulheres nem mesmo a um processo de desenvolvimento com um significado ético libertário, como propõe Amartya Sen (2010), prêmio Nobel 1998, em seu *best-seller* ‘Desenvolvimento como Liberdade’. Ao contrário do que supõem as agências de auxílio para o desenvolvimento, a implementação de tecnologias sociais não implica processos participativos e/ou equitativos, resultando em maior tempo livre para que as mulheres possam desfrutar algum descanso ou investir na sua educação.

No que diz respeito aos postos de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento dos chamados ‘recursos’ hídricos, falta insistir para que as mulheres, especialmente as pobres e marginalizadas, tenham algum espaço representativo nas instâncias decisórias que terão reflexos imediatos em seus cotidianos. Por enquanto, a participação delas é ainda muito restrita. Elas se deslocam para as associações comunitárias, muitas vezes representado seus maridos; participam das reuniões para serem contempladas como beneficiárias de tecnologias sociais para o desenvolvimento de suas comunidades – o que nem sempre se traduz como desenvolvimento para as mulheres.

No estudo analisado, embora as cisternas tenham diminuído as distâncias na luta para ‘botar água’, isso não significa que hoje elas gozam de algum tempo livre para o descanso ou lazer; na realidade, o tempo que lhes sobra é novamente empregado na realização de um novo serviço. As ‘novas’ tecnologias sociais – embora tenham trazido inúmeros benefícios para as comunidades rurais como um todo, facilitando o acesso à água potável para o consumo humano – não são capazes de alterar o esquema de dominação e opressão vivido por muitas

mulheres em seus cotidianos; ao contrário, a limpeza e manutenção periódica das cisternas somam como mais uma técnica executada.

No mundo e na vida cotidiana, as ideologias de dominação colonial/patriarcal persistem dissincronicamente de modo considerável, com reflexos em discriminações e desigualdades de todo tipo contra as mulheres. Na lógica do desenvolvimento, as mulheres são agricultoras invisíveis; não apenas nos seus cotidianos, dissimulado como ‘ajuda’; mas também em inúmeros projetos e programas globais que insistem em considerá-las como destinatárias de tecnologias sociais para o desenvolvimento de suas comunidades, rejeitando qualquer noção de agenciamento.

Os modelos globais de desenvolvimento conduzidos ao ‘Terceiro Mundo’ passaram a significar novos modos de colonizar as mulheres e a natureza: - as mulheres por invisibilizá-las, explorando a sua força de trabalho no desempenho de técnicas corporais produtivas e reprodutivas; - a natureza por travesti-la sob o discurso do meio ambiente, pelo uso intensivo de produtos químicos e sua conseqüente destruição. Os programas para o desenvolvimento têm resultado no agravamento das condições de vida para muitas mulheres, tanto pela destruição da natureza, quanto pela sua sobrecarga de trabalho.

No âmbito dos Programa ‘Água para Todos’, a implementação de tecnologias sociais analisadas nesta pesquisa, notavelmente através do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), identificamos uma preocupação ativa em defesa da natureza e da agroecologia, conscientizando as famílias beneficiárias das ‘novas’ tecnologias para os riscos do uso do agrotóxico na agricultura familiar; a rejeição da implementação de cisternas em polietileno também pode ser considerada uma importante iniciativa em prol da natureza. No processo de cadastramento das referidas tecnologias, as mulheres são priorizadas, contribuindo sensivelmente para reduzir discriminações e preconceitos de gênero na implementação do programa. Todavia, a dominação e exploração

do trabalho feminino ‘invisível’ permanece ainda como um desafio ou obstáculo cultural para o desenvolvimento das mulheres.

Uma análise psicossociológica indica rupturas e continuidades – apesar das conquistas alcançadas, as mulheres são ainda as principais encarregadas das mesmas tarefas cotidianas de antes, notavelmente, todo o trabalho nos cuidados com os filhos e a família nos afazeres domésticos: ‘botar água’, incluindo buscá-la, tratá-la e armazená-la; cozinhar e lavar louças; limpar a casa e lavar roupas – reutilizando a água sempre que possível; abastecer os banheiros com água para higiene pessoal, facilitando o acesso a toda a família; regar plantas e dessedentar animais; além da limpeza, manutenção e salvaguarda das cisternas e reservatórios de água. As mulheres são uma inesgotável fonte de trabalhos cotidianos em contato com a água; as mulheres são uma fonte que nunca seca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, A. **Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (desa)fos da história.** Recife, 2008. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

_____. “Mulher-Macho, Sim Senhor!”: história e literatura na construção de um corpo ambíguo. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, n. 7, 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 1-7.

AB’SÁBER, A. N. Dossiê Nordeste Seco. **Estudos Avançados** [Online], Universidade de São Paulo, v. 13, n. 36, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a02.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

AESA. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. **Regimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.** 2009. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/comites/paraiba/arquivos/Regimento_CBH-PB.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2012.

ALVES, J. **História das Secas (Século XVII a XIX).** Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Fundação Vingt-Un Rosado / Coleção Mossoroense. 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/195292902/Livro-Joaquim-Alves-Historia-das-Secas>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

AMADO, J. **Gabriela, Cravo e Canela.** 85. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.** 2013.

_____. **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro.** 2012.

ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas** [Online], Florianópolis, v. 13, n. 3. set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104-026X2005000300015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 06 nov. 2013.

_____. **Borderlands / La Frontera: The New Mestiza.** Aunt Lute Books: San Francisco, California, 1987.

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias.** Lisboa: Teorema, 2004.

ARFUCH, L. **La entrevista: una invención dialógica.** Paidós Estudios de Comunicación 34. Buenos Aires – Barcelona – Mexico. 2010a. ISBN 978-950-12-2734-5.

_____. **El espacio biográfico: dilema de la subjetividade contemporânea.** Ed Fondo de Cultura Econômica, 2010b. ISBN: 978.960.557.504-6

ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. Cisternas de plástico PVC: somos contra! [**Boletim Online**]. 2012. Dados disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Declaração do Semiárido Brasileiro. [Recurso Online]. Dados disponíveis em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2013.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **Post-Colonial Studies: the key concepts**. 2nd ed. London and New York: 2007.

ATLAS.TI.Version 5: The Knowledge Workbench, 2005. [Online Version].

BADEN, S. Gender, Governance and the Feminization of Poverty. In: **Women's Political Participation and Good Governance: 21st Century Challenge**, UNDP, 2000. p. 27-40.

BAHRI, D. Le Feminisme dans/et le Post-Colonialisme. In: LAZARUS, N. (Org.) **Penser le Post-Colonial: une Introduction Critique**. Paris: Amsterdam, 2006.

BALLMER-CAO, T.; MOTTIER, V.; SGIER, L. **Genre et politique: débats et perspectives**. Gallimard: Paris, 2000.

BANER, M.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BANCO MUNDIAL. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012: igualdade de gênero e desenvolvimento**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2012.

BAR ON, B. Marginality and Epistemic Privilege. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. (Eds.). **Feminist Epistemologies**. New York: Routledge, 1993. p. 83-100.

BECK. U. *La Société du Risque- Sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Aubier, 2001.

BENHABIB, S. O declínio da soberania ou a emergência de normas cosmopolitanas? Repensando a cidadania em tempos voláteis. **Civitas**, Porto Alegre. v. 12, n. 1, p. 20-46, jan.-abr. 2012

_____; CORNELL, D. (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BHABHA. H. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRAIDOTTI, R. **Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada**. Barcelona: Gedisa, 2004.

_____. **Sujeitos Nômades**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

_____. Towards sustainable subjectivity: a view from feminist philosophy. In: BECKER, E.; JAHN T. (Eds.). **Sustainability and the social sciences**. New York: Zed Books Ltda., 1999.

_____; CHARKIEWICZ E.; HAUSLER S.; WIERINGA S. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável: para uma síntese teórica**. Lisboa: Instraw/Instituto Piaget, 1994.

BRANCO, A. de M.; SUASSUNA, J.; PICCHIONI, S. A. **A importância de gênero no contexto da captação da água de chuva:** uma breve reflexão. 4º. Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva. Petrolina, Jul. de 2003.

BRANCO, A. de M. **Mulheres da seca:** luta e visibilidade numa situação de desastre. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 2000.

BUCKINGHAM-HATFIELD, S. **Gender and Environment.** Routledge: London, 2000.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; Tradução da Introdução Gênesse Andrade. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Ensaio Latino-americanos, 1)

_____. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Tradução: Maurício Santana Dias. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 2006.

CAP-NET, GWA. The International Network for Capacity Building in Integrated Water Resources Management / Gender and Water Alliance. **Why gender matters:** a tutorial for water managers. 2006.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Ed.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano:** 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a.

_____. **A invenção do Cotidiano:** 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

CGEE. **Publicações (2008-2010)** [recurso eletrônico]. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

_____. **A questão da água no Nordeste** [recurso eletrônico]. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas:** políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco Nacional do Nordeste do Brasil, 2007.

CHATTERJEE, P. **La nación en tiempo heterogéneo:** y otros estudios subalternos. 1a. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

CLARKE, R. T.; KING, J. **O atlas da água.** Tradução: Anna Maria Quirino. São Paulo: Publifolha, 2005.

CORONIL, F. Les Etudes Post-Coloniales Latino-Americains. In: LAZARUS, N. **Penser le Post-Colonial.** Paris: Amsterdam, 2006.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, fev. 2006, pp. 117-134 (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Brasil). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10706007>>. Acesso em: 10 de mai. 2010.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2005.

D'ARRUDA, G. Sabão em mão de lavadeira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, v. 103, p. 213-224, 2008.

D'ÁVILA NETO, M. I.; REVOLLO, C. Desplazamiento y “nuevas” identidades en la migración. **Revista Tramas**. Subjetividad y Procesos Sociales, n.37, Universidad Autónoma Metropolitana, p.13-31, 2012.

D'ÁVILA NETO, M. I.; NAZARETH, J. Laboratório de Imagens: tecendo o desenvolvimento das comunidades e das possibilidades de utilização da imagem em pesquisas participativas. In: GOUVÊA; A. de P. **Cine Imaginarium: imaginário e estética: da arte de fazer psicologia, comunicação e cinema**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud : Ed. PUC-Rio: FAPERJ, 2008.

D'ÁVILA NETO, M. I.; BAPTISTA, C. M. A. Páthos e o sujeito feminino: considerações sobre o processo de construção narrativa identitária de mulheres de grupos culturalmente minoritários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 2, p. 2-10, 2007.

D'ÁVILA NETO, M. I.; NAZARETH, J. Globalization and Women's Employment. **Peace Review** (Palo Alto, Calif.), v. 17, n. 2-3, p. 215-220, 2005.

D'ÁVILA NETO, M. I. La Participation Ambiguë. **Courrier de la Planète**, v. 74, n.4, p. 41-43, 2004.

_____. **As Bordadeiras – Les brodeuses** – Soustitres en français, anglais, espagnol, 39', UNESCO(Trajectorie d'une association de brodeuses à l'intérieur du Brésil; recherche de Inácia D'Ávila), commanditée par l'UNESCO pour le matériel de formation de agents communautaires publié on line sous le titre Participation et Développement - Nouvelles Stratégies, Anciens Défis, 2002. (Voir le site de la Chaire UNESCO du Développement Durable <www.eicos.psychology.ufrj.br>)

_____. Ecofeminismo: horizontes contemporâneos. **Documenta**. Eicos/UNESCO/UFRJ. Rio de Janeiro, n. 8, p.9-25, 1997.

_____. Mulheres, Cultura e Desenvolvimento. In: D'ÁVILA NETO, M. I. (Org.). **Desenvolvimento Social: desafios e estratégias**. Rio de Janeiro: UNESCO CHAIR/UFRJ/FINEP, v. 2, p. 203-226, 1995a.

_____. As representações do corpo feminino na sociedade brasileira contemporânea. **Psicologia & Práticas Sociais**, v. 1, n. 4, p. 91-98, 1995b.

_____. **O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artes & Contos, 1994.

_____. Enquete participativa com mulheres desfavorecidas e sua concepção sobre o desenvolvimento cultural. **Revista Fórum Educacional**, v. 2, n. 4, 1987. p. 56-70.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEL PRIORE, M. **Conversas e histórias de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

_____. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. DERRIDA, J. Racism's Last Word / Le Dernier Mot du Racisme. Trad. Peggy Kamuf. **Critical Inquiry**. The University of Chicago. v. 12. autumn 1985.

DEVREUX, A. Sociologie contemporaine et re-naturalisation du féminin. In: GARDEY, D.; LOWY, I (Orgs.) **Les sciences et la fabrication de féminin et du masculin**. Paris: Archives contemporaines, 2000.

DIEGUES, A. C. Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Ministério do Meio Ambiente, 2005.

DUQUE, J. G. **Solo e Água do Polígono das Secas**. 6ª. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004a. 334p.

_____. **O Nordeste e as Lavouras Xerófilas**. 4ª. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004b. 330p.

_____. **Perspectivas Nordestinas**. 2ª. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004c. 424p.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Trad. Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2007.

_____. **Más allá del Tercer Mundo**. Globalización y Diferencia. Bogotá: ICANH, 2005a. ISBN 958-8181-36-4

_____. Depois da Natureza: passos para uma ecologia política antiessencialista. In: PARREIRA, C; ALIMONDA, H. **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005b.

_____; HARCOURT, W. Practices of difference: introducing women and the politics of place. **Women and the politics of place**. Bloomfield, CT: Kumarian Press, 2005.

_____. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidade/colonialidade latinoamericano. **Tábula Rasa**, n.1, p. 58-86. 2003.

_____. **El final del salvaje**: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Bogotá: ICANH, CEREC, 1999

FALCI, M. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FALQUET, J. Ecoféminisme: naturalisme ou révolution? In: MARCONDES, L. (Coord.). **Eau et féminismes: Petite histoire croisée de la domination des femmes et de la nature.** Paris: La Dispute. 2010. ISBN: 978-2-84303-215-8

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Traduzido por Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. Reproduction et lutte féministe dans la nouvelle division internationale du travail. **Revue Periode** [Online]. Disponível em : <<http://revueperiode.net/reproduction-et-lutte-feministe-dans-la-nouvelle-division-internationale-du-travail/>>. Acesso : 17 abr. 2014.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.** Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 245-282.

FUNARI, V.; DE LA TORRE, S. **Maquilapolis: city of factories.** In V. Funari et De La Torre (Producer), POV: WKMJ. 2006.

FURTADO, C. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado.** (Entrevistado por Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GARDEY, D.(Org.) **L'Invention du naturel: les Sciences et la fabrication du Féminin et du masculin.** Paris: Ed. des Archives Contemporaines, 2000.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.** Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZAGA, L.; TEIXEIRA, H. [Compositores]. Paraíba. In: GONZAGA, L.; TEIXEIRA, H. **Meus Sucessos com Humberto Teixeira.** Rio de Janeiro: RCA Camden, 1968. LP. Faixa 07.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, mar. 2008. P. 115-147.

HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HARAWAY, D. A cyborg Manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: **Semians, cyborg and women: the reinvention of nature.** New York: Routledge, 1991. p. 149-181.

_____. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3. Autumn, 1988. p.575-599.

HARCOURT, W. (Org.). **Feminist perspectives on sustainable development.** London and New Jersey: Zed Books Ltd., 1997.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009. p. 24-41.

_____.; LABORIE, F; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Coord.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaire de France, 2003.

HOOKS et al. **Otras inapropiables**. Traducción de María Serrano Gimenez et al. Madrid: Traficantes de Sueños. 2004. ISBN: 84-932982-5-5

IBGE CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 10 set. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2013

_____. **Censo demográfico 1991**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2013

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. SANTANA, Marcos Oliveira (Org.). **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil**. MMA, Secretaria de Recursos Hídricos. Universidade Federal da Paraíba. Brasília: MMA, 2007.

ICWE. International Conference on Water and the Environment. **The Dublin Statement on Water and Sustainable Development**. 1992.

ILLICH, I. **El género vernáculo**. Traducción de Leonor Corral. México, D.F.: Editorial Joaquín Mortíz, S. A. de C. V., 1990.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa Nacional de Reforma Agrária**. 2012. Dados disponíveis em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2014.

INSA. Instituto Nacional do Semiárido. **Nova delimitação do Semiárido brasileiro**. 2012. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010 (Dados extraídos a partir do XII Recenseamento Geral do Brasil).

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 4^o**. Relatório Nacional de Acompanhamento – Brasília: Ipea, 2010.

JAGGAR, A.; BORDO, S. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

JOSEPH, R. L'eau et les femmes dans la division du travail: de la corvée à l'esclavage domestique. In: MARCONDES, L. (Coord.). **Eau et féminismes: Petite histoire croisée de la domination des femmes et de la nature**. Paris: La Dispute. 2010. ISBN: 978-2-84303-215-8

KERGOAT, D. Le Rapport Social de Sexe de la Reproduction des rapport sociaux à leur subversion. In: BIDEET, A. **Les rapports sociaux de sexe**. Paris: PUF, collection Actuel Marx, 2010, p. 60-75.

_____. Division Sexuelle du Travail et Rapports Sociaux de Sexe. In: HIRATA et al. (Coord.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaire de France, 2003.

KING, Y. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Ed.). **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **La fabrique du sexe: essai sur le corps et le genre en Occident**. Paris: Gallimard, 1992.

LAZARUS, N. (Org.) **Penser le Post-Colonial: une Introduction Critique**. Paris: Amsterdam, 2006.

LUGONES, M. Toward a decolonial feminism. **Hypatia**. v. 25, n. 4. 2010.

_____. Heterosexualims and the Colonial / Modern Gender System. **Hypatia**. v.22, n.1, p.186-209, 2007.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **[Boletim Online]**. 2013. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

MARCHA Mundial das Mulheres. L'eau est un bien commun de l'humanité. **L'accès à l'eau de qualité est un droit de toutes et tous**. **[Boletim Online]** Disponível em: <<http://www.marchemondiale.org/themes/biencommun/agua2012/fr>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MARCHAND, M.; PARPAT, J. (Orgs.). **Feminism, Postmodernism, Development**. London / New York: Routledge, 1995.

MARCONDES, L. (Coord.). **Eau et féminismes: petite histoire croisée de la domination des femmes et de la nature**. Paris: La Dispute. 2010. ISBN: 978-2-84303-215-8

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 399-422.

MELLO, M. T. V. B. de. Os usos da imagem nas Ciências Sociais. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, 1999. p. 214-219.

MELO, H. P. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago de Chile: Cepal, 2005.

MELO, L. A. Relações de Gênero na Convivência com o Semi-árido Brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: **II Congresso Iberoamericano sobre Desarrollo y Medio Ambiente**, 2005, Puebla - México, 2005.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida Severina**; e, Outros poemas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MENDONZA, B. Transnational feminisms in question, **Feminism Theory**, Sage Publications, v. 3, n. 3, 2002.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Tradução: Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MEZZADRA, S. (Org.). **Estudios postcoloniais**. Ensayos fundamentales. Madri: Queimadas Gráficas, 2008.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Piaget, 1993.

MIES, M. What unites, what divides women from the south and from the north in the field reproductive technologies? **Documenta**, Rio de Janeiro: EICOS/UFRJ, v. 1, n. 1, 1993.

_____. Towards a methodology for feminist research. In: BOWLES, G.; KLEIN, R. D. (Eds.). **Theories of Women's Studies**. London: Routledge, Kegan & Paul, 1983.

MIGNOLO, W. La opción descolonial. **Letral**, n. 1, ano 2008.

_____. **The Idea of Latin America**. United Kingdom: Blackwell Publishing. 2005.

_____. **Histórias locais/projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. Diferencia colonial y razón postoccidental. In: CASTRO-GÓMEZ, S (Edit.). **La reestructuración de las ciencias sociales en America Latina**. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales y Culturales. Colección Pensar. 2000.

MILLS, P. J. Feminism and ecology: on the domination of natures. In: WARREN, K.; COLLEGE, M (Coord.). **Hypatia**: a jornal of feminist philosophy. Special Issue (Ecological Feminism). v. 6, n.1, mar. 1991.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da água**. (Programa Água para Todos). 2013. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (versão para discussão)**. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Projeto de Cooperação Técnica firmado com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Brasília, nov. 2005.

MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de Occidente: saber academico y discursos coloniais. In: MEZZADRA, Sandro (Org.). **Estudios postcoloniais**. Ensayos Fundamentales. Trad. Marta Malo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

_____. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durhan: Duke University, 2003.

MORAES, A. F. J. de. **Gendered Waters: the participation of women on the program 'One Million Cisterns' in the brazilian semi-arid region.** Missouri, 2011. (Tese de Doutorado). The faculty of the Graduate School at the University of Missouri., Missouri, 2011.

MORAES, A.; PERKINS, P. E. Women, Equity and Participatory Water Management in Brazil. **International Feminist Journal of Politics**, v. 9, n. 4, 2007.

MOREIRA, M. C. N. Imagens no espelho de Vênus: mulher, enfermagem e modernidade. **Revista latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p.55-65, jan. 1999.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013.

NUSBAUM, M.; GLOVER, J. (Eds.). **Women, culture and development.** A study of human capabilities. Oxford: Claredon, 1995.

OBSERVATÓRIO DA SECA. Ações em infraestrutura e ações emergenciais. [**Boletim Online**]. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca/index.html>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

OLYMPIO, D. **Luzia homem.** 9^a. ed. São Paulo: Ática, 1983.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do Século XX.** Tradução: Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PAULA, E. B. de M. et al. **Manual para elaboração e normalização de Dissertações e Teses.** 3. ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 2004 (Série Manuais de Procedimentos, 5)

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 3. ed. Brasília: IPEA: SPM: UNIFEM, 2008.

PLUMWOOD, V. Nature, Self, and Gender: feminism, environmental philosophy, and the critique of rationalism. WARREN, K.; COLLEGE, M (Coord.). **Hypatia: a journal of feminist philosophy.** Special Issue (Ecological Feminism). v. 6, n.1, p. 3-27, mar. 1991.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Gender and Water Report.** 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home/>>.

_____. **Projeto do Milênio das Nações Unidas 2005.** Investindo no Desenvolvimento: Um plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Visão Geral. Nova Iorque: Millenium Project, 2005.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze.** 86^a. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

_____. **Memorial de Maria Moura.** 9^a. ed. São Paulo: Siciliano, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: EDGARDO, L. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Novos Rumos**. Ano 17. n. 37. 2002.

RAMOS, G. **Vidas Secas: 70 anos**. Fotografias Evandro Teixeira. Rio de Janeiro: Record, 2008. (Edição especial comemorativa ilustrada).

RANGEL, O.; SORRENTINO, S. Gênero: Conceito Histórico. **Princípios**, São Paulo: Anita Garibaldi, v. 33, 1994.

RAZAVI, S.; MILLER, C. **From WID to GAD: conceptual shifts in the women and development discourse**. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). (Occasional Paper 1). feb. 1995.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO JÚNIOR, J. O que é positivismo. Brasília: Editora Brasiliense, 1994.

ROACH, C. Loving your mother: on the woman-nature relation. In: WARREN, K.; COLLEGE, M (Coord.). **Hypatia: a journal of feminist philosophy**. Special Issue (Ecological Feminism). v. 6, n.1, mar. 1991.

ROCHELEAU, D., THOMAS-SLAYTER, B., WANGARI, E. (Eds.). **Feminist political ecology: global issues and local experiences**. London: Routledge, 1996.

ROSA. J. G. **Grande Sertão: veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A Critical Reader**. Edited by Michael Sprinker. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1992. p. 272.

SALDÍVAR, J. D. Unsettling Race, Coloniality, and Caste. (Anzaldúa's Borderlands/La Frontera, Martinez's Parrot in the Oven, and Roy's The God of Small Things). **Cultural Studies**. v. 21, n. 2-3 Mar./May 2007. pp. 339-367. ISSN 0950-2386 print/ISSN 1466-4348 [Online] – 2007 Taylor & Francis. Disponível em: <<http://www.tandf.co.uk/journals>> DOI: 10.1080/09502380601162563.

_____. Border Thinking, Minoritized Studies and Realist Interpellations: The Coloniality of Power from Gloria Anzaldúa to Arundhati Roy. In: MOHANTY, S.; MOYA, P.; ALCOFF, M. L.; HAMES-GARCÍA, M. **Identity Politics Reconsidered**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. ISBN 1-4039-6446-7.

SANDOVAL, S. Nuevas Ciencias. Feminismo cyborg y metodología de los oprimidos. In: HOOKS et al. **Otras inapropiables**. Traducción de Maria Serrano Gimenez et al. Madrid: Traficantes de Sueños. 2004. ISBN: 84-932982-5-5.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção para um novo senso comum: a ciência, o direito, e a política na transição paradigmática; v. 4)

_____. Globalizations. **Theory, Culture & Society**, Sage Publications, v. 23, n. 2-3, 2006.

_____. **A Globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (Org.) **Reconhecer para Libertar: os caminhos do Cosmopolitismo Cultural.** Porto: Ed. Afrontamento, 2004a.

_____. **Do pós-moderno ao pós-colonial.** E para além de um de outro. Conferência de abertura do VIII Congresso. Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, 2004b.

SDC. Swiss Agency for Development and Cooperation. **Gender & Water: mainstreaming gender equality in water, hygiene and sanitation interventions.** 2005.

SEDEC/MI. Secretaria Nacional de Defesa Civil / Ministério da Integração. **[Boletim Online]**. 2013. Acesso em: <<http://www.mi.gov.br/sedec/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

SEGURA, D. A.; ZAVELLA P. Introduction: Gendered Borderlands. **Gender & Society**. v.22, n. 537, Jul. 30, 2008. DOI: 0.1177/0891243208321520

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHIVA, V. **Las guerras del agua: privatización, contaminación y lucro.** Traducción del inglés: Susana Guardado. New York: South End Press, 2010.

_____. La mirada del ecofeminismo. **Polis Revista de la Universidad Bolivariana.** v. 3, n. 9. Santiago: Universidad Bolivariana, 2004.

_____. **Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo.** Madrid: Horas y Horas, 1995.

SILVA, T. T. da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2006.

SPIVAK, G. C.. **Pode o subalterno falar?** Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida, Marco Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUREMAIN, M. Des technologies au service des femmes: une ONG en Colombie. In: MARCONDES, L. (Coord.). **Eau et féminismes: Petite histoire croisée de la domination des femmes et de la nature.** Paris: La Dispute. 2010. ISBN: 978-2-84303-215-8

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro.** 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T.M. **A água.** 2ª. Ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

UNFPA. United Nations Population. **State of world population.** Facing a changing world: women, population and climate, 2009.

UNIFEM. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. **O Progresso das mulheres no Brasil: um balanço de conquistas e desafios**. 2006. Dados disponíveis em: <<http://www.unifem.org.br/>>. Acesso em 15 jun. 2007.

UNITED NATIONS. **The World's Women 2010: Trends and Statistics**. United Nations: New York, 2010. ISBN 978-92-1-161539-5.

VÉNUM Noire. Direção Abdellatif Kechiche. Produção: Charles Gillibert, Marin Karmitz e Nathanael Karmitz. Roteiro: Abdellatif Kechiche e Ghalia Lacroix. Intérpretes: Yahima Torres e outros. MK2 Production. 2010. 1 filme (159 min).

VERSCHUUR, C.; DESTREMAU, B. Féminismes Décoloniaux, Genre et Développement: histoire et récits des mouvements de femmes et des féminismes aux Suds. **Revue Tiers Monde**. n. 209, p. 7-18, 2012. DOI : 10.3917/rtm.209.0007

WARREN, K. The power and the promise of ecological feminism. In: Warren, K. **Ecological Feminist Philosophies**. Bloomington: Indiana University Press.1996. ISBN 0-253-21029-1

_____. COLLEGE, M. (Coord.) **Hypatia**: a journal of feminist philosophy. Special Issue (Ecological Feminism). v. 6, n.1, mar. 1991.

WHITLOCK, G. Outlaws of the Text: Women's Bodies and the Organisation of Gender in Imperial Space. Paper presented at the Australia/Canada: **Postcolonialism and women's texts research seminar**, Calgary Institute for the Humanities, February, 1992.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO E CESSÃO DOS DIREITOS DE IMAGEM**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS
LABORATÓRIO DE IMAGENS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E CESSÃO DOS DIREITOS DE IMAGEM**

Você está sendo convidada para participar desta pesquisa que tem por objetivo analisar a relação das mulheres com a água em seus cotidianos e nos projetos para o desenvolvimento de suas comunidades.

A participação neste estudo não traz complicações. Os procedimentos não oferecem risco à integridade física, psíquica e/ou moral das entrevistadas. Participando desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo nos dê informações sobre o cotidiano de mulheres no acesso, uso e controle da água em suas vidas, contribuindo para um melhor conhecimento do universo de mulheres brasileiras, suas dificuldades, lutas e vitórias.

A pesquisa utiliza técnicas com gravação em vídeo mas não tem qualquer finalidade comercial, não havendo qualquer tipo de remuneração às participantes pela cessão de imagens, dados, fotos ou qualquer outro material gerado a partir das entrevistas. Você também não terá despesas para participar do estudo.

Se você se considera suficientemente esclarecida quanto à finalidade da pesquisa, deve declarar, de forma livre e espontânea, seu interesse em participar, assinando o presente termo de consentimento.

Declaro que aceito participar da pesquisa, cedendo direitos de uso de imagem, voz e depoimentos, nos termos e condições acima mencionados.

Soledade, ____ de _____ de 2013.

Assinatura da entrevistada: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

ANEXO II – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Horário inicial: ____:____ h

Horário final: ____:____ h

Nome Completo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Local de Moradia: _____

A – INFORMAÇÕES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

A1 – Sexo Masculino Feminino

A2 – Idade, estado civil, filhos

A3 – Em que cidade/estado você nasceu?

A5 – Até que série você cursou?

A6 – Você tem emprego? Tem algum registro/carteira assinada? Qual o seu trabalho no dia a dia?

A7 – Você tem moradia própria? Com quem mora? A propriedade é registrada em seu nome? Qual o tamanho da propriedade?

A8 – Qual a renda mensal da sua família? Você recebe algum auxílio do governo (bolsa escola, bolsa família)?

- O que é mais importante para viver aqui na sua comunidade?

GÊNERO, ACESSO E USOS DA ÁGUA

- Qual a importância da água pra você? Você usa água pra quê? (identificar usos produtivos e usos reprodutivos)
- Quem mais usa água em sua casa? Os homens ou as mulheres? Pra quê? E os homens (ou as mulheres), pra que? Quem precisa mais de água? Os homens ou as mulheres? Por quê? Os homens (ou as mulheres) ajudam? Como? (as especificidades de gênero nos usos da água e a divisão sexual do trabalho)
- Você tem água encanada? Onde você tem água? Quem busca água em sua casa? Quem transporta a água para sua casa? Sempre foi assim? Como a água é transportada? As condições de acesso são as mesmas para homens e mulheres? Há alguma diferença entre eles? Quais são as especificidades para homens e mulheres? (a dimensão de gênero na coleta e nos modos de transporte da água)
- Você possui mais de uma fonte de água? As fontes de água estão disponíveis em sua propriedade? Quem pode buscar água nessas fontes? Todas elas são de qualidade para o consumo? Quem guarda e separa a água e seus diferentes usos? Como isso é feito? Alguém em sua família já teve problemas de saúde por causa da água imprópria para o consumo? Que tipos de problema? Como aconteceu? Isso é recorrente? Quem está mais vulnerável para pegar doenças, os homens ou as mulheres? Quando chega o período de secas o que você faz? E os homens? (diferenças de gênero no acesso à água potável e segura)
- O acesso ao abastecimento de água é seguro? Você vai sozinha? O caminho percorrido é perigoso ou oferece riscos? Que tipo de riscos? (questões de gênero na segurança ao acesso e abastecimento de água ou instalações sanitárias)
- Você, ou alguém conhecido, já passou por situações de perigo, ou violência, em uma ocasião em que esteve dedicada à coleta d'água? Como aconteceu? (violência contra as mulheres no contexto da coleta de água ou no uso das instalações sanitárias)

TEMPOS DE USO DA ÁGUA NO COTIDIANO

- De quanto em quanto tempo você busca água? Quanto tempo você gasta para buscar água? Você tem que esperar, tem fila? Qual o tempo total gasto por mulheres e homens, meninas e meninos, na coleta de água para as necessidades básicas cotidianas? Em sua opinião o que poderia diminuir o tempo gasto na coleta de água no seu dia a dia?
- Qual o tempo total gasto por mulheres e homens nos usos da água em suas tarefas cotidianas?

TOMADAS DE DECISÃO E POLÍTICAS EM TORNO DA ÁGUA

- Em sua comunidade existe algum controle de monitoramento da qualidade da água? Quem faz? De quanto em quanto tempo? As mulheres participam? Como? Você utiliza algum método de purificação da água para beber? Fervura, filtração, cloro? (papéis empenhados e esforços despendidos por mulheres na salvaguarda do acesso à água)
- As mulheres participam de algum projeto ligado à água na sua comunidade? Quem são as mulheres que participam? Como ocorre a participação? Você soube dos projetos? Você participa? Como? As mulheres têm algum espaço para dar opinião? Como? (participação de mulheres e homens em contextos formais)
- Quais são os tipos de projetos/tecnologias ligadas à água que você tem conhecimento em sua região? Quais foram implantados em sua comunidade? O recurso foi construído pela comunidade ou instalado pelo governo? Há alguma diferença? Quais? (exemplo das cisternas de PVC e de placas) Você participou da construção do recurso? Recebeu treinamento? Como aconteceu? Para que serve a água desse projeto? Uso doméstico? Irrigação? O abastecimento é suficiente para os diferentes usos da água? Quais são os usos prioritários? Há conflito pelos diferentes usos da água? Como a sua comunidade se organiza? Quem é responsável pela manutenção do recurso? O responsável é pago? Quais são as despesas para gerir o recurso? A comunidade participa igualmente na divisão dos custos? Como você avalia as vantagens e desvantagens desse projeto? Quais pessoas foram as principais beneficiadas? Os homens, as mulheres, as crianças? Você foi beneficiada? Você participou em algum momento do processo de implementação ou atua hoje na gestão desse recurso? Por quê? Quem pode e quem não pode participar? A quem pertence os novos recursos instalados? Trata-se de um bem coletivo e público ou alguém é proprietário?
- Há remuneração para aqueles que participam da execução do projeto? Há diferenciação na contratação de homens e mulheres? Que cargos assumem? Há diferença na remuneração para homens e mulheres?
- Quem tem o poder de decisão na implementação, controle e gerenciamento das novas tecnologias para o desenvolvimento comunitário? Os homens ou as mulheres? Qual o papel das mulheres em todas as fases? Quais são os processos gerados dentro das famílias? Há aceitação da participação feminina? Há equilíbrio?

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA MELHORIA AO ACESSO À ÁGUA

- Quais são os possíveis benefícios econômicos da melhoria no acesso à água? Por que ter acesso à água faz a diferença para a sua comunidade?
- Quando chega o período da estiagem e o acesso à água se torna escasso, quem sofre mais, os homens ou as mulheres. Quem está mais vulnerável?
- Você possui gastos domiciliares com serviços de abastecimento de água? Quanto isso pesa em seu orçamento?

ANEXO III – QUADRO AUXILIAR PARA REGISTRO AUDIOVISUAL

QUADRO AUXILIAR PARA REGISTRO DE TÉCNICAS CORPORAIS COM RECURSO AUDIOVISUAL - TOMADAS-DE-CENA							
TÉCNICAS CORPORAIS DE MULHERES EM CONTATO COTIDIANO COM A ÁGUA							
<input type="checkbox"/> BUSCAR ÁGUA <input type="checkbox"/> FILTRAR <input type="checkbox"/> COZINHAR <input type="checkbox"/> LAVAR LOUÇA <input type="checkbox"/> LAVAR ROUPAS <input type="checkbox"/> LIMPAR A CASA <input type="checkbox"/> TOMAR BANHO <input type="checkbox"/> BANHAR OS FILHOS <input type="checkbox"/> REUTILIZAR ÁGUAS SERVIDAS <input type="checkbox"/> REGAR PLANTAS <input type="checkbox"/> DESSEDENTAR ANIMAIS <input type="checkbox"/> LIMPAR RESERVATÓRIOS/CISTERNA <input type="checkbox"/> OUTROS:							
DESCRIÇÃO CÊNICA	TECNOLOGIAS SOCIAIS	INSTRUMENTOS SECUNDÁRIOS	FREQUÊNCIA	SAZONALIDADE	DIACRONIA	ABRANGÊNCIA	APRENDIZAGEM
<p>A PARTICIPANTE É CONVIDADA A DEMONSTRAR A TÉCNICA CORPORAL NO CONTATO COTIDIANO COM A ÁGUA. O REGISTRO CÊNICO DEVE ESTAR ATENTO AOS GESTOS E EXPRESSÕES DO CORPO, INCLUINDO MOVIMENTOS DE FORÇA E TRAÇÃO, POR EXEMPLO.</p>	<p>REGISTRO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS AUXILIARES NO TRABALHO TÉCNICO DO CORPO, POR EXEMPLO: CISTERNA COM CAPTAÇÃO DE ÁGUA DAS CHUVAS/CALÇADÃO, POÇO ARTESIANO, CACIMBA, BARRAGEM, BARREIRO, BOMBA D'ÁGUA POPULAR, ETC.</p> <p>* A DESCRIÇÃO CÊNICA SERÁ REALIZADA, PREFERENCIALMENTE, JUNTO ÀS TECNOLOGIAS SOCIAIS, QUANDO SE APLICAR. CASO CONTRÁRIO PODERÁ SER REALIZADA JUNTO ÀS FONTES DE ÁGUA, AÇUDES E OLHOS D'ÁGUA, POR EXEMPLO.</p>	<p>REGISTRO DE INSTRUMENTOS, POR EXEMPLO: BALDES, BACIAS, VASSOURAS, RODOS, COPOS, PANEIAS, LATAS, POTES, CARRINHO-DE-MÃO, ANIMAIS PARA TRANSPORTE, ETC.</p> <p>* CONSIDERANDO O CORPO COMO INSTRUMENTO PRIMÁRIO PARA O DESEMPENHO DE TÉCNICAS COTIDIANAS, QUAISQUER OUTROS INSTRUMENTOS SERÃO DADOS COMO SECUNDÁRIOS, POR EXEMPLO: BUSCAR ÁGUA É UMA TÉCNICA USUALMENTE AUXILIADA POR BALDES OU LATAS.</p>	<p>A PERIODICIDADE COM QUE A TÉCNICA É REALIZADA: DUAS, OU TRÊS VEZES AO DIA, SEMANAL, MENSAL, ETC.</p> <p>* ALGUMAS TÉCNICAS SÃO DESENVOLVIDAS COM MAIOR FREQUÊNCIA DO QUE OUTRAS.</p> <p>ENQUANTO COZINHAR É UMA TÉCNICA DIÁRIA E SEM FOLGAS, A LIMPEZA DA CISTERNA PODE SER SEMESTRAL, OU MESMO ANUAL.</p>	<p>O PERÍODO DE ESTIAGEM PODE INTERFERIR NA SAZONALIDADE DE TÉCNICAS.</p> <p>* O REUSO DAS ÁGUAS SERVIDAS PODE SER UMA TÉCNICA MAIS UTILIZADA DURANTE O REGIME DE SECAS. A LIMPEZA DA CISTERNA, POR EXEMPLO, É HABITUALMENTE REALIZADA QUANDO A ÁGUA ESTÁ NO FIM DO RESERVATÓRIO.</p>	<p>SOLICITAR RELATOS DIFERENCIAIS EM RELAÇÃO AO TEMPO EM QUE A FAMÍLIA NÃO TINHA O SUPORTE DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS OU DOS INSTRUMENTOS SECUNDÁRIOS ADEQUADOS. DESDE QUANDO HÁ SUPORTE PARA A FAMÍLIA?</p> <p>* ANÁLISE DO IMPACTO DE TECNOLOGIAS NO COTIDIANO FEMININO. OBSERVAR CONQUISTAS E POSSÍVEIS DESAFIOS QUE AINDA PERSISTEM.</p>	<p>ONDE A TÉCNICA É DESEMPENHADA? DENTRO OU FORA DE CASA? PARA QUEM? COM QUE ALCANCE?</p> <p>* ENQUANTO TOMAR BANHO É UMA TÉCNICA PESSOAL, BANHAR OS FILHOS ATENDE ÀS NECESSIDADES FAMILIARES. AMBAS ESTÃO ASSOCIADAS A OUTRA TÉCNICA: REUTILIZAR ÁGUAS SERVIDAS, EM GRANDE PARTE FORA DE CASA. A ABRANGÊNCIA DEVE DEFINIR OS LIMITES FÍSICOS E SOCIAIS DAS TÉCNICAS, AGRUPANDO-AS ORGANICAMENTE.</p>	<p>ONDE A TÉCNICA FOI APRENDIDA? COM QUEM? OS HOMENS TAMBÉM APRENDERAM? PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU DE INTERCÂMBIOS?</p> <p>* OBSERVAR A VERNACULARIDADE DAS TÉCNICAS EMPREGADAS POR MULHERES. LAVAR ROUPAS É, POR EXEMPLO, UMA TÉCNICA EMPREGADA POR MULHERES E RETRANSMITIDA ÀS SUAS FILHAS. A PARTICIPAÇÃO EM INTERCÂMBIOS DENOTA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE MULHERES NOS PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUAS COMUNIDADES.</p>

APÊNDICE I – VÍDEO-PESQUISA ‘A FONTE QUE NUNCA SECA’**HIPERLINK:** <https://vimeo.com/92797631>**SENHA PARA ACESSO:** mulhereseagua

APÊNDICE II – PRODUÇÕES RESULTANTES DA PESQUISA

- PUBLICAÇÃO (PRODUÇÃO CIENTÍFICA)

CAPÍTULOS PUBLICADOS EM LIVROS

D'ÁVILA NETO, M.I.; NAZARETH, J.S.C.; CAVAS, C.S.T.; JARDIM, G. D. S. Mulheres em Movimento: algumas ideias sobre a diáspora, migração e reconhecimento de mulheres no Brasil. In: MACIEL, T. M. F. B.; D'ÁVILA NETO, M. I.; ANDRADE, R. G. N. (Org.). Fronteiras e diversidades culturais no século XXI: Desafios para o reconhecimento do estado Global. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUAD-FAPERJ, 2012, 262 páginas.

- APRESENTAÇÃO DA PESQUISA (PRODUÇÃO TÉCNICA)

A pesquisa 'Les femmes, l'eau et la migration: les zones vulnérables dans les projets de développement communautaire' foi apresentada em seminário organizado no dia 13 março de 2013, às 13:30h, aos estudantes do Curso M2 'Intervention éducative et sociale', na Université Charles-de-Gaulle Lille 3, conforme convite da Professora Annick Durand-Delvigne. A apresentação proporcionou intercâmbio científico entre as equipes francesa e brasileira, em especial no que concerne o método empregado na realização das entrevistas. Os participantes manifestaram interesse em conhecer a pesquisa participativa, com o auxílio do recurso audiovisual, realizada pelo Laboratório de Imagens do Programa EICOS/UFRJ.

- TRABALHOS APRESENTADOS E PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS

JARDIM, Gabriel; SIQUEIRA NETO, Gustavo; LOBATO, Nidia. Participatory Communitarian Strategies: glocalized solutions and global discussions in sócio-environmental issues and the challenges to social justice. In: IV Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, Barcelona, 21-23 de Junho de 2012 (Apresentação Oral).

CAVAS, Cláudio; NAZARETH, Juliana; JARDIM, Gabriel. Crossing borders and overcoming exclusion: an overview of female migration in Brazil. In: D'ÁVILA NETO, Maria Inácia (Coord.). Borders and Cultural Diversities in the XXI Century – the global and local challenges in community action. Simpósio Temático organizado para a IV Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, Barcelona, 21-23 de Junho de 2012 (Apresentação Oral).

SIQUEIRA NETO, Gustavo; LOBATO, Nidia; JARDIM, Gabriel. Communitarian strategies of environmental control and adaptation: the experience of Mexican indigenous groups. In: Second ISA Forum of Sociology, Buenos Aires, 1-4 de Agosto de 2012 (Apresentação Oral).

CAVAS, Cláudio; NAZARETH, Juliana; JARDIM, Gabriel. Crossing borders and overcoming exclusion: an overview of female migration in Brazil. In: Second ISA Forum of Sociology, Buenos Aires, 1-4 de Agosto de 2012 (Apresentação Oral).

- ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS (COLABORADOR)

D'ÁVILA NETO, Maria Inácia, ANDRADE, Regina Nunes, BEYSSAC, Marie Louise Trindade Conilh de. II Colóquio Internacional Fronteiras e Diversidades Culturais no Século XXI: Perspectivas e Novos Encontros. 06-08 de Agosto de 2012– Auditório Pedro Calmon – Fórum de Ciência e Cultura – Av. Pasteur 250 – Campus da Praia Vermelha – UFRJ. Rio de Janeiro – RJ (Brasil). (Financiamento Banco do Brasil – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro)